SUZANO PAPEL E CELULOSE S.A.

CNPJ nº 16.404.287/0001-55

Companhia Aberta

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2009 foi bastante desafiador: enfrentamos dois ambientes de mercado bastante distintos, em que a recuperação das condições macroeconômicas ocorrida ao longo do terceiro e quarto trimestres contrastou com os momentos de incerteza e extrema volatilidade dos diferentes mercados verificados na primeira metade do ano. Os efeitos da crise financeira iniciada em 2008, que impactou o ambiente econômico em todo o mundo e, consequentemente, os setores de papel e celulose, foram sentidos com mais intensidade nos primeiros dois trimestres do período. Para superá-los, adotamos medidas em todas as áreas: reduzimos fortemente as despesas, redimensionamos estoques, otimizamos ativos, diversificamos o portfólio de produtos, aprofundamos nossas relações comerciais com a China e aprimoramos o gerenciamento de riscos e assim, entre outras decisões importantes, evitamos operações de derivativos exóticos.

Graças a esse conjunto de iniciativas, adotadas de forma ágil e com o envolvimento de todas as áreas internas, conseguimos minimizar os efeitos negativos do período e atravessarmos mais um ano mantendo a nossa solidez financeira. Assim, encerramos o ano com volume de produção de 2,7 milhões de toneladas, ou 0,5% maior do que o de 2008, e vendas que somaram 2,9 milhões de toneladas, volume recorde que representa aumento de 16,7% também em comparação ao exercício anterior. Nosso faturamento líquido alcançou R$ 4,0 bilhões e o EBITDA foi de R$ 1,0 bilhão, 2,7% e 30,5% inferior ao de 2008, respectivamente. O preço médio da nossa celulose de eucalipto foi de R$ 904/tonelada, 22,5% inferior ao praticado em 2008, enquanto que o preço médio do nosso papel foi de R$ 2.101/tonelada, 3,3% abaixo do preço médio de 2008. Estes números comprovam que, em momentos de crise, o negócio de papel sofre flutuações menores de preços. O capital de giro foi reduzido em R$ 437 milhões, a dívida líquida em R$ 1,5 bilhão em comparação ao fechamento de 2008 e, em 31/12/09, tínhamos R$ 2,5 bilhões em caixa. O lucro líquido, impactado positivamente pela apreciação do Real, foi de R$ 877,9 milhões, recorde para a Companhia. É importante ressaltar que a venda das terras e florestas no Estado de Minas Gerais, firmada no quarto trimestre de 2009, no valor de R$ 311 milhões será reconhecida contabilmente no exercício de 2010 dado que a transação deverá ser concluída no primeiro semestre de 2010.

Por outro lado, mantendo a nossa tradição de equilibrar as necessidades de curto prazo com a constante construção do futuro, mantivemos inalterado o calendário das etapas fundamentais que integram nosso ciclo de crescimento, anunciado em meados de 2008. Para cumprir o objetivo de mais que dobrarmos de tamanho na próxima década, adquirimos 137,3 mil hectares de terras no Maranhão e no Piauí – onde serão construídas nossas duas novas unidades industriais. Já temos mais de 1.700 pessoas trabalhando entre próprios e terceiros) no Maranhão e Piauí. A demanda de celulose de mercado de eucalipto foi de 14,2 milhões de toneladas em 2009, crescimento de 16,8% em comparação ao ano anterior, enquanto que a demanda total por celulose cresceu apenas 1,8%. É mais uma evidência do acerto de nossa estratégia em crescermos de forma acelerada na produção de celulose de mercado de eucalipto.

Adicionalmente, adquirimos da Vale 84,7 mil hectares de terras, sendo 34,5 mil hectares já plantados com eucaliptos no Maranhão e formalizamos a parceria para o fornecimento de madeira proveniente de plantios de eucalipto do Programa Vale Florestar. Além disso, concluímos a contratação da Vale e da Transnordestina Logística para o transporte ferroviário da celulose a ser produzida nas duas fábricas até a região portuária de São Luís (MA).

No ano de 2009, plantamos 73 milhões de mudas de eucalipto em áreas próprias, sendo 21 milhões destinadas às duas novas unidades. Trata-se de uma média de 346 mil mudas plantadas por dia durante todo o ano. Em 2009, as nossas florestas plantadas sequestraram 4,3 milhões de toneladas de carbono, sendo que a emissão aproximada da Companhia foi de 1,0 milhão de toneladas. Ou seja, a nossa relação sequestro/emissão ficou positiva em 4,3, demonstrando o grande benefício de nossa atividade para o combate ao aquecimento global. Não incluímos nestes números o sequestro de carbono das florestas nativas da Companhia.

Reforçamos ainda mais as nossas unidades de vendas na Europa, nos Estados Unidos, na Argentina - que, juntas, responderam por 40% das exportações de papel no ano - e na China, sede de escritório dedicado à comercialização de celulose. Ampliamos as equipes que atuam nessas localidades, detectamos nichos e oportunidades mais rentáveis e nos aproximamos ainda mais dos clientes, amparados pela qualidade e pela certificação de nossos produtos e pela familiaridade de nossos profissionais com as culturas e necessidades de cada um dos países.

O investimento total da Companhia foi de R$ 658,7 milhões, valor 36,4% superior ao de 2008, sendo R$ 361,1 milhões nos projetos de expansão no Maranhão e no Piauí.

No Brasil, seguimos ampliando nossos esforços em melhorias operacionais com a intensificação de ferramentas como o Programa de Excelência Operacional, o Programa de Inovação e o Programa Seis Sigma. Já na área socioambiental, destinamos outros R$ 31,3 milhões para dar continuidade aos nossos projetos focados especialmente em educação, meio ambiente e geração de renda, que beneficiam as comunidades do entorno de nossas unidades. O Programa Educar e Formar, que combina reforma das escolas e treinamento de professores, em parceria com o Instituto Ayrton Senna, e incentivo à leitura, conduzido com o Instituto Ecofuturo, já inclui a reforma de 95 escolas e assistência a 92 mil alunos em 14 municípios nos estados de Minas Gerais, Espírito Santo e Bahia. A compra de madeira dos parceiros florestais nas diversas regiões onde atuamos atingiu o valor de R$ 76,2 milhões e mais R$ 11,0 milhões foram investidos durante o ano na formação florestal nas áreas desses parceiros. Também temos grande orgulho dos trabalhos realizados pelo Instituto Ecofuturo, onde atuamos em parceria na condição de sócio mantenedor.

Uma importante conquista em 2009 foi o *Pulp and Paper International (PPI) Award* na categoria Melhor Estratégia Empresarial da indústria mundial. Este prêmio é concedido pela RISI - empresa provedora mundial de informações para a indústria de base florestal e foi entregue em Munique no dia 28 de Outubro. Trata-se do reconhecimento internacional da qualidade de nosso Processo de Planejamento Estratégico, que inclui a Criação de Valor nas atividades florestais, no Crescimento Orgânico Acelerado na produção de celulose de eucalipto, Excelência nas Operações de produção e comercialização de papel e Sustentabilidade em tudo que fazemos. No nosso entendimento, Sustentabilidade é capacidade de repetir os ciclos de crescimento e sucesso, e para isso é necessário alcançarmos resultados positivos no chamado *tripple bottom line*: econômicos e financeiros, ambientais e sociais. Os resultados alcançados descritos nessa mensagem devem ser creditados ao excepcional corpo de profissionais da Suzano Papel e Celulose, que com dedicação e competência fazem o dia a dia dessa grande empresa. Com o objetivo de melhorar ainda mais o nosso desempenho, em 2009, foram implementados novos treinamentos, especialmente na formação de líderes em todos os níveis, uma nova sistemática de avaliação e reconhecimento de desempenho e o Programa Saúde Nota 10, que contou com a participação de mais de 2.000 colaboradores.

É com grande orgulho que informamos que, em 2009, a trajetória de redução de acidentes de trabalho foi repetida mais uma vez. A Taxa de Frequência de Acidentes, ficou em 3,16, em comparação a 4,97 em 2008. Estes resultados reforçam ainda mais nossa posição entre os melhores do mundo no que se refere à segurança do trabalho.

Agradeço ainda aos nossos fornecedores, clientes, bancos, comunidades onde atuamos e, especialmente, aos nossos acionistas controladores e minoritários (cuja base evoluiu de 4,0 mil para 5,2 mil durante o ano) e ao nosso Conselho de Administração a confiança depositada nesse complexo ano de 2009. A nossa equipe vai trabalhar intensamente para continuar merecendo essa confiança. Temos a expectativa de que os resultados de 2010 serão melhores em função da recuperação da economia mundial, com consequente forte recuperação de preços de celulose e aos sólidos fundamentos estratégicos, operacionais e financeiros da Suzano Papel e Celulose.

Antonio Maciel Neto
Diretor Presidente

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DE 2009

1. Visão Geral

Com 85 anos de atuação - completados em 2009 -, somos uma empresa de base florestal posicionada como a segunda maior produtora global de celulose de eucalipto e uma das dez maiores de celulose de mercado, além de líder regional no mercado de papel. Pertencemos ao Grupo Suzano e, controlados pela Suzano Holding, somos uma companhia de capital aberto desde 1982.

Nossa estrutura organizacional inclui três Unidades de Negócio - Florestal, Celulose e Papel - e quatro Prestadoras de Serviços (PS) internas: Operações, Finanças, Recursos Humanos e Estratégia, Novos Negócios e Relações com Investidores. A Unidade de Negócio Papel contempla ainda a SPP-Nemo, distribuidora de papéis e produtos gráficos que possui 13 unidades comerciais e grande abrangência no mercado nacional.

Com sede administrativa em São Paulo, mantemos quatro unidades industriais no País - uma em Mucuri (BA), uma em Embu (SP) e duas em Suzano (SP) -, onde estão locados 3.862 colaboradores. Detemos também 50% do Consórcio Paulista de Celulose e Papel (Conpacel), localizado em Limeira (SP). Nossas áreas florestais e as dos parceiros florestais estão concentradas no sul da Bahia, no norte do Espírito Santo, em São Paulo e leste de Minas Gerais. Também temos áreas no Maranhão e no Piauí que irão abastecer nossas novas fábricas nestes Estados, com previsão de início de operação para 2013 e 2014, respectivamente. No exterior, possuímos três escritórios regionais, instalados nos Estados Unidos, na Suíça e na China, além de duas subsidiárias: a Sun Paper, na Inglaterra, e a Stenfar, na Argentina. Todas essas unidades reúnem 162 profissionais.

Sob essa estrutura, atuamos em dois mercados distintos: celulose de mercado, vendida para empresas de 31 países, e papel, vendido para 86 países, cujo portfólio inclui quatro linhas de produtos: não revestidos, *cut size* ou papéis para escritório, revestidos e papelcartão. Juntas, elas utilizam cerca de 30 marcas, algumas das quais consagradas no mercado, como Report®, TpPremium®, Paperfect®, Alta Alvura®, Reciclato®, Pólen® e Supremo®.

Apesar do cenário adverso, em 2009 investimos R$ 658,7 milhões, 36,4% acima de 2008, sendo R$ 283,5 milhões na manutenção da atual capacidade, R$ 361,1 milhões nos projetos de expansão das unidades de Maranhão e Piauí e ainda R$ 14,1 milhões de outros investimentos, e demos andamento aos projetos do ciclo de crescimento no Maranhão e Piauí que nos permitirá ampliar em 2,6 milhões de toneladas a capacidade anual de celulose de mercado. Além destas novas unidades, continuamos avaliando mais dois projetos (expansão da capacidade da Unidade Mucuri e nova planta de celulose) com os quais poderemos atingir capacidade instalada de produtos de 7,2 milhões de toneladas por ano nos próximos 10 anos.

Essa aspiração é amparada por nossa gestão focada na sustentabilidade, o que significa atribuir importância às dimensões econômico-financeira, social e ambiental, de forma a ampliar a competitividade dos negócios, contribuindo, ao mesmo tempo, para a preservação do meio ambiente e solidificando relacionamentos respeitosos com todos os nossos públicos.

2. Cenário Econômico

O ano de 2009 foi marcado pela rápida reversão, ao longo do segundo trimestre, dos sentimentos de falta de confiança e aversão a riscos que prevaleceram entre os agentes econômicos desde a segunda metade de 2008. Assim, se por um lado nos países centrais os dados econômicos deram sinais mais claros de saída da recessão apenas no quarto trimestre (embora permanecendo os riscos de excesso de expansão monetária e aumento do endividamento público em razão das medidas tomadas para evitar a depressão econômica, principalmente nos EUA) por outro a retomada do crescimento de forma mais vigorosa nos principais países emergentes, especialmente na China, impulsionou a forte recuperação dos preços dos ativos.

Desta forma, os preços de diversas commodities tiveram forte retomada também a partir do segundo trimestre, com destaque para os preços do petróleo. A cotação do barril do tipo Brent, que chegou a atingir US$ 41 em dezembro de 2008, fechou o ano de 2009 em US$ 77, com alta de 85%. Ainda assim os principais Bancos Centrais, na ausência de pressões inflacionárias, mantiveram as taxas de juros inalteradas em patamares historicamente baixos ao longo do ano, com o objetivo de preservar a recuperação dos níveis de atividade.

No Brasil o desempenho da economia melhorou consistentemente ao longo de 2009, terminando o ano com indicadores de vendas no varejo, confiança dos consumidores, desemprego e produção industrial superando as expectativas e apontando para um crescimento da economia de mais de 5% em 2010. As perspectivas favoráveis de inflação permitiram que o Banco Central cortasse a taxa básica de juros para 8,75% a.a. no mês de julho, percentual mantido até o final do ano. Impulsionado pela valorização das commodities e pelo sentimento de menor aversão a riscos nos mercados, o Real atingiu a cotação de R$ 1,7412/US$ em 31 de dezembro de 2009, com apreciação de 25,5% frente ao Dólar Norte-Americano no ano.

Cotação Real x Dólar

Taxa R$/US$	2005	2006	2007	2008	2009
Abertura	2,65	2,34	2,14	1,77	2,34
Fechamento	2,34	2,14	1,77	2,34	1,74
Média	2,44	2,18	1,95	1,84	2,00
Variação Aber./Fech	(11,8%)	(8,7%)	(17,1%)	31,9%	(25,5%)
Var. Média Período Anterior	(16,8%)	(10,7%)	(10,4%)	(5,8%)	(8,9%)

Fonte: Bacen

O movimento de depreciação do Dólar em relação às moedas dos principais países produtores de celulose, aliado ao início da retomada dos níveis de atividade nas economias compradoras do produto, contribuiu para o aumento dos preços, denominados em Dólares, da celulose no mercado internacional. O Dólar Canadense iniciou 2009 cotado a CAD 1,22/US$ e terminou o ano em CAD 1,05/US$, com apreciação de 14%. O Peso Chileno e o Euro tiveram, respectivamente, apreciações de 20% e 3% em relação ao Dólar Norte-Americano no mesmo período.

Este cenário de recuperação econômica global traz grandes desafios e oportunidades para a Companhia, que por um lado poderá se beneficiar do aumento no nível de atividade para melhorar os preços e volumes de vendas, mas, por outro lado, terá que enfrentar a apreciação do Real, que pressiona as margens operacionais.

3. Estratégia de Negócios

Nossa estratégia de crescimento sustentável é revisitada e refinada anualmente em nosso ciclo de Planejamento Estratégico (PE), e contempla cinco etapas conduzidas ao longo do período: orientações estratégicas, planejamento estratégico, plano plurianual, orçamento e desdobramentos de metas. Em 2009, mantivemos como foco o objetivo - anunciado em meados do ano anterior - de dobrarmos nossa capacidade de produção por meio da construção de duas novas fábricas, no Maranhão e no Piauí, da instalação de uma terceira, ainda sem local definido, e da ampliação da Unidade Mucuri (BA). Avançamos aceleradamente nesse sentido, com investimentos e ampliação da produção e do plantio de mudas de eucalipto - de 263 mil árvores plantadas por dia, em 2008, para 346 mil em 2009.

Também atuamos fortemente na redução dos impactos da crise financeira mundial sobre a Companhia. Reduzimos em 13,9% as despesas administrativas e com vendas e em R$ 437 milhões o nosso capital de giro, assumimos serviços até então terceirizados, reduzimos os estoques e promovemos negociações bem-sucedidas para diminuir os prazos de recebimentos dos clientes e alongar os de pagamentos de fornecedores. Além disso, vendemos ativos não operacionais no valor de R$ 347 milhões, em uma ação consistente com a estratégia da Companhia de otimização e realocação de capital que irá reforçar sua posição de caixa para fazer frente aos investimentos relativos ao seu novo ciclo de crescimento. Importante ressaltar que o valor alienado no montante total de R$ 311 milhões será contabilizado no primeiro semestre de 2010. Os ativos alienados ao longo de 2009 não eram destinados à produção de celulose e papel e a sua venda não impacta nossas operações atuais nem nossos projetos futuros.

Vislumbrando os efeitos da crise internacional, no decorrer do processo de elaboração do Ciclo de Planejamento Estratégico optamos por revisitar as estratégias das três Unidades de Negócio, o que resultou em:

Florestal - Intitulada “Valor em Ação”, a estratégia para a área é ampliar o escopo de atuação para além do fornecimento de madeira para a Unidade Celulose. Dessa forma, identificamos diversas oportunidades de negócios alinhados às nossas competências.

Celulose - A estratégia é promover um acelerado crescimento orgânico, de forma a ampliar nossa presença no mercado internacional através da produção em novas fronteiras, como a Região Norte-Nordeste, que até então não havia sido explorada para a produção de celulose.

Papel - Excelência nas Operações é o nome da estratégia determinada para a área de papel, o que significa aperfeiçoar o que já executamos. Nesse caminho, analisamos profundamente a competitividade dos nossos ativos e encontramos oportunidades de ampliá-la. Além disso, detalhamos o modelo por meio do qual nos posicionamos no mercado - o *Go to Market* (GTM) - e identificamos pontos de melhoria para atingirmos a excelência nas operações de produção, venda e distribuição de papel.

Para permear esses objetivos, também revisamos a estratégia da área de Operações, que engloba as áreas Industrial, Logística e de Tecnologia da Informação. Sob a orientação de ser *Best in Class*, e buscando alcançar a excelência em nossas operações, investimos fortemente nos Projetos Excelência Operacional e Seis Sigma, no âmbito do qual firmamos parceria com o Instituto de Desenvolvimento Gerencial (INDG).

Gestão

Nosso Modelo de Excelência de Gestão se baseia nos oito critérios da Fundação Nacional da Qualidade (FNQ) - organização que, em 2008, nos concedeu o Prêmio Nacional de Qualidade (PNQ). São eles: liderança; estratégias e planos; clientes, sociedade; informações e conhecimento; pessoas; processos; e resultados. Todos são colocados em prática no dia a dia por meio de uma estrutura organizacional sólida e claramente definida, que inclui 12 Comitês (CO), 18 Subcomitês (SC) e diversos Grupos de Trabalho (GT).

Mantemos ainda políticas de gestão de tecnologia, de gestão de ativos intangíveis, de gestão de riscos e de gestão de pessoas, entre outras - todas pautadas por nosso conceito de sustentabilidade, que entendemos como a capacidade de repetir os ciclos de crescimento e sucesso, integrando as três dimensões do negócio: econômica, social e ambiental.

4. Novo ciclo de crescimento

Em julho de 2008, anunciamos ao mercado nossa decisão de dar início a um novo ciclo de crescimento que nos permitirá alcançar, já na próxima década, capacidade adicional anual de produção de celulose de 4,3 milhões de toneladas e capacidade anual de produção de papel e celulose de 7,2 milhões de toneladas. Este ciclo contempla duas novas fábricas, uma no Maranhão e outra no Piauí, que devem começar a operar em 2013 e 2014, respectivamente, e uma terceira em local ainda a ser especificado, além da expansão da produção da Unidade Mucuri.

Em 2009 registramos grandes avanços na concretização destes planos, com ações em várias frentes, articulando diferentes áreas da empresa.

O ponto de partida para este novo ciclo de crescimento é a garantia de constituição da base florestal própria e de fornecimento de madeira por terceiros. Assim, começamos a constituir nossa própria base florestal, que envolve a compra de terras, processo de documentação e regularização, licenciamento ambiental, produção de mudas, plantio e manutenção. Além disso, nos dedicamos ao treinamento e desenvolvimento dos serviços de terceiros e à continuidade de projetos socioambientais que estavam em andamento no Maranhão por iniciativa da Vale.

Já detemos 75% de nossa necessidade de terras para abastecer a nova fábrica do Maranhão e os outros 25% serão adquiridos nos próximos dois anos. No Piauí, as aquisições de 2008 e 2009 somadas às terras já detidas pela Suzano no Maranhão e que serão destinadas a esta unidade já asseguram o início da operação em 2014.

Firmamos com a Vale, um conjunto de contratos que contempla a aquisição de ativos florestais localizados no Sudoeste do Estado do Maranhão (a base florestal adquirida é composta por 84,7 mil hectares de terras, sendo 34,5 mil hectares já plantados com eucaliptos) e de madeira proveniente de plantios de eucalipto do Programa Vale Florestar, em implantação no Estado do Pará desde 2007, durante o período de 2014 a 2028.

Também consolidamos nossas estruturas administrativas nas duas localidades, onde já atuam mais de 1700 profissionais, direcionados à formação das florestas. Assim, plantamos no site do Piauí 11,5 mil hectares e no site do Maranhão outros 2,5 mil, o que representa 21 milhões de mudas. Em 2010, este esforço será intensificado com novas aquisições de terras e o plantio de 14,5 mil hectares no Maranhão e 38,0 mil hectares no Piauí, o que vai resultar em 70 milhões de mudas.

Para sustentar esse plantio, contamos com viveiros próprios no Maranhão, comprados da Vale, com capacidade para 12 milhões de mudas anuais. No Piauí, será instalado um novo viveiro com capacidade de produzir até 30 milhões de mudas. Todas essas realizações demandaram investimento de R$ 361,1 milhões no ano.

Concluímos, ainda, a engenharia conceitual dos projetos, ou seja, definição do modelo das novas fábricas e indicação dos melhores locais para implementá-las. Ao mesmo tempo, fizemos uma avaliação das tecnologias disponíveis ou em desenvolvimento para o setor em termos mundiais. Planejadas de acordo com a estratégia de sustentabilidade da Suzano, as novas fábricas serão auto-suficientes em energia elétrica e contarão com excedente de energia que será vendido no mercado. As obras no Maranhão têm seu início previsto para 2011 e no Piauí, no ano seguinte.

A logística da fábrica até a região portuária de São Luís também está equacionada. Firmamos com a Vale contrato para o transporte ferroviário de celulose produzida na Unidade de Maranhão e com a Transnordestina Logística contrato para o transporte ferroviário de celulose produzida na Unidade do Piauí.

Estamos preparados para implementar um novo ciclo de crescimento com sucesso e acreditamos ser esta uma oportunidade para incrementar nossa escala de produção e consolidar nossa posição competitiva no mercado mundial de celulose.

5. Desempenho setorial

5.1. Mercado de celulose

O ano de 2009 foi marcado por uma forte recuperação da demanda por celulose de mercado: no início do período, os estoques globais somavam 50 dias e os preços lista estavam em forte queda; a partir de maio, a demanda se firmou, os estoques retornaram para níveis abaixo dos históricos (no final do ano, somavam 27 dias) e os preços apresentaram tendência de alta. Como resultado, a demanda global por celulose de mercado somou 40,9 milhões de toneladas, ou seja, 1,8% superior àquela verificada em 2008. A produção totalizou 39,2 milhões de toneladas, volume 5,9% inferior ao ano anterior, de acordo com o PPPC (*Pulp and Paper Products Council).*

Em relação aos principais mercados pode-se afirmar que, em comparação a 2008:

a) Europa Ocidental: apresentou forte queda na demanda por celulose de mercado ao longo do ano (-10,9%) com significativa melhora no final do período.

b) China: a demanda chinesa aumentou em 55,4% e, somada ao crescimento no mercado Latino-Americano (+9,5%), foi suficiente para compensar a queda nos demais mercados.

c) América do Norte: fortemente impactada pela crise econômica, especialmente nos EUA, a demanda por celulose de mercado recuou 10,9% na região.

A demanda global por celulose de eucalipto, em 2009, foi de 14,2 milhões de toneladas, aumento de 16,8% em comparação ao ano anterior, com destaque para China (+86,9%), e América Latina (+22,4%) e Outros (+38,4%, que inclui restante da Ásia, Japão, Oceania e África), as quais somadas reverteram a redução do consumo dos mercados tradicionais tais como Europa Ocidental (-4,6%) e América do Norte (-4,1%).

A produção mundial de celulose apresentou redução de 5,9% em relação a 2008, em decorrência das diversas paradas temporárias (em função do arrefecimento da demanda e significativa redução de preço) como também dos fechamentos definitivos anunciados ao longo do ano. Soma-se a isto o fato de que, em algumas regiões, o acesso à madeira foi prejudicado, seja por falta da matéria-prima na região (especialmente na Ásia) como por restrições impostas por severas condições climáticas (como observado no sul dos Estados Unidos).

Dado este cenário, a indústria de celulose observou uma sequência de 10 meses com demanda por celulose acima da produção, interrompida apenas em dezembro (causada em grande parte por fatores sazonais), em que os estoques globais de celulose de mercado fecharam o ano em 27 dias de produção, patamar 19 dias abaixo do registrado no mesmo período do ano anterior e 6 dias abaixo da média histórica de 33 dias.

Com o forte processo de desestocagem observado no ano, os produtores de celulose puderam implementar uma sequência de aumentos de preços, que permitiu recuperar parte da queda registrada no final de 2008 e início de 2009. Segundo a FOEX, o preço lista da celulose de eucalipto CIF Europa partiu de US$ 558/tonelada em janeiro e fechou o ano em US$ 700/tonelada, um aumento de 25,5% no ano. O preço da fibra longa apresentou comportamento semelhante, sendo cotado a US$ 609/tonelada em janeiro e terminando o ano a US$ 799/tonelada em dezembro, aumento de 31,4%.

Além dos aumentos de preços verificados no 2S09, foram anunciados novos reajustes para as vendas de janeiro, fevereiro e março/10 em todas as regiões, elevando os preços de lista de celulose de eucalipto para: US$ 790/ton na Europa, US$ 820/ton na América do Norte, US$ 750/ton para Ásia.

5.2. Mercado de papel

O contexto global no setor de papéis para imprimir e escrever, em 2009, foi marcado pela redução dos patamares de demanda e preços internacionais, provocada pela desaceleração econômica observada desde setembro de 2008, principalmente na América do Norte e na Europa Ocidental. Segundo o PPPC (*Pulp and Paper Products Council*), a demanda na América do Norte por papéis para imprimir e escrever decresceu 16,8% e na Europa Ocidental a redução foi de 15,0% em 2009. Segundo estimativa da RISI, apesar do crescimento da demanda por esta linha de papéis na China, na Ásia a queda foi de aproximadamente 1,9% na demanda total.

A desaceleração econômica também afetou o mercado de papel no Brasil que apresentou redução significativa da demanda nos primeiros meses do ano. Sinais de recuperação foram verificados a partir de março de 2009, no entanto, ainda assim, a demanda por papéis para imprimir e escrever e papelcartão no Brasil no ano foi menor que no exercício anterior. Segundo a Bracelpa, em comparação a 2008, houve redução de 1,0% e 7,4% na demanda por papéis não revestidos e revestidos, respectivamente e, em papelcartão, a retração foi de 2,8%.

6. Desempenho operacional

6.1. Unidade de Negócio Florestal

Em um ano marcado pela alta produtividade do setor florestal no Brasil, nos posicionamos como uma das empresas que mais plantaram (55 mil hectares ou 73 milhões de árvores) e consumiram florestas plantadas (cerca de 9,1 milhões de metros cúbicos ou 33,7 mil hectares) no setor de papel e celulose no País. Nosso grande diferencial consiste em promovermos o crescimento sustentável das atividades, com investimentos em pesquisa e desenvolvimento.

Possuímos 597 mil hectares nos estados de São Paulo, Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, Piauí e Maranhão. Deste total, 270 mil hectares são ocupados por plantios de eucalipto, 22 mil hectares são destinados à infra-estrutura, 55 mil hectares estão disponíveis para plantio e 239 mil hectares, ou 40% da área total, são destinados à preservação ambiental, garantindo o atendimento à legislação ambiental, que determina 20% para as reservas legais, além das áreas de preservação permanente localizadas principalmente às margens de rios.

Já temos grande parte das terras adquiridas para as novas fábricas (Maranhão e Piauí). Para a unidade do Maranhão, além das florestas próprias, já em processo de formação, contaremos com o fornecimento de madeira das florestas da Vale (Programa Vale Florestar). Em ambas as localidades serão implementados novos programas de fomento e parcerias florestais.

Além disso, temos 92 mil hectares ocupados por plantios de produtores locais nos estados onde atuamos, que participam do Programa de Fomento de Madeira e são responsáveis por parte do abastecimento industrial.

A produtividade média dos nossos plantios permaneceu em 44 m³/hectare/ano, conforme registrado em 2008 (estamos em fase de atualização do Inventário Florestal). Continuamos acima da média nacional - a maior do mundo - que é de 41 m³/hectare/ano para o eucalipto, segundo dados da Associação Brasileira de Produtores de Florestas Plantadas - ABRAF.

Em volume de celulose, atingimos 11 toneladas/hectare/ano nas nossas áreas produtivas. Em plantios experimentais, os novos clones alcançaram 13 toneladas/hectare/ano, ou 30% mais celulose produzida com a mesma área.

Os ganhos de produtividade florestais obtidos em 2009 nos proporcionaram um superávit de oferta de madeira permitindo a venda de aproximadamente 2 mil hectares de terras e florestas no estado de São Paulo. Esta desmobilização de área visou à redução da distancia média das florestas, beneficiando o *cash cost* da celulose e do papel produzidos pelas plantas de São Paulo. Além disso, a Companhia firmou contratos de vendas de ativos florestais de aproximadamente 50 mil hectares em Minas Gerais, sendo cerca de 13 mil hectares com plantios de eucaliptos. A desmobilização destes ativos não impactará as operações atuais e projetos futuros da Companhia.

Adicionalmente, em função do foco no desenvolvimento tecnológico de materiais genéticos, pudemos iniciar o plantio em áreas de climas mais secos, como no Maranhão e Piauí. Investimos na diversidade de nosso material genético e desenvolvemos clones com alto potencial de adaptação, garantindo produtividade e resistência a doenças.

Para as novas fábricas, já contamos com experiência e investimento em tecnologia florestal há mais de duas décadas na região. Isto permite plantios comerciais nestas regiões com pouca tradição em silvicultura e com produtividades esperadas acima de 40m³/ha/ano.

Detemos, desde 2006, o maior escopo de certificações florestais do mundo, com a ISO 9.001, ISO 14.001,OHSAS 18.001, FSC e Cerflor. Além disso, nossas florestas próprias possuem certificações nacionais e internacionais, um reconhecimento de que nosso manejo atende aos mais altos padrões de exigências sociais, ambientais e econômicas. Conseguimos em 2009, ampliar as certificações para algumas áreas do Programa de Fomento de Madeira por meio de um projeto pioneiro no setor de papel e celulose. Nosso objetivo é tornar os parceiros cada vez mais alinhados aos nossos objetivos de criação de renda sustentável, modernização das relações de trabalho e ampliação do conhecimento pela troca de experiências. Na Unidade Mucuri, foram certificados três parceiros florestais e quatro outros foram recomendados para certificação. Outra importante conquista para a empresa foi a recomendação para certificação de fazendas no Piauí.

Além de todas essas realizações, otimizamos nossos ativos e buscamos a identificação de novas oportunidades de negócios, assim como de outros usos para a madeira, em sintonia com a nossa estratégia de agregar valor às operações florestais.

6.2. Unidade de Negócio Celulose

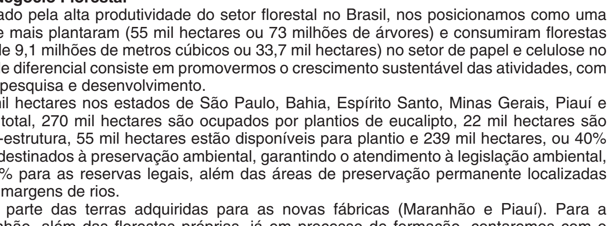
Nossa produção de celulose de mercado registrou novo recorde: 1,6 milhão de toneladas em 2009, ou aumento de 4,3% em comparação a 2008.

Em mil toneladas:

	2006	2007	2008	2009	09 x 08
Celulose de mercado	638	827	1.524	1.590	4,3%

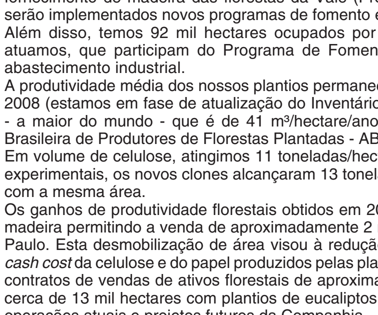
Alcançamos o maior volume de vendas de celulose da história da Companhia, 1,8 milhão de toneladas em 2009, com receita líquida de R$ 1,6 bilhão, 4,6% superior ao registrado em 2008.

Vendas de Celulose (R$ milhões)

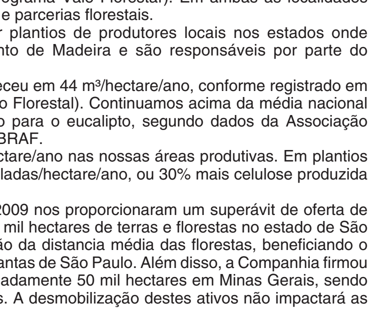


O volume exportado através dos nossos escritórios internacionais sediados na Europa, Ásia e América do Norte atingiu 85,3% do total, em comparação a 82,5% em 2008. Ao longo de 2009, exportamos 1,5 milhão de toneladas, aumento de 39,6% em relação ao volume vendido no ano anterior. Em função da forte demanda na Ásia e redução no consumo de celulose nos mercados desenvolvidos, nosso mix de vendas apresentou mudança proporcional à tendência observada no mercado. Assim, em 2009, a Ásia (44,9%) foi o principal destino de nossas vendas, seguida por Europa (32,9%), Brasil (14,7%), América do Norte (6,7%) e América do Sul/Central (0,9%).

Destino das vendas de celulose 2009

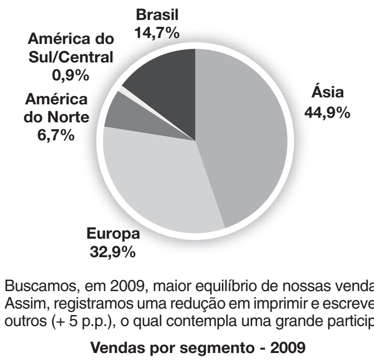


Destino das vendas de celulose 2008

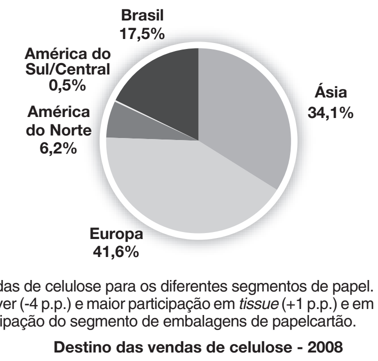


Buscamos, em 2009, maior equilíbrio de nossas vendas de celulose para os diferentes segmentos de papel. Assim, registramos uma redução em imprimir e escrever (-4 p.p.) e maior participação em *tissue* (+1 p.p.) e em outros (+ 5 p.p.), o qual contempla uma grande participação do segmento de embalagens de papelcartão.

Vendas por segmento - 2009



Destino das vendas de celulose - 2008



Nosso preço médio líquido de venda de celulose no mercado internacional atingiu US$ 453 / tonelada em 2009, comparado a US$ 639 / tonelada em 2008, redução de 29,1%. Esta redução decorre dos efeitos da crise financeira mundial iniciada no segundo semestre de 2008, que afetou fortemente todas as *commodities.* Tivemos um preço líquido médio (considerando mercado interno e mercado externo) em Reais de R$ 904 / tonelada, 22,5% inferior ao praticado em 2008, influenciado, em parte, pela valorização da moeda nacional em 8,9% no ano (câmbio médio).

Em 2009, nosso custo caixa médio de produção de celulose de mercado na Unidade Mucuri, excluído o custo da madeira em pé e os custos das paradas programadas para manutenção, foi de R$ 389/tonelada, 11,4% inferior ao registrado em 2008 que foi de R$ 439/tonelada. O custo das paradas programadas, em relação ao volume total de celulose de Mucuri, representou R$ 17/tonelada, elevando o custo caixa para R$ 406/tonelada.

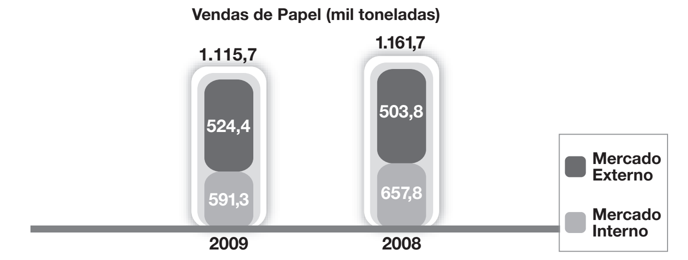
6.3. Unidade de Negócio Papel

A produção de papel atingiu 1,1 milhão de toneladas, 4,5% inferior ao total de 2008, em função de paradas de produção devido ao desaquecimento do mercado realizadas no primeiro semestre de 2009.

	2006	2007	2008	2009	09 x 08
Papel	1.080	1.098	1.140	1.088	-4,5%
Papel de I&E revestido	133	133	124	118	-4,7%
Papel de I&E não revestido	712	725	758	736	-3,0%
Papelcartão	235	241	258	235	-9,1%

Nosso volume de vendas de papel em 2009 alcançou 1,1 milhão de toneladas, 4,0% inferior ao de 2008, e gerou receita líquida de R$ 2,3 bilhões no ano, retração de 7,2% em comparação a 2008.

Vendas de Papel (mil toneladas)



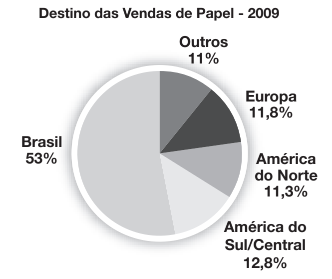
Embora tenhamos registrado queda nas vendas em 2009, mantivemos a liderança nacional nos mercados de imprimir e escrever e papelcartão. As vendas no mercado doméstico alcançaram 591,3 mil toneladas em 2009, ou 10,1% inferior ao ano anterior.

Em 2009, comercializamos 449,5 mil toneladas de papéis para imprimir e escrever no mercado interno, redução de 9,5% em comparação a 2008. No período, nossas vendas de papéis não revestidos totalizaram 351,6 mil toneladas e de revestidos, 97,9 mil toneladas, redução de 6,9% e 18,0% respectivamente em comparação ao ano anterior. Nossas vendas de papelcartão no mercado interno atingiram 141,8 mil toneladas em 2009, 11,9% inferior a 2008.

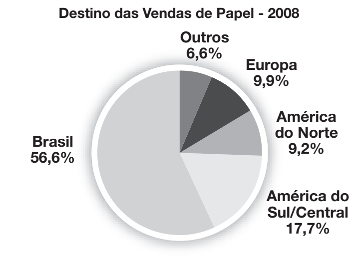
Em função do arrefecimento da demanda doméstica consequência da crise financeira internacional, direcionamos maior volume de papel ao mercado externo. Nossos volumes de exportação atingiram 524,4 mil toneladas em 2009, em comparação a 503,8 mil toneladas em 2008 - aumento de 4,1%.

Em 2009, comercializamos 422,5 mil toneladas de papéis para imprimir e escrever no mercado externo, aumento de 1,3% em comparação a 2008. No período, nossas vendas de papéis não revestidos totalizaram 405,9 mil toneladas e de revestidos, 16,7 mil toneladas, aumento de 1,6% e queda de 7,5% respectivamente em comparação ao ano anterior. Nossas vendas de papelcartão no mercado externo atingiram 101,9 mil toneladas em 2009 ou 17,7% acima de 2008.

Destino das Vendas de Papel - 2009



Destino das Vendas de Papel - 2008



O preço líquido médio em Reais foi de R$ 2.101/tonelada, queda de 3,3% em comparação a 2008. No mercado interno tivemos um preço líquido médio de papel de R$ 2.411/tonelada, em linha com o ano anterior. O preço líquido médio no mercado externo atingiu US$ 876/tonelada, 13,6% abaixo de 2008. Em Reais, a redução do preço líquido médio foi parcialmente compensada pela desvalorização do Real em relação ao Dólar e atingiu 5,9%.

O preço líquido médio de papéis para imprimir e escrever no mercado interno foi R$ 2.376 ou 0,9% acima do registrado no ano anterior. O preço líquido médio dos papéis não revestidos no mercado interno permaneceu estável em comparação a 2008 e o preço dos papéis revestidos foi 4,6% superior ao mesmo período. O preço médio de papelcartão apresentou redução de 2,6% no mesmo período.

O preço líquido médio de papéis para imprimir e escrever no mercado externo foi R$ 1.814 ou 4,3% abaixo do registrado no ano anterior. O preço líquido médio dos papéis não revestidos no mercado externo apresentou redução de 3,5% em comparação a 2008. O preço dos papéis revestidos, cujo volume exportado representou apenas 3,2% do total das vendas no mercado externo, foi 20,4% inferior no mesmo período, enquanto no papelcartão o preço líquido médio apresentou redução de 12,2% em 2009.

Durante o ano, o diferencial médio entre os preços de papel para imprimir e escrever (em bobinas no mercado externo) e o preço médio de celulose de mercado foi de US$ 410/ tonelada (CIF Norte Europa), patamar significativamente acima da média histórica dos dez últimos anos (US$ 231/tonelada).

7. Desempenho econômico-financeiro

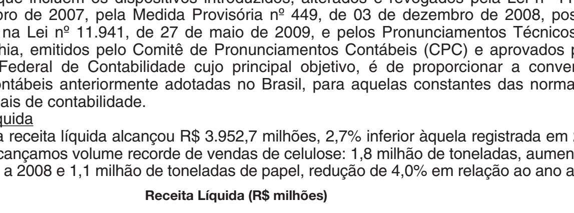
7.1. Resultados

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (Lei nº 6.404/76) que incluem os dispositivos introduzidos, alterados e revogados pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, pela Medida Provisória nº 449, de 03 de dezembro de 2008, posteriormente convertida na Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, e pelos Pronunciamentos Técnicos, aplicáveis à Companhia, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela CVM e Conselho Federal de Contabilidade cujo principal objetivo, é de proporcionar a convergência das práticas contábeis anteriormente adotadas no Brasil, para aquelas constantes das normas contábeis internacionais de contabilidade.

Receita Líquida

Em 2009, a receita líquida alcançou R$ 3.952,7 milhões, 2,7% inferior àquela registrada em 2008. Neste período, alcançamos volume recorde de vendas de celulose: 1,8 milhão de toneladas, aumento de 34,8% em relação a 2008 e 1,1 milhão de toneladas de papel, redução de 4,0% em relação ao ano anterior.

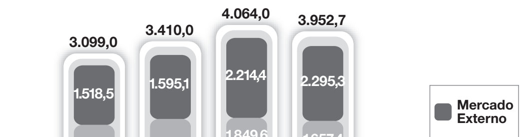
Receita Líquida (R$ milhões)



A participação das vendas para o mercado externo na nossa receita líquida total foi de 58,1% ou R$ 2,3 bilhões, em comparação a participação de 54,5% registrada em 2008.

A receita proveniente das vendas de celulose alcançou 40,7% da receita total de 2009:

Composição Anual da Receita Líquida



Custo dos Produtos Vendidos:

O custo dos produtos vendidos em 2009 foi de R$ 3.043,1 milhões, 14,9% superior ao registrado em 2008. Este aumento se deve principalmente ao maior volume vendido de celulose, à alteração do mix de vendas e também ao impacto do câmbio nos nossos custos, uma vez que cerca de 20% destes são denominados em Dólar. Entretanto, o CPV unitário em 2009 ficou em R$ 1.050,8/tonelada em comparação a R$ 1.066,6/tonelada, redução de 1,5% em relação ao ano anterior.

Despesas Administrativas, com Vendas e Outras Despesas/Receitas Operacionais

As despesas administrativas e com vendas totalizaram R$ 389,3 milhões em 2009, um decréscimo de 13,9% em relação a 2008, principalmente em função de (i) redução de gastos com pessoal e serviços de terceiros e, (ii) queda de despesas logísticas, aluguel de máquinas e equipamentos e outros. As outras receitas líquidas operacionais em 2009 foram de R$ 15,3 milhões comparadas a R$ 53,4 milhões em 2008.

EBITDA (Lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização)

A geração de caixa, medido pelo EBITDA, foi de R$ 1.020,7 milhões em 2009, 30,5% inferior ao registrado em 2008. Esta queda deveu-se principalmente à queda de preços de celulose no mercado externo e interno, queda de preços de papel no mercado externo, e também à queda das vendas no mercado interno de papel. A margem EBITDA em 2009 alcançou 25,8%, 10,4 p.p. abaixo daquela verificada em 2008.

Lucro (Prejuízo) Líquido

O lucro líquido de 2009 alcançou o montante recorde de R$ 877,9 milhões em comparação a um prejuízo de R$ 451,3 milhões no ano anterior, ambos influenciados pela variação cambial.

Em 2009, a receita líquida com variações cambiais e monetárias atingiu o montante de R$ 893,1 milhões, em comparação a uma despesa líquida de R$ 1.032,8 milhões em 2008. O resultado de variações monetárias e cambiais decorre do impacto destas variações sobre a parcela da dívida denominada em Dólares, devido à forte apreciação de 25,5% do Real frente ao Dólar em 2009 e depreciação de 31,9% em 2008, considerando-se as taxas de fechamento dos períodos.

As demonstrações de 2009 também contemplam o efeito da adesão ao Programa de Parcelamento Fiscal (REFIS) para pagamento de diferenças de impostos relacionadas ao Plano Verão. O montante era de R$ 108,2 milhões e, em dezembro de 2009, após adesão ao REFIS foi liquidado, à vista, por R$ 65,1 milhões sendo R$ 33,5 milhões pagos através de compensação de prejuízo fiscal (baixa de Imposto de Renda diferido ativo classificado no ativo circulante) e R$ 31,6 milhões pagos em dinheiro (baixa do caixa e equivalentes de caixa).

Também contribuiu para o lucro recorde do período a redução da despesa financeira líquida de R$ 540,9 milhões em 2008 para R$ 196,7 milhões em 2009.

7.2. Dívida

Em 31/12/2009 a dívida bruta da Companhia, incluindo debêntures, era de R$ 6.499,0 milhões comparada a R$ 7.635,0 milhões em 31/12/2008. A dívida em moeda estrangeira totalizou R$ 3.181,1 milhões em 31/12/2009, enquanto o montante denominado em Reais foi de R$ 3.317,9 milhões, ambas incluindo encargos e arrendamento financeiro mercantil. A dívida bruta, em 31/12/2009, era composta por 78,4% de vencimentos no longo prazo e 21,6% no curto prazo.

As disponibilidades e aplicações financeiras de curto prazo foram mantidas em nível elevado ao longo do ano, e o exercício de 2009 foi encerrado com saldo de R$ 2,5 bilhões, comparado a R$ 2,2 bilhões em 2008.

Em 31/12/2009, a dívida líquida consolidada era de R$ 3.965,8 milhões, em comparação a R$ 5.458,92 ao final de 2008, e o EBITDA do ano foi de R$ 1.020,7 milhões. Dessa forma, a relação dívida líquida/ EBITDA foi de 3,9, comparado a 3,7 registrado no ano anterior.

A redução do endividamento deve-se, sobretudo, ao impacto da variação cambial sobre a dívida denominada em Dólares, em função da forte valorização do Real (25,5%) no ano de 2009, considerando-se as taxas de fechamento dos períodos e à redução de R$ 437 milhões em nosso capital de giro. No entanto, apesar da redução de 27,3% ou R$ 1,5 bilhão no endividamento líquido da Companhia, o índice de endividamento não apresentou melhora em função da redução de 30,5% no montante do EBITDA de 2009 em comparação ao ano anterior.

Continua

7.3. Investimentos

Em 2009, investimos R$ 658,7 milhões, 36,4% acima do valor investido em 2008. Os investimentos na manutenção da atual capacidade totalizaram R$ 283,5 milhões, sendo R$ 81,1 milhões na área industrial e R$ 202,3 na área florestal. Investimos ainda R$ 361,1 nos projetos de expansão no Maranhão e Piauí. Ao montante total, somam-se ainda R$ 14,1 milhões de outros investimentos.

7.4. Gestão de riscos empresariais

Nossa política de gestão de riscos comprovou sua eficácia em 2009 na medida em que, dentre os potenciais eventos que havíamos mapeado como prioritários no exercício anterior, e os quais vínhamos monitorando estreitamente, aqueles que se materializaram foram mitigados através dos planos de ação, contingência e controle previamente elaborados. O grande mérito e diferencial do modelo - que contempla a aplicação da metodologia do *Committe of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* (COSO) - é o seu alinhamento ao nosso Ciclo de Planejamento Estratégico (CPE). Dedicamo-nos intensamente a ele e envolvemos nos trabalhos todas as áreas internas. Assim, a estratégia bem formulada e a análise constante do andamento do mercado resultam na seleção acertada dos eventos de risco e na definição dos planos de ação, contingência e controle para fazer frente a eles.

Em 2009, esse modelo foi ainda mais fortalecido graças ao aperfeiçoamento da governança na gestão de riscos e à disseminação da metodologia, que prioriza os eventos de risco aos quais estamos sujeitos com base em seu impacto e probabilidade de ocorrência e detalha e acompanha cada um dos riscos selecionados. Esse trabalho envolveu todos os executivos e os comitês de Gestão e de Auditoria, que apontaram os 20 riscos mais relevantes para os negócios, incluindo riscos financeiros, mercadológicos, operacionais e ambientais.

Riscos econômico-financeiros

Um dos principais riscos econômico-financeiros a que estamos expostos é a volatilidade do Real frente ao Dólar, uma vez que parte significativa das receitas e do endividamento da Companhia é denominada nesta moeda. Nossa política de *hedge* é norteada pelo fato de que mais de 50% da receita líquida é proveniente de exportações com preços em Dólares. Este *hedge* natural permite conciliar o fluxo de pagamentos dos financiamentos e das demais obrigações denominadas em Dólares com o fluxo de recebimentos das vendas. O excedente de receitas em Dólares não atreladas aos compromissos da dívida e demais obrigações é vendido no mercado de câmbio, com uso de operações à vista e nos mercados de futuros para buscar as melhores oportunidades de contratação destas vendas. Em 31 de dezembro de 2009, havia US$ 316,6 milhões em operações contratadas para venda futura de Dólares, sendo US$ 241,6 milhões através de NDF's (*Non Deliverable Forwards*) simples e US$ 75 milhões através de posições com opções de compra e venda de Dólares que têm como objetivo proteger as receitas de exportações (*hedge*) sem custo inicial para a Companhia (*zero cost collar*).

Além disso, são celebrados também contratos para o *swap* de taxas de juros flutuantes para taxas fixas e contratos para fixação dos preços de celulose, para diminuir os efeitos destas variações sobre o fluxo de caixa da Companhia.

Como estratégia de proteção contra a volatilidade do risco-país e a eventual indisponibilidade de linhas de financiamento, adotamos como política a manutenção do perfil alongado de nossa dívida e de um elevado volume de liquidez, com redução do risco de rolagem da dívida. Em 31/12/2009, o *duration* da dívida de longo prazo era de 2,8 anos, em comparação a 3,0 anos em 2008. O saldo de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras, por sua vez, era de R$ 2.482,6 milhões no final de 2009, em comparação a R$ 2.176,3 milhões em 31/12/2008.

8. Mercado de Capitais

O capital social da Companhia é representado por 107.821.512 ações ordinárias (SUZB3) e 206.660.984 ações preferenciais (SUZB5 e SUZB6), totalizando 314.482.496 ações, negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa). Desse total, em 30 de dezembro de 2009, a Companhia possuía 2.537.343 ações preferenciais e 5.428.955 ações ordinárias em tesouraria.

Ao final de dezembro, as ações preferenciais SUZB5 estavam cotadas a R$ 20,50. Os papéis da Companhia integram o Nível 1 de governança corporativa e o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da bolsa.

Em 2009, as ações da Companhia apresentaram valorização de 76,3%, enquanto o Ibovespa valorizou-se em 82,7% e o IBRX-50 valorizou-se em 72,4%. O valor de mercado da Suzano em 30 de dezembro atingiu R$ 6,3 bilhões em comparação a R$ 3,7 bilhões no final do ano passado.

No ano de 2009, registramos uma média de 1.207 negócios ao dia e volume médio diário de R$ 12 milhões. O *free float* em 2009 atingiu 45,1% do total das ações.

9. Governança Corporativa

O tripé Grupo Controlador Definido, Mercado de Capitais e Gestão Profissional pauta nossa governança corporativa e, consequentemente, nosso relacionamento com o mercado de capitais e com os investidores. Fornecemos a eles todas as informações e os dados, de forma clara, para que possam avaliar com facilidade nosso desempenho e checar sua sintonia às estratégias de crescimento traçadas em nossos ciclos anuais de planejamento.

Diversas ferramentas dão suporte a essa governança, entre elas o Código de Conduta que, no ano, passou por atualização para se adequar a novas situações inerentes aos desafios impostos pelo ciclo de crescimento. Ele é divulgado amplamente entre todos os *stakeholders* para expressar e reafirmar nosso comportamento empresarial e o que esperamos de nossos parceiros de negócios. Ainda para manter sólidos nossos princípios éticos, contamos com Ouvidores Internos, aos quais compete disseminar nossos princípios e receber relatos de conflitos éticos ou desvios de conduta, e com Ouvidores Gerais, responsáveis pelo encaminhamento ao Comitê de Conduta das denúncias recebidas. Outro canal nesse sentido é a Ouvidoria Externa, administrada por empresa independente, que também recebe relatos por telefone (0800 771 4060) e pela internet (ouvidoriaexterna@austernet.com.br).

Essa forma de gestão e controle é reforçada por um Comitê de Conduta - alçado a essa condição em 2009 - responsável por zelar pela ética na condução dos negócios e pelo aperfeiçoamento contínuo do diálogo com nossos *stakeholders*. Este Comitê empreende esforços no sentido de responder a todas as denúncias pendentes nas Ouvidorias, interna e externa.

Para auditar nossos resultados e a eficácia dos controles internos e práticas contábeis, recorremos a auditorias internas e externas, que apresentam seus diagnósticos ao Comitê de Auditoria. Os serviços de auditoria externa são prestados pela empresa Ernst & Young Auditores Independentes S.AS., com a qual mantemos contrato desde 2004.

Estrutura organizacional

Nossa gestão é exercida pelo Conselho de Administração - que tem o apoio do Comitê de Gestão, do Comitê de Sustentabilidade e Estratégia e do Comitê de Auditoria - e pela Diretoria Executiva. Além disso, mantemos um Conselho Fiscal permanente, integrado por três membros efetivos e três suplentes.

Desde 2008 essa estrutura é reforçada ainda por 12 Comitês e 18 Subcomitês, além de diversos Grupos de Trabalho, todos alinhados ao nosso Modelo de Excelência da Gestão, responsáveis pela integração das áreas internas, pelo aprofundamento do aprendizado e pela disseminação das práticas e dos temas estratégicos. Todas essas instâncias são direcionadas ao alcance de três objetivos permanentes: maior foco no cliente, responsabilização por resultados e desenvolvimento de líderes.

Nossa estrutura organizacional é baseada em Unidades de Negócio, o que possibilita a avaliação de desempenho e retorno de cada negócio de forma independente. São três Unidades de Negócio - Florestal, Celulose e Papel -, que atuam com o suporte de quatro Prestadoras de Serviço: Operações; Recursos Humanos; Finanças e Estratégia, Novos Negócios e Relações com Investidores.

Conselho de Administração

É composto por nove membros - quatro deles independentes -, além de um honorário, que têm mandatos de dois anos e podem ser reeleitos. Eles se reúnem ordinariamente a cada três meses e extraordinariamente sempre que for necessário.

Em apoio ao órgão, o Comitê de Gestão trata de temas relacionados a finanças, orçamento e controle, gestão de talentos, remuneração de executivos, jurídicos e legais, novos negócios, investimentos e relacionamento com o mercado e formulação de políticas corporativas. Também acompanha os resultados e o desempenho dos executivos. Já o Comitê de Sustentabilidade e Estratégia subsidia as estratégias de longo prazo e seus planejamentos e dissemina o conceito de sustentabilidade e sua aplicação.

O Comitê de Auditoria, por sua vez, analisa as Demonstrações Financeiras, fiscaliza o trabalho das auditorias internas e externas, assim como os controles internos, e zela pelo cumprimento do Código de Conduta.

Auditoria e controles internos

Recorremos a auditores externos e à auditoria interna para a avaliação de nossos resultados, controles internos e nossas práticas contábeis. Os diagnósticos das análises são apresentados ao Comitê de Auditoria.

Desde 2004, mantemos como prestadora de serviços de auditoria independente, a Ernst & Young Auditores Independentes S.S., cujos trabalhos, restritos ao escopo da auditoria, possibilitam o aprimoramento dos controles internos, em especial relacionados a aspectos fiscais, contábeis e de tecnologia da informação.

10. Responsabilidade Social Corporativa

A transparência e o compromisso com os avanços sociais permeiam nosso relacionamento com o governo e a sociedade e se revelam em vários aspectos. Somos signatários do Pacto Global, iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU) para a disseminação de princípios nas áreas de direitos humanos, relações de trabalho, meio ambiente e combate à corrupção; dos Oito Objetivos do Milênio, também da ONU, que estabelece o alcance até 2015 de objetivos relacionados à erradicação da miséria, saúde, qualidade de vida e meio ambiente; e do Pacto Empresarial Contra a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes nas Estradas, mantido no âmbito do programa Na Mão Certa, da Childhood Brasil. Em 2009, passamos a integrar também o Fórum Amazônia Sustentável, organização permanente de debates cuja missão é mobilizar segmentos sociais e promover o diálogo e a cooperação para articular ações visando a uma Amazônia justa e sustentável. A agenda de trabalho do Fórum em 2009 deu prioridade ao tema mudanças climáticas, ao qual também nos dedicamos no período com iniciativas como o levantamento da pegada de carbono.

Somos associados ainda a uma série de entidades, nacionais e internacionais, tanto de defesa do meio ambiente e dos avanços sociais como representantes do nosso segmento de atuação, como *The Nature Conservancy* (TNC), *World Wide Fund for Nature* (WWF), *International Council of Florest and Paper Association* (ICFPA), FSC Internacional e Brasil, Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, Associação Brasileira de Celulose e Papel - Bracelpa, Associação Brasileira de Produtores de Florestas Plantadas (Abraf), Associação Baiana de Produtores de Florestas Plantadas (Abaf) e Florestar São Paulo. Outra organização a qual nos integramos em 2009, apesar de já participarmos de sua versão internacional, o *World Business Council for Sustainable Development*, foi o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), que tem como desafio criar condições no meio empresarial para que haja uma relação harmoniosa entre as três dimensões da sustentabilidade: econômica, social e ambiental.

Por meio dessas participações, contribuímos para a formulação de políticas públicas. Exemplos nesse sentido foram: o trabalho realizado em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV) para a adaptação do GHG Protocol - ferramenta mundial de contabilização de gases de efeito estufa (GEE) - à realidade brasileira; adesão à Empresas pelo Clima, criada em 2009 como uma plataforma de líderes setoriais no combate às mudanças climáticas no cenário brasileiro; e a participação na elaboração de documentos ao governo brasileiro com propostas para as negociações internacionais que foram levadas ao COP 15 (Conferência das Partes das Nações Unidas).

Em 2009 mantivemos nossos investimentos sociais em iniciativas focadas especialmente em educação, meio ambiente e geração de renda. Uma delas é o Programa Educar e Formar, que agrega três ações: reformas e adequações da infraestrutura escolar; apoio à aprendizagem, em parceria com o Instituto Ayrton Senna; e incentivo à leitura, conduzido com o Instituto Ecofuturo. Em 2009, expandimos o alcance do programa com o início das atividades em três municípios em Minas Gerais e quatro no Espírito Santo. Na Bahia, onde já atendíamos seis municípios, ingressamos também na cidade de Medeiros Neto. Assim, foram capacitados 2,9 mil professores e beneficiados 49 mil alunos. Já as reformas e adequações das instalações foram feitas em quinze unidades escolares do Espírito Santo, cinco em Minas Gerais e quinze na Bahia, o que possibilitou melhores condições de aprendizado a mais de 12 mil alunos. Desde o início do Programa Educar e Formar, em 2008, foram realizadas 95 reformas, capacitados 5,6 mil professores e atendidos 92 mil alunos.

Outra iniciativa que mantemos desde 2005 é o Projeto Formare, direcionado ao desenvolvimento das potencialidades de jovens de baixa renda das comunidades do nosso entorno. Com escolas instaladas nas unidades Mucuri e Suzano e, desde 2009, também em Embu, o projeto prepara jovens para o mercado de trabalho com um currículo que combina formações técnica e humanista. Um dos diferenciais da iniciativa é a adesão de colaboradores que atuam como educadores voluntários. Com quatro turmas capacitadas e uma quinta em andamento, as escolas já formaram nos últimos quatro anos 154 jovens, dos quais 61% estão no mercado de trabalho. Desses, 19 são nossos colaboradores e 9 estão em empresas que prestam serviço para a Suzano.

Além disso, mantivemos no ano a prática de acompanhar toda a agenda legislativa, diretamente e por intermédio da Bracelpa e da ABRAF, de forma a contribuir com o debate e a busca de soluções em temas de interesse do setor de papel e celulose. A tarefa foi aperfeiçoada em 2009 com a criação do Sistema Interno de Assuntos Governamentais (SIAG), disponível em nossa intranet, cujo objetivo é possibilitar a pesquisa de perfis - e evento relacionados - de todas as autoridades políticas nas esferas federal, estaduais e municipais.

11. Gestão de pessoas e equipes

Nossa política de gestão de pessoas é estruturada a partir das resoluções do Ciclo de Planejamento Estratégico, o que possibilita que o perfil dos negócios determine as características e habilidades necessárias aos profissionais que desejamos manter no âmbito do nosso ciclo de expansão.

Para fortalecer esse alinhamento, desenhamos em 2009 nosso Sistema de Gestão de Desempenho de Pessoas, que será aplicado integralmente em 2010 a todos os níveis, exceto operacionais, e contempla da avaliação de desempenho individual ao plano de sucessão. O processo tem início com a autoavaliação, seguida da avaliação do gestor, a partir das quais elaboramos diagnósticos das competências e realizações. O trabalho resulta em planos de ação e retenção, estabelecidos a partir do mapa de competências norteadas por nossos Valores. Esse novo modelo, que será fundamental para amparar o ciclo de crescimento, já foi aplicado em 2009 nos níveis de diretoria e gerência e resultou em uma série de treinamentos e no redesenho do sistema de remuneração, calcado na meritocracia. Já aos colaboradores que atuam diretamente nas operações, demos continuidade à aplicação de políticas de avaliação e feedbacks contínuos. Independentemente da metodologia utilizada, pelo quarto ano consecutivo, 100% de todos os nossos funcionários receberam, em 2009, análise de desempenho e desenvolvimento de carreira.

Além disso, em sintonia com a racionalização de custos para fazer frente aos efeitos da crise financeira mundial, assumimos internamente diversas atividades até então terceirizadas, readequamos os turnos de trabalho - o que exigiu dispensas no início do período - e reestruturamos o quadro funcional.

Em alinhamento à nossa estratégia de oferecer sempre condições para os desenvolvimentos profissional e pessoal de nossos colaboradores, promovemos em 2009, 291 mil horas de treinamentos, num total de mais de 13 mil participações presenciais, tanto em cursos internos como externos, numa média de 75,3 horas de treinamento por colaborador. Além disso, na metodologia de ensino à distância, tivemos aproximadamente 2 mil horas de treinamento e 3,1 mil participações. Para isso, investimos R$ 2,9 milhões, parte dos quais também foi destinada a subsidiar cursos de idiomas, primeira graduação e pós-graduação.

Com o objetivo de contribuir para a segurança e saúde dos colaboradores e estimular a adoção de hábitos de vida mais saudáveis, disponibilizamos programas que visam atuar de forma preventiva e contínua e trabalhar de maneira integrada os aspectos físicos, sociais e emocionais. Para contemplar todos esses aspectos, o Programa de Qualidade de Vida é baseado em quatro pilares: Cultura e Lazer, Saúde, Relacionamentos e Mente. Em 2009 visando maior visibilidade ao pilar saúde e alinhamento às diretrizes estratégicas de Recursos Humanos, foi realizado o programa Saúde Nota 10, com o objetivo de estimular a adoção de hábitos de vida saudável. O programa contempla participação espontânea, com metas e prazos, além de propiciar a integração entre colaboradores, organizados em times, incentivando uma competição saudável para os melhores resultados.

Mantivemos em 2009, a trajetória descendente de acidentes de trabalho na Companhia. O número total de acidentes em 2009, incluindo pessoal próprio e terceiros, foi de 69 (63 sem afastamento e 6 com afastamento) em comparação a 109 em 2008 (104 sem afastamento e 5 com afastamento). A Taxa de Freqüência de Acidentes com pessoal próprio e de terceiros (medida pelo número de acidentados com afastamento do trabalho, por milhão de horas-homem de exposição ao risco) ficou em 3,16, em comparação a 4,97 em 2008. Estes resultados reforçam ainda mais nossa posição entre os melhores do mundo no que se refere à segurança do trabalho.

12.Reconhecimento externo

O reconhecimento do mercado ao nosso trabalho e aos aperfeiçoamentos contínuos que promovemos nas três dimensões da sustentabilidade se traduz também na conquista de títulos e prêmios. Em 2009, vários deles reforçaram nossa convicção de estarmos preparados para enfrentar com sucesso um novo ciclo de crescimento.

- Figuramos como a grande vencedora do prêmio Melhores do Agronegócio, da revista Globo Rural. Além de termos sido considerados a melhor empresa de papel e celulose do País, também conquistamos o título Campeã das Campeãs, disputado pelas 30 companhias setoriais ganhadoras.
- Fomos escolhidos como a Melhor Empresa do Setor de Celulose e Papel pela revista IstoÉ Dinheiro que, anualmente, publica um ranking com as 500 melhores empresas do Brasil.
- Pelo quarto ano consecutivo, participamos do ranking das Melhores & Maiores empresas do País, elaborada pela revista Exame (três anos como a Melhor e um ano em segundo lugar).
- Fomos escolhidos como Empresa Modelo, pelo Guia Exame de Sustentabilidade, pelo sexto ano consecutivo. Destacamo-nos por nossa estratégia de longo prazo direcionada a uma economia de baixo carbono, que envolve da realização do inventário de emissões e definição de metas para a redução ao lançamento de produtos ecologicamente corretos.
- Pelo segundo ano consecutivo, conquistamos o Prêmio Época Mudanças Climáticas, promovido pela revista Época em parceria com a PriceWaterhouseCoopers como reconhecimento às organizações que publicam relatórios de emissões de gases de efeito estufa e atuam para reduzi-las.
- Fomos premiados pela *Rainforest Alliance* por nossos investimentos em inovação, nosso compromisso com a sustentabilidade e nossa dedicação à biodiversidade.
- Conquistamos o *Pulp and Paper International (PPI) Award*, na categoria Melhor Estratégia Empresarial. O prêmio é promovido pela RISI, maior provedora mundial de informações para a indústria de base florestal. A RISI também reconheceu nosso presidente, Antonio Maciel Neto, como o CEO do ano na América Latina.
- Integramos, pelo quinto ano consecutivo, a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BM&FBovespa.
- Fomos contemplados com o *IR Magazine Awards* Brazil como a empresa que apresentou maior evolução em RI. O prêmio é promovido pela IR Magazine - a mais importante publicação internacional sobre relações com investidores - em parceria com a Revista RI e o Instituto Brasileiro de Relações com Investidores (IBRI).
- Recebemos o prêmio Destaque do Setor de Papel, outorgado pela Associação Brasileira Técnica de Celulose e Papel (ABTCP).
- Fomos considerados referência em excelência operacional pela *International Quality & Productivity Center (IQPC),* organização que atua em diversos países na atualização permanente da gestão empresarial em todas as frentes.
- Nossa linha de papelcartão se destacou no Prêmio Abre Design de Embalagens: sete das doze embalagens em papelcartão vencedoras foram confeccionadas com os nossos produtos.
- Nossos programas Escola Formare e Diálogos Sociais nos levaram à conquista do Prêmio Mogi News/ Chevrolet de Responsabilidade Social Empresarial do Alto Tietê.
- Recebemos o *SOPX New Product on the Award* - o melhor lançamento de 2008 no segmento de papéis para escritório - com o Report® Carbon Neutral, em evento realizado pela *Stationery & Office Products Show*, em Londres.
- Em parceria com a Orsa, vencemos o 18° Prêmio Brasileiro de Embalagem, promovido pela revista Embanews, na categoria Marketing/Embalagem Promocional, com o carrinho de feira Report®, distribuído durante a Escolar 2008.
- Conquistamos o Prêmio de Excelência Sergipe, promovido pela Fundação Nacional da Qualidade (FNQ) e pelo Movimento Competitivo Sergipe (MCS) para reconhecer o trabalho das organizações na promoção e disseminação da excelência de sua gestão.

Observação:

Os dados não financeiros, tais como volumes, quantidade, preços médios, cotações médias e EBITDA, em Reais e em Dólares não foram objeto de auditoria pelos nossos auditores independentes.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
Ativo	**2009**	**2008**	**2009**	**2008**
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	2.261.889	1.921.063	2.533.285	2.176.312
Ganhos não realizados em operações com derivativos (Nota 23)	11.641	1.737	12.961	16.939
Contas a receber de clientes (Nota 6)	958.763	1.391.670	621.195	790.042
Estoques (Nota 7)	499.976	585.867	605.657	881.568
Impostos e contribuições sociais a compensar (Nota 8)	237.587	333.700	238.825	361.025
Impostos e contribuições sociais diferidos (Nota 9)	62.385	60.766	69.297	131.351
Créditos a receber de partes relacionadas (Nota 17)	1.500	380	-	-
Créditos a receber de precatório indenizatório (Nota 10)	6.162	-	6.162	-
Outras contas a receber	49.595	40.723	55.554	44.964
Despesas antecipadas	5.226	4.411	5.319	4.509
Total do ativo circulante	4.094.724	4.340.317	4.148.255	4.406.710
Não circulante				
Ativo realizável a longo prazo				
Ganhos não realizados em operações com derivativos (Nota 23)	9.315	577	15.089	14.449
Impostos e contribuições sociais a compensar (Nota 8)	110.407	152.436	110.408	152.440
Impostos e contribuições sociais diferidos (Nota 9)	495.424	644.199	501.818	646.647
Créditos a receber de partes relacionadas (Nota 17)	1.111	49.083	-	-
Créditos a receber de precatório indenizatório (Nota 10)	55.461	-	55.461	-
Adiantamento a fornecedores (Nota 11)	243.480	215.632	243.480	215.632
Depósitos judiciais	62.194	90.020	64.969	92.366
Bens disponíveis para venda	90.365	-	90.365	-
Outras contas a receber	44.314	32.222	52.483	43.902
	1.112.071	1.184.169	1.134.073	1.165.436
Ativo permanente				
Investimentos (Nota 12)	231.213	240.311	13.843	8.100
Imobilizado (Nota 13)	6.663.331	6.551.349	6.961.336	6.876.776
Intangível (Nota 14)	501.462	501.457	501.462	501.457
	7.396.006	7.293.117	7.476.641	7.386.333
Total do ativo não circulante	8.508.077	8.477.286	8.610.714	8.551.769
Total do ativo	**12.602.801**	**12.817.603**	**12.758.969**	**12.958.479**

	Controladora		Consolidado	
Passivo e patrimônio líquido	**2009**	**2008**	**2009**	**2008**
Circulante				
Fornecedores	262.667	219.067	268.050	277.318
Financiamentos e empréstimos (Nota 15)	1.268.002	1.690.813	1.287.752	1.703.942
Debêntures (Nota 16)	113.747	32.863	113.747	32.863
Perdas não realizadas em operações com derivativos (Nota 23)	37.052	150.039	51.654	151.022
Impostos a vencer	40.548	10.130	42.938	36.812
Remunerações e encargos a pagar	72.540	72.008	74.345	75.715
Valores a pagar para partes relacionadas (Nota 17)	19.092	15.917	-	521
Dívida com aquisição de terrenos, fazendas e reflorestamento (Nota 21)	58.756	-	61.262	-
Contas a pagar	43.765	45.545	48.079	54.826
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar (Nota 24)	170.464	470	170.464	470
Imposto de renda e contribuição social	-	-	2.017	3.630
Impostos e contribuições sociais diferidos (Nota 9)	19.743	19.474	19.743	19.474
Total do passivo circulante	2.106.376	2.256.326	2.140.051	2.356.593
Não circulante				
Passivo exigível a longo prazo				
Financiamentos e empréstimos (Nota 15)	4.183.258	4.907.536	4.411.577	5.094.183
Debêntures (Nota 16)	685.963	804.056	685.963	804.056
Perdas não realizadas em operações com derivativos (Nota 23)	23.810	51.652	25.727	54.398
Valores a pagar a partes relacionadas (Nota 17)	174.119	116.850	-	-
Dívida com aquisição de terrenos, fazendas e reflorestamento (Nota 21)	92.381	-	164.565	-
Contas a pagar	7.576	3.321	7.576	3.321
Imposto de renda e contribuição social	14.107	13.200	14.107	13.200
Impostos e contribuições sociais diferidos (Nota 9)	625.939	623.350	625.939	623.350
Provisão para contingências e passivos atuariais (Nota 18)	278.955	262.767	286.833	269.137
Plano de remuneração baseado em ações (Nota 20)	12.851	3.582	12.851	3.582
Total do passivo não circulante	6.098.959	6.786.314	6.235.138	6.865.227
Patrimônio líquido (Nota 24)				
Capital social	2.054.430	2.054.430	2.054.430	2.054.430
Reservas de capital e de lucros	2.343.036	1.720.533	2.329.350	1.682.229
Total do patrimônio líquido	4.397.466	3.774.963	4.383.780	3.736.659
Total do passivo e patrimônio líquido	**12.602.801**	**12.817.603**	**12.758.969**	**12.958.479**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2009	**2008**	**2009**	**2008**
Receita operacional bruta	4.144.328	4.879.104	4.466.022	4.648.193
Impostos sobre as vendas	(502.029)	(582.982)	(513.276)	(584.597)
Receita operacional líquida	3.642.299	4.296.122	3.952.746	4.063.596
Custo dos produtos vendidos	(2.592.386)	(2.651.148)	(3.043.078)	(2.647.236)
Lucro bruto	1.049.913	1.644.974	909.668	1.416.360
Receitas (despesas) operacionais				
Despesas com vendas	(354.916)	(408.697)	(158.489)	(200.920)
Despesas gerais e administrativas	(188.116)	(173.935)	(205.240)	(205.250)
Honorários da administração (Nota 17)	(23.445)	(42.135)	(25.539)	(46.154)
Despesas financeiras (Nota 26)	589.312	(2.040.461)	572.022	(2.095.657)
Receitas financeiras (Nota 26)	73.331	625.523	124.378	521.960
Resultado da equivalência patrimonial (Nota 12)	(10.342)	(122.934)	-	(515)
Amortização de ágio (Nota 14)	-	(79.044)	-	(79.044)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas (Nota 25)	5.961	12.782	15.299	53.437
Lucro (prejuízo) operacional	1.141.698	(583.927)	1.232.099	(635.783)
Imposto de renda e contribuição social (Nota 9)	(288.383)	149.144	(354.167)	184.475
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	853.315	(434.783)	877.932	(451.308)
Lucro (prejuízo) por ação	2,78392	(1,41847)		
Quantidade de ações em circulação no fim do exercício	306.516	306.516		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008 (Em milhares de reais)

		Reservas de capital			Reservas de lucros				
	Capital social	**Incentivos fiscais**	**Especial de ágio na incorporação**	**Ações em tesouraria**	**Reserva legal**	**Reserva para aumento de capital**	**Reserva estatutária especial**	**Lucros (prejuízos) acumulados**	**Total**
Saldos em 31 de dezembro de 2007	2.054.427	303.507	108.723	(15.080)	149.315	1.614.315	181.254	-	4.396.461
Aumento de capital pela conversão de debêntures em ações	3	-	-	-	-	-	-	-	3
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	(434.783)	(434.783)
Aquisição de ações próprias	-	-	-	(186.718)	-	-	-	-	(186.718)
Destinações:									
Compensação de prejuízos acumulados	-	-	-	-	-	(434.783)	-	434.783	-
Saldos em 31 de dezembro de 2008	2.054.430	303.507	108.723	(201.798)	149.315	1.179.532	181.254	-	3.774.963
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	853.315	853.315
Destinações:									
Juros sobre capital próprio creditados e pagos em 11 de novembro de 2009	-	-	-	-	-	-	-	(35.296)	(35.296)
Juros sobre capital próprio creditados em 30 de dezembro de 2009, a serem pagos em 10 de março de 2010	-	-	-	-	-	-	-	(192.247)	(192.247)
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	-	(3.269)	(3.269)
Reserva de incentivos fiscais									
SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste	-	35.715	-	-	-	-	-	(35.715)	-
Reserva legal	-	-	-	-	42.666	-	-	(42.666)	-
Reserva para aumento de capital	-	-	-	-	-	489.711	-	(489.711)	-
Reserva estatutária especial	-	-	-	-	-	-	54.411	(54.411)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2009	2.054.430	339.222	108.723	(201.798)	191.981	1.669.243	235.665	-	4.397.466

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2009	**2008**	**2009**	**2008**
Fluxos de caixa e equivalentes de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	853.315	(434.783)	877.932	(451.308)
Ajustes para conciliar o resultado ao caixa e equivalentes de caixa gerados pelas atividades operacionais				
Depreciação, exaustão e amortização	475.988	375.334	485.022	451.763
Resultado na venda de ativos permanentes	(39.632)	(19.107)	(39.626)	(23.395)
Resultado da equivalência patrimonial	10.342	122.934	-	515
Amortização de ágio	-	79.044	-	79.044
Variações cambiais e monetárias, líquidas	(1.053.747)	1.113.623	(1.029.157)	1.039.018
Despesas com juros, líquidas	414.930	364.180	428.709	373.905
(Ganhos) Perdas com derivativos, líquidos	(51.676)	234.446	(33.932)	213.916
Despesa com Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	288.383	(149.144)	354.167	(184.475)
Despesas com outros impostos	109.187	118.748	142.526	129.832
Provisão de contingências e passivos atuariais	(475)	44.599	1.033	31.266
Despesas com plano de remuneração baseado em ações	9.269	-	9.269	-
(Complemento) reversão de outras provisões	-	(19.439)	-	(20.684)
Despesas de juros com aquisição de ações próprias	-	110.860	-	110.860
(Reversão) provisão para perdas em Investimentos	(1.483)	-	(1.483)	-
Variações de ativos e passivos operacionais, circulantes e de longo prazo:				
Redução (aumento) em contas a receber	432.907	(468.718)	168.847	(55.882)
Redução (aumento) em estoques	85.891	(44.376)	275.911	(228.283)
Redução (aumento) em impostos a compensar	138.142	(128.600)	164.232	(130.608)
(Aumento) em outros ativos circulantes e não circulantes	(60.889)	(130.330)	(107.456)	(39.396)
Liquidação de contratos de operações com derivativos	(71.478)	(27.350)	(71.478)	(36.212)
Aumento (redução) em fornecedores	43.600	(92.302)	(9.268)	(67.962)
Aumento (redução) em outros passivos circulantes e não circulantes	184.238	(84.936)	140.779	(3.541)
Pagamento de juros	(311.528)	(268.656)	(318.550)	(284.980)
Pagamento de outros impostos e contribuições	(73.890)	(79.182)	(75.037)	(86.881)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(171.920)	-	(177.366)	(52.675)
Efeito líquido com a cisão da Ripasa e incorporação da Conpacel	-	41.621	-	41.621
Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados pelas atividades operacionais	1.209.474	658.466	1.185.074	805.458
Fluxos de caixa e equivalentes de caixa das atividades de investimentos				
Adições em investimentos	(63)	-	(5.052)	-
Adições no imobilizado e diferido	(675.228)	(910.029)	(658.658)	(1.065.854)
Aplicações financeiras de longo prazo	-	-	-	-
Recebimentos por venda de ativos permanentes	67.345	59.210	67.383	66.011
Efeito líquido com a cisão da Ripasa e incorporação da Conpacel	-	610.393	-	583.035
Caixa e equivalentes de caixa líquidos aplicados nas atividades de investimentos	(607.946)	(240.426)	(596.327)	(416.808)
Fluxos de caixa e equivalentes de caixa das atividades de financiamentos				
Pagamentos de dividendos e juros sobre capital próprio	(35.347)	(64.619)	(35.347)	(64.619)
Empréstimos captados	2.193.959	2.962.611	2.288.303	2.996.337
Liquidação de contratos de operações com derivativos	(36.317)	(4.104)	(25.796)	(3.672)
Pagamentos de empréstimos	(2.382.997)	(2.070.378)	(2.399.331)	(2.177.194)
Aquisição de ações próprias	-	(297.578)	-	(297.578)
Eliminação do efeito com a cisão da Ripasa	-	(82.534)	-	(82.534)
Caixa e equivalentes de caixa líquidos (aplicados) gerados pelas atividades de financiamentos	(260.702)	443.398	(172.171)	370.740
Efeitos de variação cambial em caixa e equivalentes de caixa	-	-	(59.603)	77.002
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	340.826	861.438	356.973	836.392
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.921.063	1.059.625	2.176.312	1.339.920
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2.261.889	1.921.063	2.533.285	2.176.312
Demonstração do aumento no caixa e equivalentes de caixa	340.826	861.438	356.973	836.392

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
Receitas	**2009**	**2008**	**2009**	**2008**
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	4.118.013	4.847.392	4.428.460	4.670.736
Outras receitas	88.895	80.839	105.520	146.800
Receitas relativas à construção de ativos próprios	89.840	68.602	89.912	68.602
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Reversão/(Constituição)	(3.398)	(9.101)	(3.398)	(10.030)
	4.293.350	4.987.732	4.620.494	4.876.108
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(1.562.851)	(1.519.587)	(2.009.683)	(1.466.965)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(1.295.608)	(1.646.164)	(1.099.774)	(1.364.765)
Perda/Recuperação de valores ativos	(58.982)	(60.431)	(58.982)	(60.431)
	(2.917.441)	(3.226.182)	(3.168.439)	(2.892.161)
Valor adicionado bruto	1.375.909	1.761.550	1.452.055	1.983.947
Depreciação, amortização e exaustão	(475.988)	(375.334)	(485.022)	(451.763)
Valor adicionado líquido produzido pela companhia	899.921	1.386.216	967.033	1.532.184
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado da equivalência patrimonial	(10.342)	(122.934)	-	(515)
Receitas financeiras	72.311	625.523	123.358	521.960
Outras	1.020	(79.044)	1.012	(79.043)
Amortização de ágio	-	(79.044)	-	(79.044)
Outras	-	-	(8)	1
Dividendos recebidos de investimentos ao custo	1.020	-	1.020	-
	62.989	423.545	124.370	442.402
Valor adicionado a distribuir	962.910	1.809.761	1.091.403	1.974.586
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal	399.190	376.432	408.469	409.557
Remuneração direta	316.286	294.213	324.561	326.308
Benefícios	64.819	65.190	65.822	66.193
F.G.T.S	18.085	17.029	18.086	17.056
Impostos, taxas e contribuições	238.881	(236.356)	315.253	(143.623)
Federais	321.545	(160.726)	394.637	(113.246)
Estaduais	(85.301)	(78.334)	(82.905)	(34.423)
Municipais	2.637	2.704	3.521	4.046
Remuneração de capitais de terceiros	(528.476)	2.104.468	(510.251)	2.159.960
Juros	508.677	935.224	516.991	965.707
Aluguéis	60.836	64.007	61.771	64.303
Variações monetárias passivas	(1.097.989)	1.105.237	(1.089.013)	1.129.950
Remuneração de capitais próprios	853.315	(434.783)	877.932	(451.308)
Dividendos e juros sobre o capital próprio	230.812	-	230.812	-
Lucros retidos/Prejuízo do exercício	622.503	(434.783)	647.120	(451.308)
	962.910	1.809.761	1.091.403	1.974.586

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

SUZANO PAPEL E CELULOSE S.A.

CNPJ nº 16.404.287/0001-55

Companhia Aberta

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Suzano Papel e Celulose S.A. (a seguir designada como Companhia ou Suzano) e suas controladas, com unidades de produção nos Estados da Bahia e de São Paulo, têm como atividade principal a fabricação e a comercialização, no País e no exterior, de celulose de fibra curta de eucalipto e papel, além da formação e exploração de florestas de eucalipto para uso próprio e venda a terceiros.

Para a comercialização de seus produtos no mercado internacional a Companhia utiliza-se de suas subsidiárias integrais localizadas no exterior, as quais não possuem unidades fabris.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

A autorização para conclusão da preparação das demonstrações contábeis ocorreu na reunião do Conselho de Administração, realizada em 02 de março de 2010.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (Lei nº 6.404/76) que incluem os dispositivos introduzidos, alterados e revogados pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, pela Medida Provisória nº 449, de 03 de dezembro de 2008, posteriormente convertida na Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, e pelos Pronunciamentos Técnicos, aplicáveis à Companhia, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela CVM e Conselho Federal de Contabilidade, cujo principal objetivo é de proporcionar a convergência das práticas contábeis anteriormente adotadas no Brasil, para aquelas constantes das normas internacionais de contabilidade.

A versão original do Pronunciamento Técnico "CPC 02 - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis" - previa, nos seus itens 4 e 5 a extensão, a determinadas controladas no exterior, dos procedimentos próprios de filiais para a contabilização de efeitos de mudanças nas taxas de câmbio. Estes itens diziam respeito, principalmente, ao tratamento a ser dado a tais controladas e exigiam a integração de seus ativos, passivos, resultados e fluxos de caixa às demonstrações da controladora. Essas disposições suscitaram diversas questões quanto à caracterização de tais controladas e aos impactos societários e contábeis decorrentes de sua aplicação. Devido a essas circunstâncias, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2008 e às três informações trimestrais apresentadas durante o exercício de 2009, a Companhia solicitou e obteve da CVM autorização para não aplicar, às demonstrações contábeis da controladora, as disposições contidas dos itens 4 e 5 da versão original do CPC02.

Por esse motivo, em 27 de março de 2009, o Conselho Federal de Contabilidade emitiu a Resolução CFC nº 1.164/09, tornando obrigatória a adoção dos parágrafos 4 e 5 do Pronunciamento Técnico CPC 02 (versão original desse CPC) somente a partir do encerramento do exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2009. Posteriormente, o CPC emitiu o documento "Revisão nº 1 de Pronunciamentos Técnicos e Orientação Técnica" de revisão dos Pronunciamentos Técnicos CPC 02, 03, 16, 26 e 36, e da Orientação Técnica OCPC 01, aprovado pela Deliberação CVM nº 624, de 28 de Janeiro de 2010, por meio do qual promoveu alterações em alguns dos parágrafos dessas normas. Especificamente quanto às alterações promovidas no CPC 02, foi removido o requerimento dos parágrafos 4 e 5 que estabeleciam a integração, às demonstrações da controladora, dos ativos, passivos e resultados e fluxos de caixa de determinadas controladas no exterior.

3. Sumário das principais práticas contábeis

3.1. <u>Apuração do resultado:</u> As receitas de vendas estão sendo apresentadas brutas, ou seja, incluem os impostos e os descontos incidentes sobre as mesmas, os quais estão apresentados como contas redutoras das receitas. O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável, todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador, a Companhia não detém mais controle ou responsabilidade sobre a mercadoria vendida e é provável que os benefícios econômicos sejam gerados a favor da Companhia. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. As receitas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de receitas financeiras.

3.2. <u>Investimentos e conversão de saldos denominados em moeda estrangeira:</u>

<u>a) Investimentos, moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis:</u> A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis da controladora (Companhia) e consolidadas. As demonstrações contábeis de cada controlada incluída na consolidação, que também são aquelas utilizadas como base para avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial, são preparadas com base na moeda funcional de cada entidade.

Para as controladas localizadas no exterior, os seus ativos e passivos monetários são convertidos de sua moeda funcional para Reais, utilizando a taxa de câmbio das datas de fechamento dos balanços e as respectivas contas de receitas e despesas são apuradas pelas taxas médias mensais dos exercícios. Já os ativos e passivos não monetários, são convertidos de sua moeda funcional para Reais pela taxa de câmbio da data da transação contábil (taxa histórica), assim como as respectivas contas de receitas e despesas. Tais controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, cujos resultados são reconhecidos na proporção da participação de investimento da Companhia.

Os investimentos em empresas controladas e coligadas localizadas no Brasil, nas quais a Companhia possui influência significativa, estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos permanentes são registrados pelo custo de aquisição deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável.

<u>b) Transações denominadas em moeda estrangeira:</u> Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional (o Real) usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos, verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios, são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

3.3. <u>Instrumentos financeiros:</u> Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros. A Companhia não adota o "*hedge accounting*" previsto no OCPC 03 (que substituiu o CPC 14).

3.3.1. <u>Ativos financeiros:</u> São classificados entre as categorias abaixo de acordo com o propósito para os quais foram adquiridos ou emitidos:

a) <u>Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:</u> Incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado e derivativos. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, correção monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado, quando incorridos, na linha de receitas ou despesas financeiras.

b) <u>Empréstimos (concedidos) e recebíveis:</u> Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, quando incorridos, na linha de receitas ou despesas financeiras.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, ganhos não realizados em operações com derivativos, classificados na categoria 3.3.1 (a); e contas a receber de clientes, classificados na categoria 3.3.1 (b).

A Companhia não identificou ativos financeiros que seriam classificados na categoria de investimentos mantidos até o vencimento.

3.3.2. <u>Passivos financeiros</u>: São classificados entre as categorias abaixo de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros contratados ou emitidos:

a) <u>Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:</u> Incluem passivos financeiros usualmente negociados antes do vencimento, passivos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado e derivativos. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

b) <u>Passivos financeiros não mensurados ao valor justo:</u> Passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento. Após o reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: contas a pagar a fornecedores, dívida com aquisição de terrenos, fazendas e reflorestamento, empréstimos, financiamentos e debêntures, classificados na categoria 3.3.2 (b) e perdas não realizadas em operações com derivativos, classificados na categoria 3.3.2 (a).

3.3.3. <u>Valor justo</u>: O valor justo dos instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados organizados é determinado com base nos valores cotados no mercado nas datas de fechamento dos balanços. Na inexistência de mercado ativo, o valor justo é determinado por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de transações de mercado recentes entre partes independentes, referência ao valor justo de instrumentos financeiros similares, análise dos fluxos de caixa descontados ou outros modelos de avaliação.

3.4. <u>Caixa e equivalentes de caixa:</u> Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras de liquidez imediata ou resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas dos balanços e com risco insignificante de mudança de seu valor justo. As aplicações financeiras denominadas como equivalentes de caixa são classificadas na categoria "ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado".

3.5. <u>Contas a receber de clientes:</u> Classificado na categoria de instrumentos financeiros "empréstimos (concedidos) e recebíveis", estando apresentados a valores de realização, com atualização cambial quando denominados em moeda estrangeira, e ajustados por provisão para créditos de liquidação duvidosa, constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber.

3.6. <u>Estoques:</u> Avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, não excedendo o seu valor de mercado. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

3.7. <u>Imobilizado:</u> Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, adicionado dos juros e demais encargos financeiros incorridos durante a construção ou desenvolvimento de projetos, atualizado monetariamente com base na legislação em vigor até 31 de dezembro de 1995.

A depreciação dos bens é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 13 e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens. Efeitos decorrentes de eventuais alterações nessas estimativas, se relevantes, são tratados como mudança de estimativas contábeis e reconhecidos de forma prospectiva no resultado do exercício. Encargos financeiros e os gastos que aumentam significativamente a vida útil dos bens são capitalizados ao valor do ativo imobilizado e depreciados, considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o item do imobilizado aos quais foram incorporados. Os gastos com manutenção e reparos, que não aumentam significativamente a vida útil dos bens, são contabilizados como despesa quando incorridos.

O reflorestamento é avaliado pelo custo de aquisição, formação e conservação e tem sua exaustão calculada em função do volume colhido com base no custo médio da área colhida.

O imobilizado está líquido de créditos de PIS/COFINS e ICMS e a contrapartida está registrada como impostos a compensar.

3.8. <u>Arrendamento mercantil:</u> Os contratos de arrendamento mercantil financeiro são reconhecidos no ativo imobilizado e no passivo de empréstimos e financiamentos, pelo menor valor entre o valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato e o valor justo do ativo, acrescidos, quando aplicável, dos custos iniciais diretos incorridos na transação. Os montantes registrados no ativo imobilizado são depreciados pela vida útil-econômica estimada dos bens ou a duração prevista do contrato de arrendamento, dependendo das características específicas de cada transação. Os juros implícitos no passivo reconhecido de empréstimos e financiamentos são apropriados ao resultado de acordo com a duração do contrato pelo método da taxa de efetiva de juros. Os contratos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa numa base sistemática que represente o período em que o benefício sobre o ativo arrendado é obtido, mesmo que tais pagamentos não sejam feitos nessa base.

3.9. <u>Intangível:</u> Referem-se a ágios gerados nas aquisições de investimentos ocorridas até 31 de dezembro de 2008, que têm como fundamento econômico a rentabilidade futura e foram amortizados de forma linear pelo prazo de 5 a 10 anos até aquela data. A partir de 1º de janeiro de 2009, não estão sendo mais amortizados devendo apenas ser submetidos a teste anual para análise de perda do seu valor recuperável (vide Nota Explicativa nº 14).

3.10. <u>Provisão para recuperação de ativos:</u> A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

3.11. <u>Passivos atuariais:</u> Os planos de benefício definido são avaliados por atuário independente, ao final de cada exercício, para verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos atuais e futuros. Os ganhos ou perdas atuariais são reconhecidos no resultado de acordo com o regime de competência.

3.12. <u>Outros ativos e passivos:</u> Um passivo é reconhecido quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Outros ativos são reconhecidos somente quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Ativos contingentes não são reconhecidos.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

3.13. <u>Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro:</u> A tributação sobre o lucro do exercício compreende o Imposto de Renda Pessoa Jurídica ("IRPJ") e a Contribuição Social Sobre Lucro Líquido ("CSLL"), compreendendo o imposto corrente e o diferido, que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro contábil ajustado), às alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo elas: (i) Imposto de renda - calculado à alíquota de 25% sobre o lucro contábil ajustado (15% sobre o lucro tributável acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R$ 240 no período de 12 meses); (ii) Contribuição social - calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. As inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Os débitos e créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízo fiscal, base negativa de contribuição e diferenças temporárias são constituídos em conformidade com a Instrução CVM nº 371/02.

3.14. <u>Subvenções e assistências governamentais:</u> As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelo órgão governamental concedente e de que serão auferidas. São registradas como receita ou redução de despesa no resultado do período de fruição do benefício e, posteriormente, são destinadas para reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido.

3.15. <u>Pagamentos baseados em ações:</u> Os executivos e administradores da Companhia recebem parcela de sua remuneração na forma de: i) planos de pagamento baseado em ações com liquidação em dinheiro; e ii) planos de pagamento baseado em ações com liquidação em ações com alternativa de liquidação em dinheiro.

Os gastos com os planos de remuneração baseados em ações com liquidação em dinheiro são inicialmente reconhecidos no resultado dos exercícios, durante o período em que os serviços são recebidos, em contrapartida a um passivo financeiro e mensurados pelo seu valor justo no momento em que os programas de remuneração são concedidos. Subsequentemente o passivo é re-mensurado pelo seu valor justo, a cada data de balanço, e sua variação é registrada no resultado operacional na rubrica "despesas administrativas".

Para os planos de pagamento baseado em ações com alternativa de liquidação em dinheiro ou em ações, os gastos com tais planos são reconhecidos no resultado dos exercícios da mesma forma que os planos de remuneração com liquidação em dinheiro descritos no parágrafo acima. Porém, quando da data de exercício da opção e na situação de tais opções serem exercidas pelo executivo para recebimento de ações da Companhia, o passivo financeiro é reclassificado para uma conta no patrimônio líquido denominada "opções de compra de ações". Caso contrário, a Companhia liquida em dinheiro o passivo financeiro em favor do executivo.

3.16. <u>Ajuste a valor presente de ativos e passivos:</u> Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

3.17. <u>Estimativas contábeis:</u> São utilizadas para a mensuração e reconhecimento de certos ativos e passivos das demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas. A determinação dessas estimativas leva em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, e outros fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração, para determinação do valor a ser registrado nessas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a estimativas incluem: a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e ativos intangíveis; a provisão para créditos de liquidação duvidosa; a provisão para perdas no estoque; a provisão para perdas nos investimentos; a análise de recuperação dos valores dos ativos imobilizados e intangíveis; o imposto de renda e contribuição social diferidos; as taxas e prazos aplicados na determinação do ajuste a valor presente de certos ativos e passivos; a provisão para contingências e passivos atuariais; a mensuração do valor justo de planos de remuneração baseados em ações e de instrumentos financeiros; as estimativas para divulgação do quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos conforme divulgação requerida pelo OCPC 03. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

3.18. <u>Demonstrações do fluxo de caixa e demonstrações do valor adicionado:</u> As demonstrações do fluxo de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 547, de 13 de agosto de 2008 que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstrações dos Fluxos de Caixa. As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 557, de 12 de novembro de 2008 que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

3.19. <u>Lucro (prejuízo) por ação:</u> O cálculo é efetuado segundo a equação "lucro líquido ou (prejuízo do exercício)/quantidade de ações em circulação" no encerramento de cada exercício.

4. Demonstrações contábeis consolidadas

Os critérios adotados na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas são aqueles previstos pela Lei nº 6.404/76, que incluem os novos dispositivos introduzidos, alterados e revogados pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, e pelos critérios estabelecidos nas normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Os principais procedimentos de consolidação são:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas consolidadas;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas;
- Apuração dos tributos sobre a parcela dos lucros não realizados, apresentados como tributos diferidos nos balanços patrimoniais consolidados.

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da Suzano Papel e Celulose e das controladas diretas e indiretas descritas na Nota Explicativa 12.

Os exercícios sociais das empresas controladas e coligadas, incluídas na consolidação, são coincidentes com os da controladora e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

Conforme requerido pela Instrução CVM nº 247/96, abaixo estão demonstradas as principais informações financeiras da Asapir Produção Florestal e Comércio Ltda. ("Asapir") e do Consórcio de Papel e Celulose ("Conpacel"). A Asapir foi consolidada proporcionalmente conforme acordo de quotistas com a Votorantim Papel e Celulose S.A. ("VCP"). Os ativos, passivos e contas de resultado da Conpacel foram proporcionalmente integrados às demonstrações contábeis da controladora.

<u>Asapir:</u>

Balanço patrimonial	**2009**	**Demonstrativo do resultado**	**2009**
Ativo		**Receita operacional líquida**	3.967
Circulante	27.475	Custo dos produtos vendidos	(607)
Não circulante	35.698	**Lucro bruto**	3.360
Realizável a longo prazo	27.318	Despesas operacionais líquidas	(7.804)
Permanente	8.380	**Prejuízo operacional**	(4.444)
	63.173	Imposto de renda e contribuição social	759
		Prejuízo do exercício	**(3.685)**
Passivo			
Circulante	1.681		
Não circulante	15.516		
Patrimônio líquido	45.976		
	63.173		

<u>Conpacel:</u>

Ativo	**2009**	**Passivo e conta corrente com consorciados**	**2009**
Circulante		Circulante	
Estoques	67.379	Fornecedores	26.434
Outros ativos	5.675	Outros passivos	24.656
Total do ativo circulante	**73.054**	Total do passivo circulante	**51.090**
Ativo não circulante		Passivo não circulante	
Realizável a longo prazo	12.391	Provisão para contigências	273
Permanente		Conta corrente com consorciados	1.245.253
Imobilizado	1.206.144		
Intangível	5.027		
Total do ativo não circulante	**1.223.562**	Total do passivo não circulante	**1.245.526**
Total do ativo	**1.296.616**	Total do passivo e conta corrente com consorciados	**1.296.616**

Conciliação do lucro líquido (prejuízo) do exercício e do patrimônio líquido entre controladora e consolidado

A conciliação do lucro líquido (prejuízo) do exercício e do patrimônio líquido entre controladora e consolidado é assim resumida:

	Lucro líquido (Prejuízo)		Patrimônio líquido	
	2009	**2008**	**2009**	**2008**
Controladora	853.315	(434.783)	4.397.466	3.774.963
Eliminação/reversão de lucros não realizados auferidos pela controladora em vendas de produtos para controladas	87.085	(74.824)	(18.075)	(105.161)
Efeito no Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos sobre as eliminações de lucros passíveis de tributação	(62.468)	58.299	6.146	68.614
Venda de ativos da controladora para controladas	-	-	(1.757)	(1.757)
Consolidado	877.932	(451.308)	4.383.780	3.736.659

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2009	**2008**	**2009**	**2008**
Caixas e bancos	19.369	23.222	278.944	77.719
Aplicações financeiras	2.242.520	1.897.841	2.254.341	2.098.593
	2.261.889	1.921.063	2.533.285	2.176.312

Os equivalentes de caixa referem-se preponderantemente a certificados de depósitos bancários, operações compromissadas, fundos de investimentos, letras do tesouro nacional (LTN's), letras de crédito agrário (LCA's) e disponibilidades no exterior compostas de depósitos bancários à vista, denominadas em dólares norte-americanos.

Em 31 de dezembro de 2009 estas aplicações eram remuneradas a taxas que variavam de 99,0% a 115,0% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (99,0% a 107,0% do CDI em 31 de dezembro de 2008) exceto para: i) uma parcela das LCA's que, por serem aplicações vencíveis em prazo inferior a 30 dias, tiveram remuneração entre 20,0% a 40,0% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI; e ii) LTN's que eram remuneradas à taxa pré-fixada de 10,20% a.a..

O caixa e equivalentes de caixa foram classificados na categoria de ativos financeiros mantidos para negociação e, portanto, foram mensurados de acordo com o critério descrito na Nota Explicativa 3.3.1 (a).

6. Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2009	**2008**	**2009**	**2008**
Clientes no País				
- Terceiros	372.193	436.068	377.138	443.742
Clientes no exterior				
- Empresas controladas	617.738	985.021	-	-
- Terceiros	4.705	3.603	282.839	382.704
Saques descontados	(232)	(315)	(232)	(315)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(35.641)	(32.707)	(38.550)	(36.089)
	958.763	1.391.670	621.195	790.042

Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia possuía operações de *"vendor"* em aberto com seus clientes no montante de R$ 144.979 (R$ 144.128 em 31 de dezembro de 2008), nas quais participava como interveniente garantidora. No consolidado essas operações totalizavam o mesmo montante da controladora.

O contas a receber de clientes foi classificado na categoria de ativos financeiros "empréstimos (concedidos) e recebíveis" e, portanto, foi mensurado de acordo com o descrito na Nota Explicativa 3.3.1 (b).

7. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2009	**2008**	**2009**	**2008**
Produtos acabados				
Celulose				
- País	20.991	27.632	20.991	27.632
- Exterior	-	-	40.688	196.206
Papel				
- País	127.434	162.564	127.434	162.564
- Exterior	-	-	60.820	98.730
Produtos em elaboração	20.045	43.403	20.045	43.402
Matérias-primas	146.789	159.315	147.069	159.543
Materiais de almoxarifado e outros	206.016	205.349	209.909	205.887
Provisão para perda nos estoques de almoxarifado e outros	(21.299)	(12.396)	(21.299)	(12.396)
	499.976	585.867	605.657	881.568

8. Impostos e contribuições sociais a compensar

	Controladora		Consolidado	
	2009	**2008**	**2009**	**2008**
Contribuição Social a compensar	10.460	49.499	10.500	49.558
Imposto de Renda a compensar	55.299	75.994	56.094	76.827
PIS/COFINS a compensar	150.045	221.751	150.045	221.791
ICMS a compensar	125.535	117.995	125.631	144.300
Provisão para perda de ICMS	(6.986)	-	(6.986)	-
IPI a compensar	2.751	10.109	2.751	10.109
Outros impostos e contribuições	10.890	10.788	11.198	10.880
	347.994	486.136	349.233	513.465
Parcela circulante	237.587	333.700	238.825	361.025
Parcela não circulante	110.407	152.436	110.408	152.440

Além do benefício de depreciação acelerada incentivada, referida na Nota Explicativa 9, a Lei 11.196 de 21/11/2005 também autoriza o uso de créditos de PIS/COFINS sobre aquisições efetuadas a partir de 1 de janeiro de 2006, de determinadas máquinas e equipamentos (bens de capital), em 12 meses em vez dos anteriores 24 meses.

O montante de PIS/COFINS a compensar demonstrado no quadro acima, deve-se basicamente a créditos tributários sobre a aquisição de ativo imobilizado do projeto de expansão de Mucuri. A Companhia realizará tais créditos, com débitos advindos do aumento das atividades comerciais e através da compensação com outros tributos federais, de acordo com o previsto na Instrução SRF nº 600/05.

Do montante de ICMS a compensar demonstrado no quadro acima, R$ 58.216 em 31 de dezembro de 2009 (R$ 44.387 em 31 de dezembro de 2008) deve-se basicamente a créditos tributários sobre exportação de celulose e papel da planta de Mucuri - BA. Para a realização desses montantes a Companhia requereu junto à Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia - SEFAZ/BA, a homologação de créditos do período de agosto de 2006 a setembro de 2008, já fiscalizados, no montante de R$ 37.901. A Companhia aguarda a homologação desses créditos para que possa utilizá-los, posteriormente, em compensações autorizadas pelo RICMS/BA ou negociá-los em mercado ativo, para o qual o deságio médio esperado é de aproximadamente de 12% sobre o valor do crédito. Dessa forma, a Companhia constituiu provisão para perda de parcela desses créditos no montante de R$ 6.986.

9. Imposto de renda e contribuição social

Neutralidade para fins tributários da aplicação inicial da Lei nº 11.941/09

A Companhia optou pelo Regime Tributário de Transição (RTT) instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, por meio do qual, as apurações do imposto sobre a renda (IRPJ), da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), da contribuição para o PIS e da contribuição para o financiamento da seguridade social (COFINS), para o biênio 2008-2009, continuam a ser determinadas sobre os métodos e critérios contábeis definidos pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, vigentes em 31 de dezembro 2007. Dessa forma, o imposto de renda e a contribuição social diferidos, calculados sobre os ajustes decorrentes da adoção das novas práticas contábeis advindas da Lei nº 11.638/07 e Lei 11.941/09 foram registrados nas demonstrações contábeis da Companhia, quando aplicáveis, em conformidade com a Instrução CVM nº 371. A Companhia consignou referida opção na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ) no ano de 2009.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros, atribuíveis às diferenças temporárias e sobre os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	Controladora		Consolidado	
	2009	**2008**	**2009**	**2008**
ATIVO				
Créditos sobre prejuízos fiscais (*)	346.539	436.346	348.973	436.346
Créditos sobre bases negativas da contribuição social	9.084	34.336	10.026	34.336
Créditos sobre diferenças temporárias:				
- Créditos sobre provisões	106.076	105.437	116.006	178.470
- Créditos sobre amortizações de ágios	53.631	81.424	53.631	81.424
Créditos sobre efeitos da Lei 11.941/09	42.479	47.422	42.479	47.422
	557.809	704.965	571.115	777.998
Parcela circulante	62.385	60.766	69.297	131.351
Parcela não circulante	495.424	644.199	501.818	646.647

(*) Em 31 de dezembro de 2009 os créditos sobre prejuízos fiscais foram reduzido no montante de R$ 33.549, pela utilização como parte de pagamento de obrigações tributárias, através da adesão da Companhia ao REFIS da Crise, conforme descrito na Nota Explicativa 18.

	Controladora		Consolidado	
	2009	**2008**	**2009**	**2008**
PASSIVO				
Débitos sobre depreciação acelerada incentivada	592.805	607.687	592.805	607.687
Débitos sobre amortização de ágios	36.522	-	36.522	-
Custos de reflorestamento	3.924	4.819	3.924	4.819
Débitos sobre efeitos da Lei 11.941/09	12.431	30.318	12.431	30.318
	645.682	642.824	645.682	642.824
Parcela circulante	19.743	19.474	19.743	19.474
Parcela não circulante	625.939	623.350	625.939	623.350

A adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da MP nº 449/08, posteriormente convertida na Lei 11.941/09, determinou o fim da amortização contábil do ágio por expectativa futura (*goodwill*) a partir de 1º de janeiro de 2009. No entanto, para fins fiscais referida amortização continua a ser uma exclusão permitida no cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social. Desta forma, a Companhia constituiu Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos passivos sobre os montantes amortizados fiscalmente no exercício findo em 31 de dezembro de 2009.

A composição do prejuízo fiscal acumulado e da base negativa da contribuição social está abaixo demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	2009	**2008**	**2009**	**2008**
Prejuízos fiscais (*)	1.386.155	1.745.384	1.395.892	1.745.384
Base negativa da contribuição social	100.932	381.511	111.402	381.511

De acordo com a Instrução CVM nº 371/02, a Companhia, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros determinada em estudo técnico aprovado pela Administração, reconheceu créditos tributários sobre as diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, que não possuem prazo prescricional. O valor contábil do ativo diferido é revisado anualmente pela Companhia e os ajustes decorrentes não têm sido significativos em relação à previsão inicial da Administração.

A Companhia, baseada neste estudo técnico de geração de lucros tributáveis futuros com os saldos do exercício, estima recuperar esses créditos tributários nos seguintes exercícios:

	Controladora		Consolidado	
	2009	**2008**	**2009**	**2008**
Parcela não circulante:				
2010	-	136.599	-	136.599
2011	65.658	95.686	65.658	95.686
2012	71.731	98.384	73.681	98.384
2013	87.257	98.720	87.257	98.720
2014	62.542	96.819	62.542	96.819
2015	73.969	62.710	73.969	62.710
2016 em diante	134.267	55.281	138.711	57.729
	495.424	644.199	501.818	646.647

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram baseadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas na data de preparação dos balanços. Consequentemente, essas estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

Imposto de renda - Redução de 75% SUDENE - Unidade Mucuri (linha 1)

A Companhia possui da SUDENE (antiga ADENE) incentivo fiscal de redução de 75% do imposto de renda, relativamente à Unidade Mucuri (linha 1 de celulose e máquina de papel), a ser auferida até 2011 para a celulose e até 2012 para o papel. Esse incentivo fiscal é calculado com base no lucro da exploração, proporcionalmente à receita líquida de vendas da Unidade Mucuri (linha 1 de celulose e máquina de papel).

A redução do imposto de renda, decorrente desse benefício, é contabilizada como uma redução da despesa de imposto de renda e contribuição social correntes no resultado do exercício. Todavia, ao final de cada exercício social, depois de apurado o lucro líquido, o valor da redução do imposto que foi auferido é alocado a uma reserva de capital, como destinação parcial do lucro líquido apurado, cumprindo assim a disposição legal de não distribuir esse valor. A Companhia não utilizou tal incentivo fiscal no exercício findo em 31 de dezembro de 2008, por ter apurado prejuízo. No exercício findo em 31 de dezembro de 2009, referido incentivo voltou a ser utilizado.

Imposto de renda - Redução de 75% SUDENE - Unidade Mucuri (linha 2)

A Companhia apresentou à SUDENE pedido de idêntico incentivo fiscal de redução do imposto de renda para a linha 2 de celulose de Mucuri (expansão), sendo que em 18 de Agosto de 2009 obteve o Laudo Constitutivo nº 0082/2009, emitido pela SUDENE, concedendo o benefício de redução do imposto de renda e adicionais não restituíveis no percentual de 75%, pelo prazo de fruição de 10 anos, com vigência do ano calendário de 2009 até 2018. A Companhia já utilizou tal incentivo fiscal no exercício findo em 31 de dezembro de 2009.

Imposto de Renda - incentivo de depreciação acelerada relativamente à Unidade Mucuri

A Lei nº 11.196, de 21.11.2005, em seu art. 31, estabeleceu para as pessoas jurídicas que tenham projeto aprovado em microrregiões menos desenvolvidas, nas áreas de atuação da SUDENE e SUDAM, a faculdade de proceder à depreciação acelerada incentivada para bens adquiridos a partir de 1º de janeiro de 2006. Este benefício foi deferido à Unidade Mucuri pela Portaria nº 0018/2007 da ADENE (atual SUDENE), em 29 de março de 2007, tendo, no entanto, efeito retroativo em relação às aquisições ocorridas durante o exercício social de 2006. A depreciação acelerada incentivada em questão consiste na depreciação integral no ano de aquisição, representando uma exclusão do lucro líquido para a determinação do lucro real (tributável), feita através do LALUR (Livro de Apuração do Lucro Real), não alterando, no entanto, a despesa de depreciação a ser registrada no resultado do exercício, quando do início das atividades do projeto expansão, com base na vida útil estimada dos bens.

A depreciação acelerada incentivada representa diferimento do pagamento do imposto de renda (não alcança a Contribuição Social sobre Lucro Líquido) pelo tempo de vida útil do bem, devendo nos anos futuros ser adicionado ao lucro tributável valor igual à depreciação contabilizada em cada um dos anos para os bens em questão.

Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais nominais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada no resultado está demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2009	**2008**	**2009**	**2008**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	1.141.698	(583.927)	1.232.099	(635.783)
Exclusão do resultado de equivalência patrimonial	10.342	122.934	-	515
Lucro após a exclusão do resultado da equivalência patrimonial	1.152.040	(460.993)	1.232.099	(635.268)
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal nominal de 34%	(391.694)	156.738	(418.914)	215.991
Ajustamentos do lucro contábil para o fiscal:				
Tributação do lucro de controladas no exterior	(123)	(184)	-	(3.795)
Efeito cambial de conversão das demonstrações contábeis de controladas no exterior	-	-	(3.350)	(23.768)
Realização de perda de estoques de controladas no exterior, sem base fiscal para dedução	-	-	(32.859)	-
Tributação sobre os ajustes da Lei nº 11.941/09 registrados nas empresas controladas no exterior	7.814	(9.016)	-	-
Juros sobre capital próprio	77.364	-	77.364	-
Incentivos fiscais - Rouanet e SUDENE (perda permanente)/redução do imposto	35.715	-	35.715	-
Ganho não tributável por indenização de precatório	19.024	-	19.024	-
Débitos do Plano Verão conforme Lei 11.941/09	(31.564)	-	(31.564)	-
Outros	(4.919)	1.606	417	(3.953)
Imposto de renda e contribuição social - correntes	(184.644)	(11)	(190.115)	(33.216)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	(103.739)	149.155	(164.052)	217.691
Despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado do período	(288.383)	149.144	(354.167)	184.475
Alíquota efetiva	*25,0%*	*32,4%*	*28,8%*	*29,0%*

10. Créditos a receber de precatório por ação indenizatória

Em 01 de Julho de 1987, a Companhia Santista de Papel, uma das empresas do antigo grupo Ripasa S.A. Papel e Celulose (transformada no Consórcio Paulista de Papel - Conpacel), ajuizou Ação Indenizatória por Desapropriação Indireta, visando a obter indenização em virtude de imóvel de sua propriedade ter sido declarado como área de utilidade pública (imóvel atingido pelo Parque Estadual da Serra do Mar). Em 02 de Dezembro de 2004, o processo transitou em julgado com ganho de causa para a Companhia. Durante esse período, face às incertezas relacionadas ao recebimento desses montantes e de não possuir a propriedade do imóvel desapropriado, a antiga Ripasa efetuou a baixa do valor contábil dessas terras e não registrou o montante a receber em suas demonstrações contábeis.

Entretanto, em 28 de janeiro de 2008, a 2ª Vara de Cubatão expediu ofício ao Presidente do Tribunal de Justiça para requerer a adoção das providências necessárias à requisição da importância em favor da Companhia, através da emissão de precatório a ser liquidado em 10 (dez) parcelas anuais, iguais e sucessivas (2010 a 2019), parcelas estas devidamente atualizadas pelos índices fixados na respectiva decisão judicial. A primeira parcela foi depositada em conta judicial no último dia do mês de janeiro de 2010, e em função de liminar judicial, encontra-se temporariamente bloqueada. A Administração da Companhia juntamente com seus assessores jurídicos esperam reverter essa decisão com a maior brevidade possível. Face ao exposto e à existência de trânsito em julgado da ação de desapropriação em exercícios anteriores, a Administração da Companhia reconheceu o direito sobre esse recebível em suas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2009, sendo R$ 10.956 de principal na rubrica de outras receitas operacionais líquidas e, R$ 44.998 correspondentes aos juros e ao complemento do principal na rubrica de receitas financeiras, ambos em contrapartida ao grupo de outras contas a receber classificado no ativo circulante e não circulante, e líquidos dos montantes de provisão para honorários advocatícios.

11. Adiantamento a fornecedores - Programa de fomento

O fomento, sistema em que produtores independentes locais plantam eucalipto em suas próprias terras, atingiu 77,8 mil ha*, com 1.324* contratos em 57* municípios. A madeira proveniente destes produtores representou, em 31 de dezembro de 2009, 12,5 %* do consumo total da Companhia (23 %* em 31 de dezembro de 2008).

Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia possuía adiantamentos de recursos financeiros para o fomento no montante total de R$ 249.150, classificados no ativo circulante e não circulante (R$ 218.434 em 31 de dezembro de 2008).

* Não auditado pelos auditores independentes.

12. Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	2009	**2008**	**2009**	**2008**
Participações em empresas controladas	221.691	232.273	-	-
Outros investimentos (*)	11.222	11.223	19.382	11.223
Provisão para perdas em outros investimentos (*)	(1.700)	(3.185)	(5.539)	(3.123)
	231.213	240.311	13.843	8.100

(*) Os investimentos avaliados ao custo de aquisição estão classificados no ativo permanente, pois a Administração não tem a intenção de negociá-los no curto prazo.

Continua

SUZANO PAPEL E CELULOSE

SUZANO PAPEL E CELULOSE S.A.

CNPJ nº 16.404.287/0001-55

Companhia Aberta

Índice de Sustentabilidade Empresarial ISE 2009-2010 · NÍVEL 1 MERCADO BOVESPA - BRASIL · abrasca companhia associada · AÇÃO NOSSAS AÇÕES SÃO NEGOCIADAS NAS BOLSAS DE VALORES

Posição detalhada dos investimentos

		2009						
		Informações da Controlada/Coligada			Equivalência Patrimonial		Investimentos	
		Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Participação societária	2009	2008	2009	2008
CONTROLADORA								
Ripasa S.A. Celulose e Papel	(a)	-	-	50%	-	30.163	-	-
Asapir Produção Florestal e Comércio Ltda.		45.976	(3.685)	50%	(1.843)	806	22.988	24.830
Comercial e Agrícola Paineiras Ltda.		185.892	6.585	100%	6.585	14.065	185.892	179.303
Stenfar S.A. Ind. Com. Imp. Y Exp.	(c)	1.603	(1.763)	15,70%	(1.170)	797	1.603	2.773
Suzano Trading Ltd.	(b)/(c)	(25.193)	(15.119)	100%	(11.119)	(178.176)	(25.193)	(14.075)
Suzano America, Inc.	(c)	11.520	1.697	100%	(1.663)	4.051	11.520	13.188
Bahia Sul Holdings GmbH	(c)	3	(8)	100%	(12)	(44)	4	(52)
Suzano Europe S.A.	(c)	9.164	2.691	100%	823	5.542	9.164	8.347
Sun Paper and Board Limited	(c)	15.740	774	100%	(2.357)	285	15.740	18.099
Ondurman Empreendimentos Imobiliários Ltda.		(27)	(86)	100%	(86)	9	(27)	9
Buram Empreendimentos Imobiliários Ltda.	(f)	-	376	100%	376	(32)	-	(30)
Grasdate Empreendimentos Imobiliários Ltda.	(e)	-	3	100%	3	(3)	-	(1)
Vanua Empreendimentos Imobiliários Ltda.	(e)	-	121	100%	121	(120)	-	(118)
Vale do Jequitinhonha Sivicultura e Participações Ltda.	(g)	-	-	100%	-	-	-	-
Turmalina Sivicultura e Participações Ltda.	(g)	-	-	100%	-	-	-	-
Pakprint S.A.	(d)	-	-	20%	-	(277)	-	-
Total de investimentos em controladas e coligadas					(10.342)	(122.934)	221.691	232.273
Outros investimentos, líquidos de provisão para perda							9.522	8.038
Total de investimentos					(10.342)	(122.934)	231.213	240.311
CONSOLIDADO								
Outros investimentos, líquidos de provisão para perda							13.843	8.100
Coligadas					-	(515)	-	-
Total de investimentos							13.843	8.100

(a) Em 31 de agosto de 2008, esta controlada em conjunto foi totalmente cindida, e seu patrimônio líquido foi vertido para a Companhia, para a VCP e para a constituição da Asapir. Em 01 de setembro de 2008 a parcela vertida à Companhia foi incorporada;
(b) Em 31 de dezembro de 2009, o investimento nesta controlada considerava a exclusão de lucros nos estoques não realizados, líquidos dos efeitos fiscais, no montante de R$ 58 (R$ 632 em 31 de dezembro de 2008);
(c) O resultado de equivalência patrimonial dessas controladas localizadas no exterior, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, inclui uma perda com variação cambial do investimento nessas controladas no montante de R$ 10.621 (ganho de R$ 59.958 no exercício findo em 31 de dezembro de 2008);
(d) Esta coligada foi alienada pela Companhia em setembro de 2008.
(e) Estas controladas foram dissolvidas em maio de 2009.
(f) Esta controlada foi dissolvida em setembro de 2009.
(g) Referem-se a sociedades de propósito específico (SPE's), criadas em dezembro de 2009 para a operação de venda de terrenos, fazendas e reflorestamento em Minas Gerais (vide Nota Explicativa nº 29).

Aquisição da Ripasa

Quando da aquisição das ações da Ripasa, em 31 de março de 2005, foi firmado o contrato de opção de compra e venda com um dos três grupos de antigos acionistas controladores daquela Companhia, relativamente às ações de sua participação no capital da mesma, a ser exercido no prazo de até seis anos. Em função da incorporação dessas ações na Ripar e sua posterior cisão, com versão de seus ativos ao patrimônio da Suzano e VCP, tal opção por parte da Suzano, passou a ser sobre 5.428.955 ações ordinárias e 1.795.986 ações preferenciais classe "A" de emissão da Suzano. Nos primeiros cinco anos, os vendedores têm a opção de venda e, no último ano, os compradores têm a opção de compra.

Após o exercício parcial efetuado pelos antigos controladores da Ripasa durante o exercício de 2008, remanescem 786.403 ações preferenciais classe "A" ainda indisponíveis para o exercício da opção, cujo valor corrigido é de R$ 42.721. O valor de mercado destas ações sob opção, tomando por base a cotação na BOVESPA das ações preferenciais em 31 de dezembro de 2009, seria de R$ 16.121. A Companhia não efetuou o registro desta opção por se enquadrar na exceção prevista no parágrafo 2(l) do CPC 14.

13. Imobilizado

Controladora

	Taxa média anual de depreciação em dez/09	Custo	Depreciação	2009 Líquido	2008 Líquido
Edificações	3,18%	1.145.759	(430.716)	715.043	743.968
Máquinas e equipamentos (*)	4,28%	7.136.360	(3.059.935)	4.076.425	4.265.412
Outros ativos	16,37%	233.373	(187.837)	45.536	53.371
Terrenos e fazendas	-	712.877	-	712.877	582.861
Reflorestamento	-	1.081.533	-	1.081.533	860.371
Obras em andamento	-	31.917	-	31.917	45.366
Imobilizado Líquido		10.341.819	(3.678.488)	6.663.331	6.551.349

Consolidado

	Taxa média anual de depreciação em dez/09	Custo	Depreciação	2009 Líquido	2008 Líquido
Edificações	3,18%	1.151.997	(436.392)	715.605	744.778
Máquinas e equipamentos (*)	4,28%	7.136.591	(3.060.102)	4.076.489	4.265.487
Outros ativos	16,37%	463.108	(212.137)	250.971	267.581
Terrenos e fazendas	-	799.481	-	799.481	688.407
Reflorestamento	-	1.086.873	-	1.086.873	865.157
Obras em andamento	-	31.917	-	31.917	45.366
Imobilizado Líquido		10.669.967	(3.708.631)	6.961.336	6.876.776

(*) Considera os montantes reconhecidos a título de arrendamento mercantil financeiro descritos na Nota Explicativa 15.

Em 31 de dezembro de 2009 os outros ativos referiam-se, substancialmente, às turbinas do Complexo Energético Amador Aguiar, no montante de R$ 201.990 (R$ 208.595 em 31 de dezembro de 2008).

Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia possuía registrado no seu ativo imobilizado os montantes de R$ 144.640 de reflorestamento e R$ 89.124 de terrenos e fazendas, que se referem principalmente a aquisições provenientes dos contratos celebrados com a Vale S.A. (vide Nota Explicativa nº 21).

De acordo com o disposto na Deliberação nº CVM 193/96, a Companhia registra no ativo imobilizado, durante o período de construção destes ativos, os encargos financeiros decorrentes de financiamentos destinados a aplicações em seus projetos de investimentos. Os saldos consolidados desses encargos líquidos de variações cambiais e de depreciação somavam R$ 419.098 em 31 de dezembro de 2009 (R$ 438.490 em 31 de dezembro de 2008).

A Companhia adota o procedimento de revisar periodicamente as estimativas de vida-útil econômica de seus ativos imobilizados, utilizadas para determinação de suas taxas de depreciação, exaustão e amortização. Efeitos decorrentes de eventuais alterações nessas estimativas, se relevantes, são tratados como mudança de estimativas contábeis e reconhecidos de forma prospectiva no resultado do exercício.

A Administração da Companhia não identificou indicadores de perda de substância econômica do valor recuperável de seus ativos imobilizados.

14. Intangível - Controladora e Consolidado

Em 31 de dezembro de 2009, os intangíveis registrados nas demonstrações contábeis da controladora e consolidado, referem-se a ágios gerados nas aquisições de investimentos, e têm como fundamento econômico a expectativa de rentabilidade futura. As combinações de negócios que ocasionaram o reconhecimento desses intangíveis foram: (i) Ágio gerado nas aquisições de participações societárias na Ripasa S.A. Celulose e Papel, ocorridas durante os exercícios de 2005 a 2007, amortizado linearmente pelo prazo de 10 anos até 31 de dezembro de 2008; (ii) Ágio gerado na aquisição do controle societário da B.L.D.S.P.E. Celulose e Papel S.A., ocorrida em 30 de março de 2007, amortizado linearmente pelo prazo de 5 anos até 31 de dezembro de 2008.

A seguir apresentamos um demonstrativo da movimentação dos ativos intangíveis:

	Custo	Amortização	Baixas por alienação	Líquido
Ripasa S.A. Celulose e Papel	722.646	(185.477)	-	537.169
B.L.D.S.P.E. Celulose e Papel S.A.	49.305	(5.973)	-	43.332
Ariemil Indústria de Papéis S.A.	21.121	(438)	(20.683)	-
Água Fria Indústria de Papéis S.A.	47.104	(978)	(46.126)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2007	840.176	(192.866)	(66.809)	580.501
Ripasa S.A. Celulose e Papel	-	(69.759)	-	(69.759)
B.L.D.S.P.E. Celulose e Papel S.A.	-	(9.285)	-	(9.285)
Saldos em 31 de dezembro de 2008	840.176	(271.910)	(66.809)	501.457
Ripasa S.A. Celulose e Papel	5	-	-	5
Saldos em 31 de dezembro de 2009	840.181	(271.910)	(66.809)	501.462

A Companhia avaliou a recuperação do valor contábil dos ágios com base no seu valor de uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado das unidades geradoras de caixa, representativas do conjunto de bens tangíveis e intangíveis utilizados na operação. O processo de estimativa do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa futuros, taxas de crescimento e de desconto. As premissas sobre o fluxo de caixa futuro e projeções de crescimento são baseadas no plano de negócios de longo prazo da Companhia, aprovados pelo Conselho de Administração, bem como em dados de mercado comparáveis e representam a melhor estimativa da Administração, das condições econômicas que existirão durante a vida útil econômica do conjunto de ativos que proporcionam a geração dos fluxos de caixa.

As principais premissas chave utilizadas na estimativa do valor em uso, às quais o valor de recuperação dos ativos é mais sensível, estão descritas a seguir: (i) Receitas - As receitas foram projetadas com base no plano de negócios da Companhia que abrange o período entre 2010 e 2014; (ii) Custos e despesas operacionais - Os custos e despesas foram projetados com base no desempenho histórico da Companhia e seu crescimento foi projetado em linha com o crescimento das vendas, considerando sua relação; (iii) Investimento de Capital - Os investimentos em bens de capital foram estimados considerando a infra-estrutura necessária para suportar o crescimento das vendas.

As premissas chave foram estimadas considerando o desempenho histórico da Companhia e com base em premissas macroeconômicas razoáveis e consistentes com fontes externas de informações fundamentadas em projeções de mercado financeiro, documentadas e aprovadas pelos órgãos da Administração da Companhia.

De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso é efetuada por um período de 5 anos. As taxas de crescimento das receitas utilizadas são compatíveis com as expectativas macroeconômicas de longo prazo as quais são revisadas anualmente com base no desempenho histórico e nas perspectivas para o setor em que a Companhia opera.

O teste de recuperação dos ativos intangíveis da Companhia efetuados em 31 de dezembro de 2009 não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas visto que o valor estimado de uso excede o seu valor liquido contábil na data da avaliação.

15. Financiamentos e empréstimos

	Indexador		Taxa média anual de juros em dez/09	Controladora 2009	Controladora 2008	Consolidado 2009	Consolidado 2008
Imobilizado:							
BNDES - Finem	TJLP	(1) (2)	8,39%	1.811.753	1.808.300	1.876.437	1.889.498
BNDES - Finem	Cesta de moedas	(2)	6,44%	286.137	374.815	286.137	374.815
BNDES - Finame	TJLP	(1) (2)	7,02%	9.637	10.909	9.637	10.909
BNDES - Finame	Cesta de moedas		7,05%	120	229	120	229
BNDES - Automático	TJLP	(1) (2)	9,30%	4.622	6.444	4.622	6.444
BNDES - Automático	Cesta de moedas		6,83%	477	890	477	890
FNE - BNB	Taxa pré-fixada		8,50%	147.921	157.408	147.921	157.408
FINEP	TJLP		5,12%	14.599	7.636	14.599	7.636
Crédito Rural	Taxa fixa + CDI		6,85%	22.321	21.328	22.321	21.328
Arrendamento financeiro mercantil	CDI + US$		9,51%	77.136	93.110	77.136	93.110
Capital de giro:							
Financiamentos de exportações	US$		3,57%	2.192.358	3.148.259	2.280.195	3.148.259
Financiamentos de Importações	US$	(3)	2,22%	258.369	404.055	346.755	522.610
Nordic Investment Bank	US$	(4)	5,74%	87.572	118.130	87.572	118.130
Nota de crédito de exportação	CDI		7,67%	382.836	374.615	382.836	374.615
Nota de crédito de exportação	US$		6,65%	53.867	70.110	53.867	70.110
BNDES - EXIM	TJLP	(1)	9,54%	100.792	-	100.792	-
Outros				743	2.111	7.905	2.134
				5.451.260	6.598.349	5.699.329	6.798.125
Parcela circulante (inclui juros a pagar)				1.268.002	1.690.813	1.287.752	1.703.942
Parcela não circulante				4.183.258	4.907.536	4.411.577	5.094.183
Os financiamentos e empréstimos não circulantes vencem como segue:							
2010				-	1.290.562	-	1.301.639
2011				845.110	864.760	942.396	992.687
2012				1.286.203	821.109	1.296.430	832.186
2013				525.942	666.984	623.228	678.061
2014				463.065	354.866	473.291	365.943
2015				400.732	372.576	410.049	382.670
2016				388.403	372.997	392.380	377.315
2017 em diante				273.803	163.682	273.803	163.682
				4.183.258	4.907.536	4.411.577	5.094.183

(1) Termo de capitalização correspondente ao que exceder a 6% da taxa de juros de longo prazo (TJLP) divulgada pelo Banco Central;
(2) Os financiamentos e empréstimos estão garantidos, conforme o caso, por (i) hipotecas da fábrica; (ii) propriedades rurais e florestas; (iii) alienação fiduciária de bens objeto dos financiamentos; (iv) aval de acionistas e (v) fiança bancária.
(3) Em outubro de 2006, a Companhia assinou um contrato de financiamento junto aos Bancos BNP Paribas e Société Générale, na proporção de 50% para cada um, no valor de U$ $ 150,0 milhões, com o objetivo de financiar equipamentos importados para o Projeto Mucuri. Este contrato possui cláusulas determinando níveis máximos de endividamento e alavancagem, sendo que a Companhia obteve a concordância preventiva dos bancos para o aumento, neste exercício, do limite para a razão entre a Dívida Líquida Consolidada e o EBITDA Consolidado. Desta forma, as cláusulas determinando níveis máximos de endividamento e alavancagem puderam ser cumpridas em 31 de dezembro de 2009.
(4) Em novembro de 2006, a Companhia celebrou com o Nordic Investment Bank, o Contrato de Abertura de Linha de Crédito (Credit Facility Agreement), no valor de até U$ $ 50,0 milhões, para financiar equipamentos e mão-de-obra especializada relacionados ao Projeto Mucuri. Este contrato possui cláusulas determinando níveis máximos de endividamento e alavancagem, sendo que a Companhia obteve a concordância preventiva do banco para o aumento, neste exercício, do limite para a razão entre a Dívida Líquida Consolidada e o EBITDA Consolidado. Desta forma, as cláusulas determinando níveis máximos de endividamento e alavancagem puderam ser cumpridas em 31 de dezembro de 2009.

Arrendamento financeiro mercantil

A Companhia mantém contratos de arrendamento mercantil financeiro, relacionados a:

i) Equipamentos utilizados no processo industrial de fabricação de celulose, localizados nas cidades de Suzano-SP, Limeira-SP e Mucuri-BA. Esses contratos são denominados em dólares norte-americanos e possuem cláusulas de opção de compra de tais ativos ao final do prazo do arrendamento, que variam de 8 a 15 anos, por um preço substancialmente inferior ao seu valor justo.

ii) Equipamentos de Hardware e serviço de instalação. Esses contratos foram celebrados em Reais e possuem cláusulas de opção de compra dos ativos ao final de 05 anos, por um preço substancialmente inferior ao seu valor justo.

A Administração possui a intenção de exercer as opções de compra nas datas previstas em cada contrato.

Os valores capitalizados no ativo imobilizado, líquidos de depreciação, e o valor presente das parcelas obrigatórias do contrato (financiamentos) correspondente a esses ativos, estão abaixo demonstrados:

	Controladora e Consolidado 2009	Controladora e Consolidado 2008
Máquinas e equipamentos	98.557	94.954
(-) Depreciação acumulada	(39.236)	(30.434)
Imobilizado líquido	59.321	64.520
Valor presente das parcelas obrigatórias (financiamentos):		
Menos de 1 ano	14.986	14.249
Mais de 1 ano e até 5 anos	50.280	60.917
Mais de 5 anos	11.870	17.944
Total do valor presente das parcelas obrigatórias (financiamentos)	77.136	93.110
Encargos financeiros a serem apropriados no futuro	12.959	23.168
Valor das parcelas obrigatórias ao final dos contratos	90.095	116.278

16. Debêntures - Controladora e Consolidado

Emissão	Série	Quantidade	2009 Circulante	2009 Não circulante	2009 Circulante e não circulante	2008 Circulante e não circulante	Indexador	Juros	Resgate
3ª	1ª	333.000	29.362	426.577	455.939	459.624	IGP-M	10% *	01/04/2014
3ª	2ª	167.000	904	95.765	96.669	130.842	USD	9,85%	07/05/2019
4ª	1ª	79.735	27.889	54.659	82.548	82.399	TJLP	2,50%	01/12/2012
4ª	2ª	159.471	55.592	108.962	164.554	164.054	TJLP	2,50%	01/12/2012
			113.747	685.963	799.710	836.919			

* O papel foi emitido com deságio no montante de R$ 38.278, integralmente incorporado ao valor das respectivas debêntures, o que alterou a taxa de juros efetiva da operação, de 8% a.a para 10% a.a.

Debêntures da 3ª emissão

A 3ª emissão, em agosto de 2004, no valor de R$ 500.000 é composta de duas séries, sendo a primeira no montante nominal de R$ 333.000 e a segunda no montante de R$ 167.000, ambas com prazo de vencimento em 2014 em parcela única. A primeira série, ofertada ao mercado local tem remuneração pelo IGP-M mais cupom de 8% a.a., pagáveis anualmente, e foi precificada utilizando conceitos referidos na Instrução CVM nº 404, com ofertas de ágio ou deságio sobre o preço de emissão. A segunda série, não ofertada ao mercado, foi integralmente absorvida pelo Banco Votorantim.

Em Assembleia Geral de Debenturistas realizada em 22 de maio de 2007, foram homologadas a alteração do prazo de vencimento das Debêntures da 2º Série que antes era de 10 anos com vencimento em 01/04/2014, e passou a vigorar o prazo de 15 anos com vencimento em 07/05/2019, bem como a alteração dos juros remuneratórios que até 22 de maio de 2007 eram de 10,38% a.a. e passaram, a partir dessa data e até o vencimento, para 9,85% a.a.

As debêntures da 3ª emissão possuem cláusulas determinando níveis máximos de endividamento e de alavancagem, com base nas demonstrações contábeis e informações trimestrais consolidadas da Companhia. Em 31 de dezembro de 2009 a Companhia encontrava-se adimplente com todas as condições contratuais.

Debêntures da 4ª emissão

A 4ª emissão foi efetuada em agosto de 2006, com data de emissão em 01 de dezembro de 2005, composta de duas séries, sendo a primeira no valor nominal de R$ 80.000 e a segunda no valor nominal de R$ 160.000, ambas conversíveis em ações, para colocação em caráter privado e com direito de preferência de subscrição para os acionistas. Foram subscritas pelos acionistas minoritários R$ 18.081 nominais e o restante, no valor de R$ 221.919 nominais, foram subscritos pelo BNDES PARTICIPAÇÕES S.A. - BNDESPAR, consoante contrato firmado com essa subsidiária do BNDES.

As debêntures da 4ª emissão têm vencimento final em dezembro de 2012, sendo amortizáveis em três parcelas anuais, após carência de quatro anos, nas datas de 1º de dezembro de 2010, 2011 e 2012. Os juros anuais são de 2,5% a.a. mais TJLP (até 6%), pagáveis semestralmente nos dias 1º dos meses de junho e dezembro de cada ano. O percentual de TJLP excedente a 6% a.a. será capitalizado para amortização juntamente com o principal. As debêntures serão conversíveis em ações, a qualquer momento a critério do titular, pelo preço de R$ 17,30 por ação, a partir de 01/01/2007. Para as ações ordinárias resultantes da conversão o BNDESPAR se obriga a vender e o acionista controlador da Companhia se obriga a comprar tais ações, pelo mesmo preço de conversão mais juros calculados entre a data de conversão e o efetivo pagamento.

As debêntures da 4ª emissão possuem cláusulas contratuais restritivas, não financeiras, que se não cumpridas têm o efeito de tornar a dívida exigível à vista. Em 31 de dezembro de 2009, essas cláusulas contratuais foram totalmente cumpridas.

17. Partes relacionadas

Saldos patrimoniais e transações no exercício findo em 31 de dezembro de 2009

	Ativo Circulante	Ativo Não circulante	Passivo Circulante	Passivo Não circulante	2009 Receitas (despesas)
Com empresas consolidadas					
Suzano Trading Ltd.	610.429 (4)	1.111	2.635	174.119 (3)	1.901.273
Suzano America, Inc.	282	-	285	-	-
Suzano Europe S.A.	149	-	2.902	-	-
Comercial e Agrícola Paineiras Ltda.	-	-	1.986	-	(27.256)
Stenfar S.A. Indl. Coml. Imp. Y. Exp.	8.378 (4)	-	33	-	26.522
Ondurman Empreendimentos Imobiliários Ltda.	-	-	-	-	(2.036)
Asapir Produção Florestal e Comércio Ltda.	-	-	11.251	-	-
	619.238	1.111	19.092	174.119	1.898.503
Com empresas não consolidadas					
Suzano Holding S.A.	-	-	-	-	(7.538)
SPP Agaprint Indl. e Coml. Ltda.	7.303 (1)	-	-	-	13.383
Central Distribuidora de Papéis Ltda	18.058 (1)	-	-	-	56.325
Nova Mercante de Papéis Ltda	12.303 (1)	-	-	-	33.487
Nemonorte Imóveis e Participações Ltda.	-	-	-	-	(232)
Mabex Representações e Participações Ltda.	-	-	-	-	(343)
Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	-	-	-	-	(4.203) (5)
Lazam MDS Corretora e Adm. Seguros S.A.	-	-	-	-	(248)
CONSOLIDADO	37.664	-	-	-	90.631
CONTROLADORA	656.902	1.111	19.092	174.119	1.989.134

Saldos patrimoniais e transações no exercício findo em 31 de dezembro de 2008

	Ativo Circulante	Ativo Não circulante	Passivo Circulante	Passivo Não circulante	2008 Receitas (despesas)
Com empresas consolidadas					
Suzano Trading Ltd.	974.301 (4)	1.490	2.397	116.850 (3)	2.333.015
Suzano America, Inc.	386	-	253	-	-
Suzano Europe S.A.	240	-	53	-	-
Comercial e Agrícola Paineiras Ltda.	-	-	1.426	-	(29.990)
Ripasa S.A. Celulose e Papel	-	-	-	-	3
Stenfar S.A. Indl. Coml. Imp. Y. Exp.	10.474 (4)	-	16	-	30.564
Grasdate Empreendimentos Imobiliários Ltda.	-	13.661	-	-	-
Vanua Empreendimentos Imobiliários Ltda.	-	22.607	-	-	-
Ondurman Empreendimentos Imobiliários Ltda.	-	7.480 (2)	-	-	-
Buram Empreendimentos Imobiliários Ltda.	-	3.845 (2)	-	-	-
Asapir Produção Florestal e Comércio Ltda.	-	-	11.251	-	-
	985.401	49.083	15.396	116.850	2.333.592
Com empresas não consolidadas					
Suzano Holding S.A.	-	-	-	-	(9.185)
SPP Agaprint Indl. e Coml. Ltda.	3.339 (1)	-	-	-	12.236
Central Distribuidora de Papéis Ltda	16.839 (1)	-	-	-	50.839
Nova Mercante de Papéis Ltda	19.963 (1)	-	-	-	33.442
Nemonorte Imóveis e Participações Ltda.	-	-	-	-	(194)
Mabex Representações e Participações Ltda.	-	-	-	-	(131)
Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	-	-	521	-	(3.873) (5)
Lazam MDS Corretora e Adm. Seguros S.A.	-	-	-	-	(259)
CONSOLIDADO	40.141	-	521	-	82.875
CONTROLADORA	1.025.542	49.083	15.917	116.850	2.416.467

(1) Em relação a estas empresas relacionadas, a Companhia possuía operações de *"vendor"* em aberto no montante de R$ 27.136 em 31 de dezembro de 2009 (R$ 37.235 em 31 de dezembro de 2008);
(2) Adiantamentos para futuros aumentos de capital;
(3) Referem-se a financiamento de importação, denominado em dólares norte-americanos com vencimento em 19 de agosto de 2011, contratado pela controlada integral Suzano Trading Ltd. e repassado a Companhia em operação de pré-pagamento de exportação.
(4) Referem-se a operações de comerciais de venda de papel e celulose;
(5) Despesas com plano de previdência privada complementar de contribuição definida para atender os colaboradores da Companhia.

As transações com empresas relacionadas foram realizadas em condições normais de mercado.

Remuneração de administradores

As despesas referentes à remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia, reconhecidas no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2009, totalizaram R$ 23.445 na controladora e R$ 25.539 no consolidado (R$ 42.135 e R$ 46.154, respectivamente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2008).

18. Provisão para contingências e passivos atuariais

As provisões para contingências foram constituídas para fazer face a perdas consideradas prováveis em processos administrativos e judiciais relacionados a questões fiscais, cíveis e trabalhistas, em valor julgado suficiente pela Administração, segundo o aconselhamento e avaliação de advogados e assessores jurídicos.

	Controladora 2009 Depósitos judiciais	2009 Montante provisionado	2009 Passivo líquido	2008 Depósitos judiciais	2008 Montante provisionado	2008 Passivo líquido
Tributárias	7.116	(89.420)	(82.304)	7.115	(125.355)	(118.240)
Previdenciárias	-	(3.278)	(3.278)	-	(3.411)	(3.411)
Trabalhistas e cíveis	5.192	(16.869)	(11.677)	7.933	(20.597)	(12.664)
Passivos atuariais	-	(181.696)	(181.696)	-	(128.452)	(128.452)
	12.308	(291.263)	(278.955)	15.048	(277.815)	(262.767)

	Consolidado 2009 Depósitos judiciais	2009 Montante provisionado	2009 Passivo líquido	2008 Depósitos judiciais	2008 Montante provisionado	2008 Passivo líquido
Tributárias	7.116	(89.420)	(82.304)	7.115	(125.355)	(118.240)
Previdênciárias	-	(3.278)	(3.278)	-	(3.411)	(3.411)
Trabalhistas e cíveis	5.192	(24.747)	(19.555)	7.933	(26.967)	(19.034)
Passivos atuariais	-	(181.696)	(181.696)	-	(128.452)	(128.452)
	12.308	(299.141)	(286.833)	15.048	(284.185)	(269.137)

A seguir apresentamos um demonstrativo da movimentação da provisão para contingências (sem deduzir os depósitos judiciais) e passivos atuariais:

	Controladora 2009	Controladora 2008	Consolidado 2009	Consolidado 2008
Saldo inicial	277.815	163.332	284.185	224.732
Entrada de novos processos e complemento de passivos atuariais	66.241	84.741	68.672	88.920
Atualização monetária	13.923	15.104	13.923	16.717
Transferência entre grupos do passivo não circulante	-	11.470	-	11.470
Contingências provenientes da cisão total da Ripasa	-	43.310	-	-
Baixa de processos	(66.716)	(40.142)	(67.639)	(57.654)
Saldo final	291.263	277.815	299.141	284.185

Os principais processos são comentados a seguir:

PIS/COFINS - No segundo trimestre de 2009 a Companhia reverteu provisão para contingências de PIS e COFINS no montante de R$ 15.952, em decorrência de riscos fiscais reavaliados e de prazo decadencial atingido.

No terceiro trimestre de 2009 a Companhia resgatou depósitos judiciais dos processos transitados em julgado, referentes ao alargamento de base de cálculo de PIS e COFINS, no montante de R$ 31.491.

A Administração da Companhia em conjunto com seus assessores jurídicos reavaliou a provisão e como resultado concluiu pela sua reversão no montante de R$ 20.874 em 31 de dezembro de 2009 (R$ 20.091 em 31 de dezembro de 2008). A reversão foi efetuada no resultado do quarto trimestre de 2009, nas mesmas linhas em que fora constituída no passado, sendo R$ 9.068 na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais, correspondente ao montante de principal e R$ 11.806 na rubrica de despesas financeiras, correspondente à atualização monetária pela taxa SELIC dessa provisão. A decisão para efetuar referida reversão foi tomada com base em processos e recursos julgados pelo Supremo Tribunal Federal (STF), quanto ao alargamento da base de cálculo do PIS e da COFINS decorrentes da aplicação do parágrafo 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98, assim como, alterações legislativas promovidas com repercussões sobre o tema.

A Companhia ainda possui depósitos judiciais de PIS e COFINS, relativos a outras naturezas, no montante de R$ 41.734.

Imposto de renda sobre lucros no exterior - A Companhia foi autuada, em setembro de 2005, relativamente à tributação sobre a disponibilização de lucros de subsidiárias no exterior (Lei 9.249/95 e 9.532/97) processo 16327.0001341/2005-72 e sobre a variação cambial incluída na equivalência patrimonial de investimentos no exterior (IN 213/2002) processo 16327.001342/2005-17. Os montantes dos autos totalizaram R$ 51.226 e R$ 122.643, respectivamente. A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, entende que a probabilidade de um desfecho desfavorável é remota, e não constituiu provisão para perda sobre esta contingência.

Em 29 de janeiro de 2010 o processo 16327.0001341/2005-72 foi julgado pela 2º Turma Ordinária da 1º Câmara do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), com decisão favorável à Companhia.

Correção monetária de balanço (Plano Verão) - A Companhia discutia judicialmente o direito da dedução de despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social, depreciações, baixas e itens controlados no LALUR, do saldo devedor da Correção Monetária de Balanço, decorrente de expurgos inflacionários ocorridos em 1989, no percentual de 51,87% ou alternativamente, 35,58%, utilizando o IPC como fator de correção. Para fins de compensação com outros tributos, a Companhia utilizou o percentual de 35,58%.

Conforme alteração do entendimento da 1ª Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ), o índice de correção monetária considerado válido e legal é a OTN e não mais o IPC. Diante desta situação, os advogados responsáveis por estes casos alteraram a avaliação de remota para possível, sobre a chance de um desfecho desfavorável para o percentual de 35,58%.

Em maio de 2009, o Governo Federal lançou um novo programa de parcelamento de débitos, conhecido como REFIS da Crise, que permitiu o pagamento de pendências tributárias em até 180 meses, com direito a reduções que podem chegar a 100% do valor sobre multas e encargos anteriormente acrescidos à dívida original. O programa tem como objeto o pagamento de débitos dos contribuintes perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), vencidos até 30 de novembro de 2008. Os débitos de programas de anistia anteriores, como REFIS antigo, PAES, PAEX ou parcelamento ordinário também poderão ser parcelados, descontada a quantia paga até a data de solicitação do novo parcelamento.

Continua

SUZANO PAPEL E CELULOSE

SUZANO PAPEL E CELULOSE S.A.
CNPJ nº 16.404.287/0001-55
Companhia Aberta

Índice de Sustentabilidade Empresarial ISE 2009-2010 | NÍVEL 1 MERCADO BOVESPA - BRASIL | abrasca companhia associada | AÇÃO NOSSAS AÇÕES SÃO NEGOCIADAS NAS BOLSAS DE VALORES

Em 31 de dezembro de 2009, o montante compensado e atualizado do Plano Verão era de R$ 108.168. No entanto, a Companhia aderiu ao REFIS da crise e em dezembro de 2009 liquidou, á vista, essa pendência tributária pelo montante de R$ 65.113, sendo R$ 33.549 pagos através de compensação de prejuízo fiscal (baixa de Imposto de Renda diferido ativo classificado no ativo circulante) e R$ 31.564 pagos em dinheiro (baixa do caixa e equivalentes de caixa). O pagamento dessa obrigação gerou uma despesa no resultado do exercício de R$ 65.113, da qual R$ 31.564 foram reconhecidos na rubrica despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social, relativos ao montante de principal e os restantes R$ 33.549 foram reconhecidos na rubrica de despesas financeiras, correspondentes à atualização monetária pela taxa SELIC, uma vez que à época, referida contingência não estava provisionada por ter sua probabilidade de êxito classificada como possível no entendimento da Administração e de seus assessores jurídicos.

Passivos atuariais: A Companhia em acordo firmado com o Sindicato da Indústria de Papel, Celulose e Pasta de Madeira para Papel do Estado de São Paulo, assegura o custeio de assistência médica de forma permanente para ex-funcionários que requereram aposentadoria até 2003 (até 1998 para os ex-funcionários da Ripasa), bem como para seus dependentes até completar a maioridade e cônjuges, de forma vitalícia.

A Companhia assegura também o custeio de assistência médica junto à Bradesco Saúde, para o conjunto de ex-funcionários que, excepcionalmente, segundo critérios e deliberação da Companhia, adquiriram direitos associados ao cumprimento dos artigos 30 e 31 da Lei 9.656/98.

Em 31 de dezembro de 2009, estes grupos contavam com 4.425 participantes (titulares e dependentes), sendo que o valor das obrigações futuras destes benefícios, calculado por atuário independente e registrado pela Companhia, foi de R$ 181.696 (R$ 128.452 em 31 de dezembro de 2008). Os métodos atuariais adotados atendem a NPC nº 26/2000 do IBRACON referendada pela Deliberação CVM nº 371/2000. As premissas econômicas e biométricas utilizadas para o cálculo em 2008 foram: taxa de desconto de 6,75% a.a., taxa de crescimento dos custos médicos de 3,0% a.a. e tábua biométrica de mortalidade geral AT-83.

19. Plano de previdência privada de contribuição definida

Em janeiro de 2005 a Companhia instituiu um Plano de previdência privada complementar de contribuição definida para atender aos seus empregados, denominado Suzano Prev, por meio da contratação de instituição financeira para a sua administração. Ao estabelecer o Suzano Prev, a Companhia definiu que pagará a contribuição relativa aos anos anteriores para todos os colaboradores, por conta de serviços prestados à Companhia em períodos anteriores à constituição do Plano (serviço passado). Tal desembolso será realizado ao longo dos próximos anos, calculado individualmente, até que cada colaborador passe a usufruir os benefícios do Plano. As contribuições realizadas pela Companhia, no exercício findo em 31 de dezembro de 2009, totalizaram R$ 4.204 e as contribuições dos colaboradores totalizaram R$ 5.506 (R$ 3.873 e R$ 5.435 no exercício findo em 31 de dezembro de 2008, respectivamente).

20. Plano de remuneração baseado em ações

Descrição dos planos de remuneração baseado em ações com pagamento em moeda corrente:

Para seus principais executivos e membros chave, a Companhia possui plano de incentivo de longo prazo (ILP) atrelado ao preço da ação da Companhia com pagamento em moeda corrente. São estabelecidas condições gerais para a outorga, pela Companhia, de "ações fantasma" a esses executivos (*beneficiários*), a serem definidas em regulamentos específicos que devem ser administrados pelo Comitê de Gestão segundo as diretrizes e condições estabelecidas pelo Estatuto Social e pelo Conselho de Administração da Companhia. Abaixo destacamos as condições aplicáveis.

Anualmente o Comitê de Gestão estabelece indicadores de desempenho no âmbito corporativo (condição de aquisição) que, se atingidos, configuram o direito à outorga de ações fantasma aos seus executivos.

A determinação das quantidades de ações fantasma a serem outorgadas a cada beneficiário é definida pela divisão entre a quantidade de salários concedidos e a média aritmética das cotações de fechamento das ações preferenciais da Companhia negociadas nos últimos 90 pregões. As quantidades de salários concedidos são determinadas com base em: i) cumprimento de metas; ii) quantidades discricionárias atribuídas pelo Comitê de Gestão em relação ao nível de atendimento dos indicadores corporativos; iii) quantidades por diferimento, mediante o investimento do beneficiário de parte de sua remuneração de curto prazo, limitado a dois salários com aporte de mesmo valor pela Companhia. São então outorgadas quantidades de ações fantasma a cada beneficiário mediante a divisão do valor total dos salários concedidos e a cotação média das ações preferenciais da Companhia apuradas nos últimos 90 pregões. Para os programas de 2004 a 2006 havia limitação de valorização das ações fantasma em 120% do valor de outorga. Para outorgas a um conjunto de executivos é aplicado um percentual atrelado ao desempenho da Companhia em relação aos seus concorrentes.

O regulamento determina ainda as seguintes condições para que esses beneficiários passem a ter direito sobre o exercício das ações fantasma (condições de aquisição e não-aquisição): i) nos programas em que for possível fazer o diferimento conforme item iii) do parágrafo anterior, no caso de desligamento por justa causa ou pedido de demissão voluntária, quando aplicável, o beneficiário perderá automaticamente qualquer direito de exercer as ações fantasma que lhe foram outorgadas, sem indenização, com exceção apenas das quantidades outorgadas por diferimento; ii) na hipótese de desligamento sem justa causa ou por aposentadoria será antecipado o vencimento dos prazos previstos para exercício das ações fantasma, conferido ao beneficiário o direito de exercer imediatamente a totalidade das ações fantasma; iii) na ausência da situação (i) acima, as condições de aquisição são consideradas plenamente satisfeitas, permitindo assim que o beneficiário exerça suas ações fantasma nos termos definidos pelos regulamentos.

Salvo nas condições de não-aquisição mencionadas acima, as ações fantasma somente podem ser exercidas após um período de carência de um a três anos (*período de aquisição*) e, quando aplicável, até um período limite de seis anos a contar da data de outorga.

O preço de exercício, correspondente a cada ação fantasma (preço de exercício), pelo qual os beneficiários poderão exercer sua opção é calculado da seguinte forma:

Pe = [VMA + (DIV+JCP)] x TRS, sendo:

Pe = preço de exercício do lote original o qual foi definido na data da outorga, obedecendo aos termos do Plano.

VMA = cotação média das ações da Companhia apuradas nos últimos 90 pregões a contar da data de exercício.

DIV+JCP = corresponde aos dividendos e juros sobre o capital próprio distribuídos no período entre a outorga e o exercício, quando aplicável.

TRS = percentual atrelado ao desempenho da Companhia em relação a seus concorrentes que pode variar de 50% a 125%, quando aplicável.

Em julho de 2008 a Companhia decidiu antecipar a concessão dos programas ILP 2008 e 2009 mantendo o término dos respectivos períodos de carência para 2011 e 2012. As informações relativas a esta antecipação estão demonstradas no resumo a seguir.

Adicionalmente, para certos executivos, a Companhia estabeleceu outro programa de incentivo de longo prazo. As condições para pagamento de compensação a tais beneficiários ocorrem no mês de janeiro de cada ano, se o valor de mercado da Companhia superar o maior valor de mercado observado nos meses de janeiro dos três últimos exercícios passados. O valor da compensação paga aos executivos é em função do incremento do valor de mercado das ações preferenciais em relação ao mês de janeiro do exercício anterior, e é pago no mês de março subsequente. O valor de mercado das ações preferenciais da Companhia é estabelecido mediante a multiplicação da cotação média da ação preferencial, apurada com base nos últimos 90 pregões, e a quantidade total das ações preferenciais.

Em 31 de dezembro de 2009, o limite máximo de compensações a serem pagas de 2009 a 2011, por este plano, para o conjunto dos executivos incluídos, é de US$ 1,0 milhão.

O programa prevê que tais compensações sejam integralmente destinadas pelos beneficiários mediante a aquisição, no mercado aberto, de ações preferenciais da Companhia, e a manutenção dessas ações em custódia indisponível em percentuais e períodos variáveis ao longo do tempo, tendo como prazo final o exercício de 2011.

A alienação dessas ações pelo beneficiário, fora dos prazos especificados, implica em indenização à Companhia pelo valor total transacionado acrescido de multa de 1% ao mês. Na hipótese de demissão sem justa causa, por parte da Companhia, o beneficiário poderá alienar a totalidade de suas ações sem as limitações de prazo e percentual de retenção.

Plano de remuneração baseada em ações com pagamento em ações ou alternativamente em moeda corrente (Opções de compra de ações preferenciais Classe "A")

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de agosto de 2008, foi aprovado o Plano de Opção de Compra de Ações preferenciais Classe "A" da Companhia a determinados executivos. Em 10 de agosto de 2009 (data da outorga) o Conselho de Administração, por meio de Comissão Especial formada para esta finalidade, aprovou os Regulamento e Contratos do Primeiro Programa de Opção de Compra de Ações da Companhia.

O plano estabelece condições gerais para a outorga, pela Companhia, de opções de compra de ações preferenciais classe "A" de sua emissão a executivos, administradores e colaboradores (*beneficiários*), a serem definidos em regulamentos específicos que devem ser administrados pelo Comitê de Gestão segundo as diretrizes e condições estabelecidas pelo estatuto social e Conselho de Administração da Companhia.

Segundo o referido Plano, as opções outorgadas não poderão ultrapassar 2% do total de ações do capital social integralizado e subscrito da Companhia, assim como, deverão ser provenientes, conforme venha a ser sugerido pelo Comitê de Gestão e aprovado pelo Conselho de Administração: (i) da emissão de novas ações, dentro do limite do capital autorizado da Companhia; e/ou (ii) de ações mantidas em tesouraria. Durante o período de carência para exercício das Opções, é vedada ao Beneficiário a alienação, ou a constituição de quaisquer ônus que recaiam sobre essas Opções.

Em reunião da Comissão Especial, nomeada pelo Conselho de Administração para esta finalidade, realizada em 10 de agosto de 2009 (*data da outorga*), foi aprovado o primeiro regulamento do Plano de Opção de Compra de Ações, no qual a Companhia outorgou opções de compra a *beneficiários*, sobre a quantidade total de 400.000 ações Preferenciais Classe "A" de sua emissão, assim como, determinou as seguintes condições para que esses *beneficiários* passem a ter direito sobre o exercício dessas opções (*condições de aquisição e não-aquisição*): i) no caso de desligamento por justa causa, ou pedido de demissão voluntária ou por aposentadoria, o beneficiário perderá automaticamente qualquer direito de exercer as opções que lhe foram outorgadas, sem indenização; ii) na hipótese de desligamento sem justa causa, será antecipado o vencimento dos prazos previstos para exercício das opções de compra de ações, conferido ao beneficiário o direito de exercer imediatamente a totalidade das opções; iii) na ausência da situação (i) acima, as *condições de aquisição* são consideradas plenamente satisfeitas, permitindo assim que o beneficiário exerça suas opções nos termos definidos pelo regulamento.

Salvo nas *condições de não-aquisição* mencionadas acima, foram definidos prazos de carência (*período de aquisição*), durante os quais os *beneficiários* poderão exercer sua opção, total ou parcialmente, sobre quantidades limitadas de ações, sendo eles:

Período de carência	Quantidade de ações preferenciais classe "A"
1º data de exercício de 01/06/2010 a 31/12/2012	50.000 ações ou 12,5% do total de ações sob opção
2º data de exercício de 01/06/2011 a 31/12/2012	50.000 ações ou 12,5% do total de ações sob opção
3º data de exercício de 01/06/2012 a 31/12/2012	Saldo remanescente de ações ou 75% do total de ações sob opção

O preço, correspondente a cada ação preferencial classe "A" (preço de exercício), pelo qual os *beneficiários* poderão exercer parcial ou totalmente sua opção é calculado da seguinte forma:

$Pe = Pb \times (1+WACC)^{t/252} - (D+JCP) \times (1+WACC)^{t/252}$, sendo:

Pe = Preço de exercício do lote original o qual foi definido na data da outorga, obedecendo aos termos do Plano.

Pb = Preço base fixado em R$ 18,20 por opção.

WAAC = custo médio ponderado de capital da Companhia, a ser calculado pela média dos WACC atribuídos à Companhia pelos analistas de mercado de quatro instituições financeiras renomadas. O primeiro reajuste será aplicado em 1º de junho de 2010, com base na média dos WACC atribuídos à Companhia no mês imediatamente anterior (maio de 2010); as variações seguintes serão calculadas a cada período de 12 meses, ou "pro rata temporis" se o exercício da Opção se der antes de completado o período de 12 meses subsequente.

D+JCP = Corresponde aos dividendos e juros sobre o capital próprio distribuídos no período em questão.

Se (i) na data de exercício das Opções a diferença entre o Preço de Exercício e o preço unitário das Ações Preferencias Classe "A" de emissão da Companhia negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo, na data de início de cada período de carência, for inferior a R$ 10,00 (dez reais) ou (ii) o Beneficiário declarar que não quer exercer a Opção total ou parcialmente, a Companhia alternativamente efetuará um pagamento extraordinário em moeda corrente ("Pagamento Extraordinário") ao Beneficiário no valor correspondente à seguinte fórmula:

Pex = VR - ((PM x Q)-(Pe x Q))

Pex = Pagamento extraordinário

VR = Valor de Referência, que é calculado por (R$ 10,00 x Qtde. Opções da série não exercidas pelo beneficiário).

PM = Preço de Mercado, corresponde ap preço unitário das ações de emissão da Companhia negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo no início de cada período de carência.

Q = Quantidade de opções da série não exercidas pelo beneficiário.

Pe = Preço de exercício do lote original o qual foi definido na data da outorga, obedecendo aos termos do Plano.

Em 31 de dezembro de 2009, há 2.537 mil ações preferenciais em tesouraria que poderão servir de lastro às opções outorgadas do Plano.

O quadro abaixo demonstra o percentual máximo de diluição de participação a que eventualmente serão submetidos os atuais acionistas em caso de os *beneficiários* exercerem até 2012 todas as opções de compra de ações outorgadas e não optarem pela alternativa de liquidação e moeda corrente:

Premissas	2009
Quantidade de ações (mil)	206.661
Saldo das séries outorgadas em vigor (mil)	400
Percentual máximo de diluição de participação societária	0,19%

Resumo das informações relativas aos planos de remuneração baseados em ações

Abaixo apresentamos os quadros demonstrativos das movimentações e informações das séries em vigor e exercidas dos planos de remuneração baseados em ações:

Incentivo de Longo Prazo - Ações fantasma

Controladora e Consolidado – Dez/2009

Programa outorgado	Data de outorga	Preço justo na data da outorga	Preço justo no fim do período	1ª data exercício	2ª data exercício e liquidação	Quantidade: Outorgada	Quantidade: Exercida	Quantidade: Exercida por demissão	Quantidade: Não exercida por demissão	Quantidade: Total em vigor 31/12/2009	Preço médio ponderado das ações exercidas
ILP2005	mar/06	10,03	19,87	mar/09	mar/12	10.965	-	-	-	10.965	-
ILP2006 (P)	mai/07	23,38	19,87	set/10	set/13	24.884	-	-	-	24.884	-
ILP2006 (D)	mai/07	16,32	19,87	set/10	set/13	12.626	-	-	-	12.626	-
ILP2007 (PN)	mar/08	34,74	22,58	mar/11	mar/14	120.586	-	-	-	120.586	-
ILP2007 (PA)	mar/08	43,38	20,62	mar/11	mar/14	5.227	-	-	-	5.227	-
ILP2007 (PE)	ago/08	34,74	22,58	set/14	-	7.197	-	-	-	7.197	-
ILP2008 (R2)	mar/08	25,68	18,07	mar/10	-	285.089	-	-	-	285.089	-
ILP2008 (R3)	mar/08	25,68	18,07	mar/11	-	190.936	-	-	-	190.936	-
ILP2008 (A)	jul/08	34,74	22,58	mar/12	mar/15	62.416	-	-	-	62.416	-
ILP2009 (A)	jul/08	34,74	22,58	mar/13	mar/16	62.416	-	-	-	62.416	-
ILP2008 (PN)	jan/09	18,01	22,58	mar/12	mar/15	13.879	-	-	-	13.879	-
ILP2008 (PN)	mar/09	15,11	22,58	mar/12	mar/15	218.248	-	-	-	218.248	-
ILP2009 (D)	mar/09	15,11	22,58	mar/12	mar/15	100.591	-	-	-	100.591	-
ILP2009 (M)	set/09	15,92	22,58	mar/12	mar/15	174.597	-	-	-	174.597	-
TOTAL						1.289.657	-	-	-	1.289.657	-

Controladora e Consolidado – Dez/2008

Programa outorgado	Data de outorga	Preço justo na data da outorga	Preço justo no fim do período	1ª data exercício	2ª data exercício e liquidação	Quantidade: Outorgada	Quantidade: Exercida	Quantidade: Exercida por demissão	Quantidade: Não exercida por demissão	Quantidade: Total em vigor 31/12/2008	Preço médio ponderado das ações exercidas
ILP2004	mai/05	12,68	26,01	set/08	set/11	33.894	(33.894)	-	-	-	26,01
ILP2005	mar/06	10,03	15,50	mar/09	mar/12	10.965	-	-	-	10.965	-
ILP2006 (P)	mai/07	23,38	15,50	set/10	set/13	31.818	-	(6.934)	-	24.884	16,85
ILP2006 (D)	mai/07	16,32	15,50	set/10	set/13	12.626	-	-	-	12.626	-
ILP2007 (PN)	mar/08	37,74	17,61	mar/11	mar/14	152.445	-	(24.231)	(3.689)	124.525	16,77
ILP2007 (PA)	mar/08	43,38	21,04	mar/11	mar/14	5.634	-	-	-	5.634	-
ILP2007 (PE)	ago/08	34,74	17,61	set/14	-	7.197	-	-	-	7.197	-
ILP2008 (R1)	mar/08	25,68	14,09	mar/09	-	877	-	-	-	877	-
ILP2008 (R2)	mar/08	25,68	14,09	mar/10	-	285.089	-	-	-	285.089	-
ILP2008 (R3)	mar/08	25,68	14,09	mar/11	-	190.936	-	-	-	190.936	-
ILP2008	jul/08	34,74	17,61	mar/12	mar/15	72.104	-	-	(2.375)	69.729	-
ILP2009	jul/08	34,74	17,61	mar/13	mar/16	66.706	-	-	(2.375)	64.331	-
TOTAL						870.291	(33.894)	(31.165)	(8.439)	796.793	19,88

Incentivo de Longo Prazo - Opções de compra de ações preferenciais Classe "A"

Controladora e Consolidado – Dez/2009

Séries outorgadas	Data de outorga	1º data exercício	2º data exercício e expiração	Preço: Na data de outorga	Preço: Fim do período	Quantidade de ações: Outorgadas	Quantidade de ações: Exercidas	Quantidade de ações: Não exercida por demissão	Quantidade de ações: Expiradas	Quantidade de ações: Total em vigor em 31/12/2009
Série I	10/08/2009	01/06/2010	31/12/2012	11,36	10,70	50.000	-	-	-	50.000
Série II	10/08/2009	01/06/2011	31/12/2012	11,36	10,70	50.000	-	-	-	50.000
Série III	10/08/2009	01/06/2012	31/12/2012	11,36	10,70	300.000	-	-	-	300.000
TOTAL						400.000	-	-	-	400.000

Reconhecimento e mensuração do valor justo dos pagamentos baseados em ações

Para a determinação do valor justo das ações fantasma e das opções de compra de ações preferenciais classe "A" com alternativa de liquidação em moeda corrente, a Companhia definiu, conforme modelo de cálculo do programa, a média aritmética do preço de fechamento dos últimos 90 (noventa) pregões para a ação Suzb5 de cada exercício, multiplicado pelo TRS de 125%, quando aplicável.

Para o programa ILP 2007, devido à alternativa de escolha de ações com características combinadas de ação e opção de ação, definida na política do programa vigente em dezembro de 2007, para a determinação do valor justo destas ações fantasma e também para a mensuração do valor justo das opções de compra de ações preferenciais Classe "A", a Companhia utilizou o modelo matemático de aproximação para opções do tipo americano de Bjerksund & Stensland, o qual considera a taxa de distribuição de dividendos e as seguintes premissas matemáticas:

Descrição das premissas	Indicadores: Ações "fantasma"	Indicadores: Opções
Preço do ativo base [(1)]	R$ 18,07/ação	R$ 20,50/ação
Expectativa de volatilidade [(2)]	41,02% a.a.	46,28% a.a.
Expectativa de vida média das ações fantasma/opções [(3)]	4,23 anos	3,04 anos
Expectativa de dividendos [(4)]	2,76% a.a.	
Taxa de juros média ponderada livre de risco [(5)]	média de 12,66%	média de 12,43%

[(1)] O preço do ativo base foi definido considerando a média aritmética do preço de fechamento dos últimos 90 pregões para a ação Suzb5;

[(2)] A expectativa de volatilidade foi calculada para cada data de exercício, levando em consideração o tempo remanescente para completar o período de aquisição, bem como a volatilidade histórica dos retornos, considerando desvio padrão de 90 observações de retornos;

[(3)] A expectativa de vida média das ações fantasma e opções de ação foi definida pelo prazo remanescente até a data limite de exercício;

[(4)] A expectativa de dividendos foi definida com base no lucro por ação histórico da Companhia;

[(5)] A taxa de juros media ponderada livre de risco utilizada foi a curva pré de juros em reais (expectativa do DI) observada no mercado aberto, que é a melhor base para comparação com a taxa de juros livre de risco do mercado brasileiro. A taxa usada para cada data de exercício altera de acordo com o período de aquisição.

O valor justo das compensações concedidas a executivos na forma dos programas de incentivo de longo prazo - ações fantasma e opções de compra de ação preferencial classe "A" com alternativa de liquidação em moeda corrente, é apropriado durante o período de aquisição como despesa nas demonstrações contábeis e informações trimestrais da Companhia, na linha de despesas administrativas em contrapartida a um passivo financeiro de remuneração baseada em ações no passivo não circulante.

Os valores correspondentes aos serviços prestados reconhecidos nas demonstrações contábeis da controladora e consolidadas estão demonstrados no quadro abaixo:

	Passivo 2009	Passivo 2008	Resultado 2009	Resultado 2008
Plano de remuneração baseado em ações (não circulante)	12.851	3.582		
(Despesa) receita com plano de remuneração baseado em ações - Ações fantasma [(*)]			(8.721)	17.497
Despesa com plano de remuneração baseado em ações - Opções de compra de ações			(548)	-
Total da (despesa) receita com plano de remuneração baseado em ações			(9.269)	17.497

[(*)] Refere-se à variação da mensuração do valor justo da remuneração baseada em ações.

21. Dívida com aquisição de terrenos, fazendas e reflorestamento

Em 13 de julho de 2009, foi ratificada a parceria com a Vale S.A. ("Vale") no desenvolvimento de base florestal que assegura parte dos projetos no novo ciclo de crescimento da Companhia. Naquela data, foram firmados entre as companhias contratos no valor total de R$ 233.367, constituídos da seguinte forma: i) aquisição de 8,2 milhões m³ de florestas de eucalipto já plantadas no valor total de R$ 144.640, a serem pagos em 12 parcelas trimestrais; e ii) aquisição de 84,7 mil hectares de terras no valor total de R$ 88.727, sendo: ii.a) 12,9 mil hectares de terras, no montante de R$ 13.727, adquiridos diretamente pela controladora e a serem pagos em 12 parcelas trimestrais; e ii.b) 71,8 mil hectares, no valor de R$ 75.000, adquiridos pela controlada Ondurman Empreendimentos Imobiliários Ltda ("Ondurman"), a serem pagos em 168 parcelas mensais, sendo que o fluxo de recebíveis decorrente desta operação foi, no mesmo ato e com a anuência da compradora, cedido pela Vale à Brazilian Securities, companhia securitizadora que por sua vez o utilizou como lastro para a emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários (C.R.I.'s).

A emissão de C.R.I.'s ocorreu em 27 de outubro de 2009 e foi estruturada nos termos da Instrução CVM nº. 476/2009, com prazo de pagamento idêntico ao do fluxo de recebíveis que lhe serviu de lastro, sendo as 168 parcelas mensais no valor de R$ 877, com reajuste pelo índice de correção básica dos depósitos de poupança (TR) e datas de vencimento inicial e final em 27/11/2009 e 27/10/2023, respectivamente.

A operação foi formalizada mediante a assinatura, por todas as partes envolvidas, de "Instrumento Particular de Venda e Compra de Bens Imóveis a Prazo, Emissão de Cédulas de Crédito Imobiliário, Cessão de Créditos e Outras Avenças", o qual foi utilizado como lastro pela Brazilian Securities para a referida emissão, que teve ainda como agente fiduciário a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Em garantia ao cumprimento das obrigações principais e acessórias assumidas pela Companhia no "Instrumento Particular de Venda e Compra de Bens Imóveis a Prazo, Emissão de Cédulas de Crédito Imobiliário, Cessão de Créditos e Outras Avenças", foi constituída a alienação fiduciária das quotas da Ondurman e prestada a fiança da controladora, ambas em favor da Brazilian Securities.

Caso ocorra a impossibilidade de alienação de qualquer dos imóveis adquiridos na operação, em decorrência de eventos que impossibilitem a transferência definitiva dos ativos durante a vigência do contrato, fica facultada à Suzano a opção de, caso for do seu interesse, indenizar a companhia securitizadora em nome da Vale, encerrando a cessão apenas do imóvel em questão, devendo a Suzano neste caso ser posteriormente ressarcida pela vendedora dos montantes indenizados, corrigidos monetariamente e acrescidos de juros de mora.

Em 31 de dezembro de 2009, os montantes de dívida com a aquisição de terrenos, fazendas e reflorestamento, registrados no passivo circulante e não circulante, montam em R$ 58.756 e R$ 92.381 respectivamente na controladora e R$ 61.262 e R$ 164.565 respectivamente no consolidado.

22. Compromissos

Vale Florestar

Em 2009 a Companhia firmou contrato com a Vale para aquisição de 31,5 milhões m³ de madeira provenientes de plantios de eucalipto do Programa Vale Florestar, em implantação no Estado do Pará desde 2007, a serem fornecidas à Companhia durante o período de 2014 a 2028. As condições de preços desses volumes serão determinadas quando das épocas de colheita dos volumes a serem entregues à Companhia.

Transporte Ferroviário

Para atender parcela importante da estrutura logística necessária para a futura Unidade Industrial do Maranhão, a Companhia firmou contrato com a Ferrovia Norte Sul S.A. para o transporte ferroviário de 1,3 milhão de toneladas ao ano de celulose de eucalipto a partir de 2014, pelo prazo de 360 meses contados a partir do primeiro dia do mês imediatamente subsequente ao efetivo início da operação desta nova planta industrial.

23. Instrumentos financeiros

a. Visão geral

A Administração da Companhia está voltada para a geração de resultados consistentes e sustentáveis ao longo do tempo. Fatores de risco externos relacionados a oscilações de preços de mercado podem introduzir um nível indesejado de volatilidade sobre a geração de caixa e resultados da Companhia. Para administrar esta volatilidade, de forma que não distorça ou prejudique o crescimento consistente da Companhia no longo prazo, a Suzano dispõe de políticas e procedimentos para a gestão de riscos de mercado.

Tais políticas buscam: (i) proteger o fluxo de caixa e o patrimônio da Companhia contra oscilações de preços de mercado de insumos e produtos, taxas de câmbio e de juros, índices de preços e de correção, ou ainda outros ativos ou instrumentos negociados em mercados líquidos ou não ("riscos de mercado") aos quais o valor dos ativos, passivos ou geração de caixa da Suzano estejam expostos; e (ii) otimizar a contratação de instrumentos financeiros para proteção da exposição em risco, tomando partido de *hedges* naturais e das correlações entre os preços de diferentes ativos e mercados, evitando o desperdício de recursos com a contratação de operações de modo ineficiente. As operações financeiras contratadas pela Companhia têm como objetivo a proteção das exposições existentes, sendo vedada à assunção de novos riscos que não aqueles decorrentes das atividades operacionais da Suzano.

O processo de gestão de riscos de mercado compreende as seguintes etapas sequenciais e recursivas: (i) identificação dos fatores de risco e da exposição do valor dos ativos, fluxo de caixa e resultado da Companhia aos riscos de mercado; (ii) medição e *report* dos valores em risco; (iii) avaliação e definição de estratégias para administração dos riscos de mercado; e (iv) implementação e acompanhamento da performance das estratégias. A avaliação e controle das exposições em risco são feitos com o auxílio de sistemas operacionais integrados, com devida segregação de funções nas reconciliações com as contrapartes.

A Companhia utiliza os instrumentos financeiros mais líquidos e: (i) não contrata operações alavancadas ou com outras formas de opções embutidas que alterem sua finalidade de proteção *(hedge*); (ii) não possui dívida com duplo indexador ou outras formas de opções implícitas; e (iii) não tem operações que requeiram depósito de margem ou outras formas de garantia para o risco de crédito das contrapartes.

b. Avaliação

Os instrumentos financeiros constantes nos balanços patrimoniais, tais como caixa e bancos, empréstimos e financiamentos, apresentam-se pelos seus valores contratuais. As aplicações financeiras e os contratos de derivativos, utilizados exclusivamente com finalidade de proteção, encontram-se avaliados pelo seu valor justo.

Para determinação dos valores de mercado de ativos ou instrumentos financeiros negociados em mercados públicos e líquidos, foram utilizadas as cotações de mercado de fechamento nas datas dos balanços. O valor justo dos *swaps* de taxas de juros e índices é calculado como o valor presente dos seus fluxos de caixa futuros, descontados às taxas de juros correntes disponíveis para operações com condições e prazos de vencimento remanescentes similares, enquanto o valor justo dos contratos futuros ou a termo de taxas de câmbio é determinado usando-se as taxas de câmbio *forward* prevalecentes nas datas dos balanços.

O valor justo da dívida decorrente da 1ª série da 3ª emissão de debêntures da Companhia é calculado com base nas cotações do mercado secundário publicadas pela ANDIMA nas datas dos balanços. Para determinar o valor justo de ativos ou instrumentos financeiros negociados em mercados de balcão ou sem liquidez, são utilizadas diversas premissas e métodos baseados nas condições normais de mercado (e não para liquidação ou venda forçada) em cada data de balanço, incluindo a utilização de modelos de apreçamento de opções e estimativas de valores descontados de fluxos de caixa futuros. O valor justo dos contratos para fixação de preços de celulose é obtido através da cotação de preços para instrumentos equivalentes ou similares junto aos principais participantes deste mercado.

O resultado da negociação de instrumentos financeiros é reconhecido nas datas de fechamento ou contratação das operações, onde a Companhia se compromete a comprar ou vender estes instrumentos. As obrigações decorrentes da contratação de instrumentos financeiros são eliminadas de nossas demonstrações contábeis apenas quando estes instrumentos expiram ou quando os riscos, obrigações e direitos deles decorrentes são transferidos.

A comparação entre o valor justo e o valor contábil dos instrumentos financeiros em aberto pode ser assim demonstrada:

Consolidado	2009 Contábil	2009 Valor justo	2008 Contábil	2008 Valor justo
ATIVO				
Caixa e equivalentes de caixa	2.533.285	2.533.285	2.176.312	2.176.312
Ganhos em operações com derivativos (circulante e não circulante)	28.050	28.050	31.388	31.388
Contas a receber de clientes	621.195	621.195	790.042	790.042
PASSIVO				
Contas a pagar a fornecedores	268.050	268.050	277.839	277.839
Financiamentos e Empréstimos (circulante e não circulante)	5.699.329	5.539.657	6.798.125	6.650.196
Debêntures (circulante e não circulante)	799.710	838.888	836.919	815.454
Perdas em operações com derivativos (circulante e não circulante)	77.381	77.381	205.420	205.420

c. Risco de crédito

As políticas de vendas e de crédito, determinadas pela Administração da Companhia e de suas subsidiárias, visam a minimizar eventuais riscos decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes, que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito), e da diversificação das vendas (pulverização do risco), além da obtenção de garantias ou contratação de instrumentos que mitiguem os riscos de crédito, principalmente a apólice de seguro de crédito de exportações.

d. Risco de taxa de câmbio e de juros

A captação de financiamentos e a política de *hedge* cambial da Companhia são norteadas pelo fato de que mais de 50% da receita líquida é proveniente de exportações com preços em Dólares, enquanto a maior parte dos custos de produção está atrelada ao Real. Esta exposição estrutural permite que a Companhia contrate financiamentos de exportação em Dólares a custos mais competitivos do que os das linhas locais e concilie os pagamentos dos financiamentos com o fluxo de recebimentos das vendas, proporcionando um *hedge* natural de caixa para estes compromissos. O excedente de receitas em Dólares não atreladas aos compromissos da dívida e demais obrigações é vendido no mercado de câmbio no momento da internação dos recursos.

Como proteção adicional, são contratadas vendas de Dólares nos mercados futuros, como forma de assegurar níveis atraentes de margens operacionais para uma parcela da receita. As vendas nos mercados futuros são limitadas a um percentual minoritário do excedente de divisas no horizonte de um ano e, portanto, estão casadas à disponibilidade de câmbio pronto para venda no curto prazo.

Em 31 de dezembro de 2009, o valor de principal das operações contratadas para venda futura de Dólares era de US$ 316,6 milhões, sendo US$ 241,6 milhões através de NDF's (*Non Deliverable Forwards*) simples e US$ 75 milhões através de *zero cost collar*. Seus vencimentos estão distribuídos entre fevereiro de 2010 e janeiro de 2011, como forma de fixar as margens operacionais de uma parcela minoritária das vendas ao longo deste período. O efeito caixa destas operações somente se dará em suas datas de vencimento, quando geram desembolso ou recebimento de caixa, conforme o caso.

Assim, no caso de uma depreciação do Real como a ocorrida em 2008, dois efeitos são observados: (i) o primeiro, negativo e pontual, está relacionado à atualização do valor da exposição cambial líquida de balanço (saldo das contas ativas e passivas denominadas em moeda estrangeira incluindo, entre outros, os saldos da dívida bruta e do caixa denominados em Dólares, os estoques, contas a receber e a pagar em moeda estrangeira e o valor das posições em *swaps* de moedas para *hedge* da exposição cambial do fluxo de caixa); e (ii) o segundo, positivo e permanente, diz respeito à maior geração operacional de caixa decorrente do aumento das receitas de exportações denominadas em Dólares.

Além das operações de *hedge* cambial, são celebrados contratos para o *swap* de taxas de juros flutuantes para taxas fixas, para diminuir os efeitos das variações nas taxas de juros sobre o valor da dívida, e contratos de *swap* entre diferentes taxas de juros e índices de correção, como forma de mitigar o descasamento entre diferentes ativos e passivos financeiros. Neste sentido, em 31 de dezembro de 2009 a Companhia tinha em aberto (i) US$ 980,2 milhões em *swaps* para fixação da Libor em contratos de financiamento, (ii) US$ 150 milhões em *swaps* do cupom cambial para taxa Libor de 3 meses fixada e (iii) R$ 37,5 milhões em *swaps* de TR e Pré para % do DI.

A Companhia não adota a modalidade de contabilização *hedge accounting*. Dessa forma, todos os resultados (ganhos e perdas) apurados nas operações com derivativos (encerradas e em aberto) estão integralmente reconhecidos nas demonstrações do resultado dos exercícios da controladora e consolidadas. A Nota Explicativa 26 (Resultado financeiro líquido) demonstra os ganhos e perdas com derivativos que impactaram os resultados dos exercícios.

e. Derivativos em aberto

As posições consolidadas de derivativos em aberto em 31 de dezembro de 2009 e 2008, agrupadas por ativo ou indexador de referência, sendo todas elas negociadas no mercado de balcão, são assim demonstradas:

Descrição	Vencimentos	Valor de referência (nocional) em 31/12/2009	Valor de referência (nocional) em 31/12/2008	Valor justo em 31/12/2009	Valor justo em 31/12/2008	Saldos patrimoniais em 31/12/2009 A pagar	Saldos patrimoniais em 31/12/2009 A receber	Saldos patrimoniais em 31/12/2008 A pagar	Saldos patrimoniais em 31/12/2008 A receber
***Swaps* em Moeda Estrangeira**									
Posição Ativa - US$ Libor	04/01/2010 até 04/11/2019	1.706.764	1.409.211	1.607.366	1.415.639	-	-	-	-
Posição Passiva - US$ Taxa Pré		1.706.764	1.409.211	1.660.993	1.483.711	-	-	-	-
Subtotal				(53.627)	(68.072)	62.927	9.300	69.291	1.219
Valor em Risco (VaR) [(1)]				3.736	6.707	-	-	-	-
***Swaps* de Taxas e Índices**									
Posição Ativa - R$ Taxa Pré	14/04/2010 até 10/05/2010	10.000	10.000	11.894	10.530	-	-	-	-
Posição Ativa - TR + Cupom		27.500	67.500	33.447	76.241	-	-	-	-
Posição Ativa - Cupom US$		-	70.120	-	70.945	-	-	-	-
Posição Passiva - % DI		37.500	147.620	43.770	157.616	-	-	-	-
Subtotal				1.571	100	-	1.571	1.675	1.775
Valor em Risco (VaR) [(1)]				8	2.617	-	-	-	-
***Swaps* de Moedas**	08/02/2010 até 10/01/2011								
Posição Vendida em R$ x US$		420.695	701.100	5.732	(134.454)	-	-	-	-
Subtotal				5.732	(134.454)	-	5.732	134.454	-
Valor em Risco (VaR) [(1)]				5.573	25.687	-	-	-	-
Opções de Moedas	01/02/2010 até 01/11/2010								
Posição lançadora em R$ x US$ - Compra		130.590	-	(565)	-	-	-	-	-
Posição titular em R$ x US$ - Venda		130.590	-	4.353	-	-	-	-	-
Subtotal				3.788	-	565	4.353	-	-
Valor em Risco (VaR) [(1)]				987	-	-	-	-	-
***Swaps* de Commodities**	31/03/2010 até 31/12/2010								
Posição Vendida em Celulose BHKP		226.913	90.021	(13.889)	18.449	-	-	-	-
Subtotal				(13.889)	18.449	13.889	-	-	18.449
Valor em Risco (VaR) [(1)]				3.687	774	-	-	-	-
Outros									
Posição Ativa - Cupom Cambial	11/03/2010 até 11/09/2013	261.180	397.290	44.700	63.978	-	-	-	-
Posição Passiva - US$ Libor Fixada		261.180	397.290	37.606	54.033	-	-	-	-
Subtotal				7.094	9.945	-	7.094	-	9.945
Valor em Risco (VaR) [(1)]				79	326	-	-	-	-
Resultado Total em *Swaps*				(49.331)	(174.032)	77.381	28.050	205.420	31.388

[(1)] VaR com horizonte temporal de 1 dia, com nível de confiança de 95%

Continua

SUZANO PAPEL E CELULOSE

SUZANO PAPEL E CELULOSE S.A.

CNPJ nº 16.404.287/0001-55

Companhia Aberta

Índice de Sustentabilidade Empresarial ISE 2009 - 2010 · NÍVEL 1 MERCADO BOVESPA - BRASIL · abrasca companhia associada · AÇÃO NOSSAS AÇÕES SÃO NEGOCIADAS NAS BOLSAS DE VALORES

As mesmas posições consolidadas de derivativos em aberto em 31 de dezembro de 2009 e 2008, agrupadas por contraparte, são demonstradas conforme abaixo:

	Valor de referência (nocional)		Valor justo em		Saldos patrimoniais em 31/12/2009	
Descrição	**31/12/2009**	**31/12/2008**	**31/12/2009**	**31/12/2008**	**A pagar**	**A receber**
***Swaps* em Moeda Estrangeira**						
Contrapartes						
Banco Itaú BBA S.A.	522.359	701.100	(28.586)	(43.551)		
JP Morgan	322.122	432.345	(8.254)	(11.904)		
Standard Bank	130.590	-	(1.809)	-		
Banco Santander	31.342	42.066	(95)	203		
Standard Chartered	406.212	233.700	(8.310)	(12.820)		
BTG Pactual	294.139	-	(6.573)	-		
Subtotal			(53.627)	(68.072)	62.927	9.300
***Swaps* de Taxas e Índices**						
Contrapartes						
Banco Itaú BBA S.A.	10.000	75.520	384	1.033		
Banco Santander	27.500	52.100	1.187	(670)		
Unibanco	-	20.000	-	(263)		
Subtotal			1.571	100	-	1.571
***Swaps* de Moedas**						
Contrapartes						
Posição Vendida em R$ x US$						
Standard Bank	47.500	-	386	-		
Merrill Lynch	87.060	-	1.564	-		
BTG Pactual	60.942	-	431	-		
Banco Itaú BBA S.A.	-	46.740	-	(12.228)		
Banco Santander	-	58.425	-	(1.059)		
Banco do Brasil S.A.	207.781	315.495	3.038	(68.912)		
HSBC Bank Brasil S.A.	-	210.330	-	(36.167)		
Rabobank Brasil	17.412	70.110	313	(16.088)		
Subtotal			5.732	(134.454)	-	5.732
Opções de Moedas						
Contraparte						
Posição lançadora em R$ x US$ - Compra						
Merrill Lynch	43.530	-	(380)	-		
Votorantim	43.530	-	(185)	-		
Standard Chartered	43.530	-	-	-		
Posição titular em R$ x US$ - Venda						
Merrill Lynch	43.530	-	970	-		
Votorantim	43.530	-	970	-		
Standard Chartered	43.530	-	2.413	-		
Subtotal			3.788	-	565	4.353
Swaps* de *Commodities						
Contraparte						
Nordea Bank Finland P/C	208.108	90.021	(11.738)	18.449		
Standard Chartered	18.805	-	(2.151)	-		
Subtotal			(13.889)	18.449	13.889	-
Outros						
Contraparte						
JP Morgan	261.180	397.290	7.094	9.945	-	-
Subtotal	-	-	7.094	9.945	-	7.094
Resultado Total em *Swaps*			(49.331)	(174.032)	77.381	28.050

f. Derivativos liquidados

As posições de derivativos liquidadas acumuladas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008, agrupadas por ativo ou indexador de referência, sendo todas elas negociadas no mercado de balcão, são assim demonstradas:

		Valor de referência acumulado (nocional) em		Valor justo (de liquidação) acumulado em	
Descrição	**Vencimentos**	**31/12/2009**	**31/12/2008**	**31/12/2009**	**31/12/2008**
***Swaps* em Moeda Estrangeira**					
Posição Ativa - US$ Libor	2008: 14/02 até 26/11	1.646.954	607.620	-	-
Posição Passiva - US$ Taxa Pré	2009: 05/01 até 21/12	1.646.954	607.620	-	-
Subtotal				(14.595)	(2.845)
***Swaps* de Taxas e Índices**					
Posição Ativa - TR + Cupom	2008: 19/05 até 20/08	-	54.500	-	-
Posição Ativa - Cupom US$	2009: 28/04 até 03/12	110.120	-	-	-
Posição Passiva - % DI		110.120	54.500	-	-
Subtotal				(22.185)	(238)
***Swaps* de Moedas**					
Posição Comprada em R$ x US$	2008: 02/01 até 29/12	60.942	6.555.285	-	-
Posição Vendida em R$ x US$	2009: 02/01 até 01/12	824.831	7.677.045	-	-
Subtotal				(71.478)	(27.567)
Opções de Moedas					
Posição lançadora em R$ x US$ - Venda	2008: 02/06 até 01/09	-	350.550	-	-
Subtotal				-	255
Swaps* de *Commodities	2008: 08/01 até 07/11				
Posição Vendida em Celulose BHKP	2009: 08/01 até 07/12	73.838	95.639	-	-
Subtotal				10.485	(9.489)
Outros					
Posição Ativa - Cupom Cambial	2009: 11/09 até 11/12	35.193	-	-	-
Posição Passiva - US$ Libor Fixada		35.193	-	-	-
Subtotal				499	-
Resultado Total em *Swaps*		-	-	(97.274)	(39.884)

g. Demonstrativo de análise de sensibilidade

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade das posições consolidadas de derivativos em aberto em 31 de dezembro de 2009, conforme demonstradas no item (e), a variações de preços e taxas nos ativos subjacentes:

			Cenários em 31/12/2010		
Descrição	**Valor Justo**	**Risco**	**Provável**	**Deterioração 25%**	**Deterioração 50%**
***Swaps* em Moeda Estrangeira**					
Ativo US$ Libor x Passivo US$ Pré [1]	(53.628)	Queda da Libor	(55.286)	(78.148)	(102.522)
***Swaps* de Taxas e Índices**					
Ativo Pré [2] e TR [3] em R$ x Passivo % DI	1.571	Alta da Curva Pré e Alta do Cupom de T.R.	1.500	1.237	955
***Swaps* de Moedas (NDF)**					
Posição Vendida em R$ x US$ [4]	5.732	Alta da Taxa de Câmbio R$/US$	4.407	(101.007)	(206.421)
Posição lançadora - Compra					
Moeda Estrangeira - R$ x US$ [5]	(565)	Alta da Taxa de Câmbio R$/US$	(598)	(11.340)	(41.408)
Posição titular - Venda					
Moeda Estrangeira - R$ x US$ [5]	4.353	Alta da Taxa de Câmbio R$/US$	4.155	30	-
Swaps* de *Commodities					
Cenário Celulose [6]	(13.889)	Alta da Celulose	(12.900)	(47.016)	(81.132)

[1] Fonte para o cenário provável: *Bloomberg* - Curva de mercado de 04/01/2010. Taxa Libor de 6 meses provável em 31/12/2010: 0,43% a.a.
Deterioração de 25%: Libor de 6 meses em 31/12/2010 de 0,33% a.a. Deterioração de 50%: Libor de 6 meses em 31/12/2010 de 0,21% a.a.

[2] Fonte para o cenário provável: Boletim Focus do Banco Central de 31/12/2009. Taxa Selic provável em 31/12/2010: 10,85% a.a.
Deterioração de 25%: Taxa Selic em 31/12/2010 de 13,56% a.a. Deterioração de 50%: Taxa Selic em 31/12/2010 de 16,28% a.a.

[3] Fonte para o cenário provável: BM&F - Curva de mercado de 04/01/2009. Cupom de TR provável em 31/12/2010: 8,79% a.a.
Deterioração de 25%: Cupom de TR em 31/12/2010 de 10,99% a.a. Deterioração de 50%: Cupom de TR em 31/12/2010 de 13,19% a.a.

[4] Fonte para o cenário provável: Boletim Focus do Banco Central de 31/12/2009. Taxa de Câmbio provável em 31/12/2010: R$ 1,75/US$.
Deterioração de 25%: Taxa de Câmbio em 31/12/2010 de R$ 2,19/US$. Deterioração de 50%: Taxa de Câmbio em 31/12/2010 de R$ 2,63/US$.

[5] Fonte para o cenário provável: Boletim Focus do Banco Central de 31/12/2009. Taxa de Câmbio provável em 31/12/2010: R$ 1,75/US$.
Deterioração de 25%: Taxa de Câmbio em 31/12/2010 de R$ 2,19/US$. Deterioração de 50%: Taxa de Câmbio em 31/12/2010 de R$ 2,63/US$.

[6] Fonte para o cenário provável: Relatório da RISI de 31/12/2009. Preço provável da celulose BHKP em 31/12/2010: US$ 690/ton.
Deterioração de 25%: Preço em 31/12/2010 de US$ 862,50/ton. Deterioração de 50%: Preço em 31/12/2010 de US$ 1.035/ton.

Cabe ressaltar que a administração destas posições é dinâmica e que, com o emprego dos mecanismos em vigor para limitação de perdas (sistemas de *stop loss*) e das exposições em risco, que por sua vez são impactadas pela volatilidade dos ativos, as posições são ajustadas à medida que eventuais perdas se materializam. Desta forma, caso um cenário de deterioração venha a ocorrer como ilustrado na tabela acima, as posições da Companhia sujeitas a esta deterioração já teriam sido desmontadas ao atingirem os limites estabelecidos nos sistemas de *stop loss.*

Não foram explicitados um cenário provável em 31 de dezembro de 2009 ou a análise de sensibilidade para os *swaps* listados na categoria "Outros" na tabela do item (e), uma vez que estes *swaps* se referem a operações de arbitragem entre a taxa Libor e o cupom cambial, com ambas às taxas pré-fixadas nas referidas operações, impedindo a possibilidade de ocorrência de qualquer resultado diferente daquele já estipulado contratualmente.

24. Patrimônio líquido

Capital Social

Em 31 de dezembro de 2009 e 2008, o capital social subscrito era de R$ 2.054.430, integralmente realizado e dividido em 314.482.496 ações, sem valor nominal, das quais: 107.821.512 eram ordinárias, nominativas; 205.120.105 eram preferenciais classe "A" e 1.540.879 eram preferenciais classe "B", ambas escriturais. São mantidas em tesouraria 5.428.955 ações ordinárias, 1.009.583 ações preferenciais classe "A" e 1.527.759 preferenciais classe "B".

As ações preferenciais classe "A" tem direito a dividendos por ação, pelo menos, 10% superiores aos atribuídos às ações ordinárias. As ações preferenciais classe "B" tem direito a dividendo prioritário de 6% a.a. sobre sua parte do capital social ou pelo menos 10% superiores aos atribuídos às ações ordinárias. As ações preferenciais não gozam do direito de voto, salvo quando previsto em lei.

Dividendos e juros sobre capital próprio

O estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma prevista pelo artigo 202 da Lei nº 6.404/76, alterada e revogada pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, pela Medida Provisória nº 449, de 03 de dezembro de 2008, posteriormente convertida na Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009.

De acordo com a faculdade prevista na Lei nº 9.249/95 e na forma prevista no artigo 32 do Estatuto Social da Companhia, a Administração calculou juros sobre capital próprio sobre o patrimônio líquido, limitados a variação *pro rata die* da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, nos montantes brutos: i) R$ 35.296, que sofreram retenção de imposto de renda na fonte no valor de R$ 4.732, resultando em um valor líquido para os acionistas de R$ 30.564, creditados e pagos em 11 de novembro de 2009; ii) R$ 192.245, que sofreram retenção de imposto de renda na fonte no valor de R$ 25.490, resultando em um valor líquido para os acionistas de R$ 166.755, creditados em 30 de dezembro de 2009, a serem pagos em 10 de março de 2010.

Os juros sobre capital próprio, nos termos da Deliberação CVM nº 207/96, foram imputados à conta do dividendo mínimo obrigatório, por seu valor líquido de imposto de renda retido na fonte, contabilizados como despesas financeiras e revertidos em conta específica, devolvendo-os ao resultado e assim não afetando o lucro líquido final, a não ser pelos impactos fiscais reconhecidos na rubrica de imposto de renda e contribuição social.

O dividendo e os juros sobre capital próprio foram calculados como segue:

	2009
Lucro líquido do exercício da controladora	853.315
Constituição de reserva de incentivos fiscais relativa à redução do imposto de renda - SUDENE	(35.715)
Constituição da reserva legal	(42.666)
Lucro líquido ajustado	774.934
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	193.734
Imputação ao dividendo do imposto de renda retido na fonte (IRRF) sobre os juros sobre capital próprio conforme Deliberação CVM 207/96	34.131
Dividendo mínimo após imputação do IRRF	227.865
Juros sobre capital próprio pagos (bruto de IRRF no montante de R$ 4.732)	35.296
Juros sobre capital próprio creditados, a pagar (bruto de IRRF no montante de R$ 25.490)	192.247
Saldo do dividendo mínimo obrigatório	324
Complemento do dividendo mínimo obrigatório proposto pela Administração	2.945
Dividendo e juros sobre capital próprio totais	230.812

Reserva de lucros

A reserva para aumento de capital é composta por 90% do saldo remanescente dos lucros do exercício, após dividendos e reserva legal, e objetiva assegurar a Companhia adequadas condições operacionais. A reserva estatutária especial acolhe os restantes 10% do saldo remanescente dos lucros do exercício e objetiva garantir a continuidade da distribuição de dividendos.

25. Outras receitas operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2009	**2008**	**2009**	**2008**
(Prejuízo) lucro na venda de outros produtos	(2.873)	4.880	7.526	7.493
Reversão (provisão) para contingências	-	15.784	(2.398)	32.205
(Prejuízo) lucro na venda de energia elétrica	-	-	(704)	9.518
Complemento de provisão para perdas nos estoques	(8.903)	(5.766)	(8.921)	(5.778)
Recuperação de tributos	15.191	10.839	15.191	10.839
Outras receitas (a)	3.419	24.192	5.484	31.033
Complemento de passivo atuarial	(53.264)	(58.196)	(53.264)	(58.196)
Lucro na venda de ativo imobilizado	39.632	12.001	39.626	8.792
Reversão de provisão para baixa de imóveis	-	-	-	8.145
Lucro na venda de investimentos	1.803	9.048	1.803	9.386
Ganho com precatório indenizatório (b)	10.956	-	10.956	-
Outras receitas operacionais	5.961	12.782	15.299	53.437

(a) Em 2008, refere-se substancialmente a compensações de fornecedores por itens de desempenho operacional de equipamentos, dentro de prazos estipulados, consideradas recuperáveis pela Administração junto a fornecedores.

b) Ganho com precatório oriundo de ação indenizatória por desapropriação de imóvel (Vide Nota Explicativa nº 10).

26. Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado	
	2009	**2008**	**2009**	**2008**
Despesas de juros	(413.101)	(401.902)	(421.601)	(417.785)
Variações monetárias e cambiais passivas	1.097.989	(1.105.237)	1.089.013	(1.129.950)
Perdas em operações com derivativos	(48.546)	(411.001)	(38.886)	(421.645)
Outras despesas financeiras (a)	(47.030)	(122.321)	(56.504)	(126.277)
Total das despesas financeiras	589.312	(2.040.461)	572.022	(2.095.657)
Receita de juros	202.076	209.006	202.519	217.081
Juros ativos sobre precatório indenizatório (b)	44.998	-	44.998	-
Ganhos em operações com derivativos	100.222	176.555	72.818	207.729
Variações monetárias e cambiais ativas	(273.965)	239.962	(195.957)	97.150
Total das receitas financeiras	73.331	625.523	124.378	521.960
Resultado financeiro líquido	662.643	(1.414.938)	696.400	(1.573.697)

a) Do saldo apresentado em 2008, o montante de R$ 110.860 refere-se ao acordo extrajudicial pago ao grupo de antigos controladores da Ripasa.

b) Juros ativos sobre precatório oriundo de ação indenizatória por desapropriação de imóvel (Vide Nota Explicativa nº 10).

27. Demonstração do Lajida ajustado - EBITDA ajustado (Não auditada)

	Controladora		Consolidado	
	2009	**2008**	**2009**	**2008**
Lucro operacional	1.141.698	(583.927)	1.232.099	(635.783)
Despesas financeiras	(589.312)	2.040.461	(572.022)	2.095.657
Receitas financeiras	(73.331)	(625.523)	(124.378)	(521.960)
Resultado de equivalência patrimonial	10.342	122.934	-	515
Amortização de ágio	-	79.044	-	79.044
Depreciação, exaustão e amortização	475.988	375.334	485.022	451.763
Lucro antes dos juros, do resultado da equivalência patrimonial, impostos, depreciações, exaustões e amortizações - LAJIDA ajustado (EBITDA ajustado)	965.385	1.408.323	1.020.721	1.469.236
Resultado não operacional reclassificado para a rubrica de outras receitas (despesas) operacionais em conformidade com a Lei 11.941/09	(11.829)	(37.147)	(11.835)	(31.868)
LAJIDA ajustado (EBITDA ajustado), excluindo o resultado não operacional	977.214	1.445.470	1.032.556	1.501.104

28. Cobertura de seguros

A Companhia mantém cobertura de seguros para riscos operacionais e outros para resguardar seus ativos imobilizados e seus estoques.

O valor dos seguros contratados é considerado suficiente, segundo a opinião de assessores especialistas em seguros, para cobrir eventuais perdas.

29. Eventos Subsequentes

Paradas de produção na unidade de Mucuri:

Ao longo do mês de janeiro de 2010 a Linha 2 da Unidade de Mucuri sofreu interrupções na produção de celulose de mercado devido a problemas técnicos. A perda de produção total estimada, em função dessas paradas não programadas para manutenção, é de 42 mil toneladas.

Alienação de Terras e Florestas:

A Companhia e sua controlada Comercial e Agrícola Paineira Ltda. firmaram contratos com a Mata Mineira Investimentos Florestais Ltda. e a Fazenda Turmalina Holdings, LLC. para a venda de aproximadamente 50 mil hectares de terras em Minas Gerais, sendo cerca de 13 mil hectares com plantios de eucaliptos. O valor da venda destes ativos é de R$ 311 milhões, sujeito a eventuais ajustes decorrentes de auditoria a ser realizada pelos adquirentes. A conclusão e o pagamento da transação dar-se-à ao longo do primeiro semestre de 2010.

Os ativos ora alienados não eram destinados a produção de celulose e papel e a sua venda não impacta as operações atuais nem os projetos futuros da Companhia.

As propriedades objeto dessa transação, em 31 de dezembro de 2009, estão registradas no balanço patrimonial no ativo não circulante como ativos disponíveis para venda.

Novos Pronunciamentos Técnicos, Orientações e Interpretações emitidos ao longo de 2009 e 2010 a serem aplicados para o exercício iniciado a partir de 1º janeiro de 2010:

Durante o ano de 2009 o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu, e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aprovou, diversos Pronunciamentos Técnicos, Interpretações e Orientações cuja vigência é mandatória apenas para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2010, com requerimento de que as Companhias efetuem reapresentação das demonstrações contábeis do exercício comparativo.

Opcionalmente, a Companhia poderia ter antecipado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 a adoção dos pronunciamentos cuja adoção é mandatória para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2010, desde que em sua totalidade. A Companhia decidiu por não exercer essa faculdade para as demonstrações contábeis de 2009, e no seu melhor julgamento, efetuou avaliação dos pronunciamentos técnicos já emitidos e concluiu que, à exceção dos pronunciamentos técnicos mencionados abaixo, os demais pronunciamentos não terão impacto relevante na posição patrimonial e financeira, individual e consolidada da Companhia, considerando as transações existentes até a data destas demonstrações contábeis.

- CPC 20 Custos de Empréstimos, aprovado pela Deliberação CVM nº 577, de 05 de junho de 2009;
- CPC 21 Demonstração Intermediária, aprovado pela Deliberação CVM nº 581, de 31 de Julho de 2009;
- CPC 22 Informações por Segmento, aprovado pela Deliberação CVM nº 582, de 31 de Julho de 2009;
- CPC 26 Apresentação das Demonstrações contábeis, aprovado pela Deliberação CVM nº 595, de 15 de setembro de 2009;
- CPC 27 Ativo Imobilizado, aprovado pela Deliberação CVM nº 583, de 31 de julho de 2009;
- CPC 29 Ativo Biológico e Produto Agrícola, aprovado pela Deliberação CVM nº 596, de 15 de setembro de 2009;
- CPC 32 Tributos sobre o Lucro, aprovado pela Deliberação CVM nº 599, de 15 de setembro de 2009;
- CPC 33 Benefícios a Empregados, aprovado pela Deliberação CVM nº 600, de 07 de outubro de 2009;
- CPC 38, 39 e 40 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, Apresentação, Evidenciação, aprovado pela Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009;
- Revisão nº 1 de Pronunciamentos Técnicos e Orientação Técnica, aprovado pela Deliberação CVM nº 624, de 28 de janeiro de 2010;
- ICPC 10 Interpretação Sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43, aprovado pela Deliberação CVM nº 619, de 22 de dezembro de 2009.

Conselho de Administração

David Feffer - Presidente
Boris Tabacof - Vice-Presidente
Daniel Feffer - Vice-Presidente

Conselheiros

Antônio de Souza Corrêa Meyer
Cláudio Thomaz Lobo Sonder
Jorge Feffer
Oscar de Paula Bernardes Neto
Marco Antonio Bologna
Nildemar Secches

Diretoria

Antonio Maciel Neto - Diretor Presidente
André Dorf - Diretor Executivo de Estratégia, Novos Negócios e RI
Alexandre Yambanis - Diretor Executivo da Unidade de Negócios Celulose
Bernardo Szpigel - Diretor Executivo de Finanças
Carlos Alberto Griner - Diretor Executivo de RH
Carlos Aníbal de Almeida Jr. - Diretor Executivo da Unidade de Negócios Papel
Ernesto Peres Pousada Junior - Diretor Executivo de Operações
João Comério - Diretor Executivo da Unidade Florestal

Comitê de Gestão

David Feffer - Coordenador
Murilo Cesar Lemos dos Santos Passos - Membro
Antonio Maciel Neto - Membro

Comitê de Sustentabilidade e Estratégia

Cláudio Thomaz Lobo Sonder - Coordenador
David Feffer - Membro
Daniel Feffer - Membro
Jorge Feffer - Membro

Comitê de Auditoria

Marco Antonio Bologna - Coordenador
David Feffer - Membro
Cláudio Thomaz Lobo Sonder - Membro
Oscar de Paula Bernardes Neto - Membro

Conselho Fiscal

Efetivos	**Suplentes**
Luiz Augusto Marques Paes	Roberto Figueiredo Mello
Rubens Barletta	Luiz Gonzaga Ramos Schubert
José Luiz Montans Anacleto Júnior	Maurício Jonas de Oliveira

Celso Ratto - Contador - CRC 1 - SP136.282/O-1

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Acionistas,

Os membros do **CONSELHO FISCAL** da Suzano Papel e Celulose S.A., em reunião realizada nesta data e no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, as Demonstrações Financeiras Consolidadas e as respectivas Notas Explicativas, a Proposta de Destinação do Resultado do Exercício, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, acompanhados do parecer dos auditores independentes,"Ernst & Young Auditores Independentes S/S", bem como a Projeção de Resultados da Companhia, em observância à Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002, os quais estão em conformidade com as prescrições legais e opinam favoravelmente à sua aprovação.

São Paulo, 02 de março de 2010

Rubens Barletta · Luiz Augusto Marques Paes · José Luiz Montans Anacleto Júnior

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos
Administradores e Acionistas da
Suzano Papel e Celulose S.A.

1. Examinamos os balanços patrimoniais da Suzano Papel e Celulose S.A. e os balanços patrimoniais consolidados da Suzano Papel e Celulose S.A. e empresas controladas em 31 de dezembro de 2009 e 2008, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras. As contas de ativo, passivo e de resultado do Consórcio Paulista de Papel e Celulose, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009 e ao período de quatro meses findos em 31 de dezembro de 2008, e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da então controlada em conjunto Ripasa S.A. Celulose e Papel, relativas ao período de oito meses findos em 31 de agosto de 2008, foram examinadas por outros auditores independentes. Nossa opinião, no que diz respeito aos valores dos ativos e passivos e das contas de resultado do Consórcio Paulista de Papel e Celulose, e do resultado de equivalência patrimonial, da controlada em conjunto Ripasa S.A. Papel e Celulose, incluídos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, está baseada exclusivamente nas opiniões desses auditores.

2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia e empresas controladas; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia e empresas controladas, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião, com base em nossos exames e nos exames efetuados por outros auditores independentes, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Suzano Papel e Celulose S.A. e a posição patrimonial e financeira consolidada da Suzano Papel e Celulose S.A. e empresas controladas em 31 de dezembro de 2009 e 2008, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido, os seus fluxos de caixa e os valores adicionados nas operações referentes aos exercícios findos daquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Salvador, 02 de março de 2010

ERNST & YOUNG
Quality In Everything We Do

Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP015199/O-6-F-BA

Antonio Carlos Fioravante
Contador CRC-1SP184973/O-0/S-BA